



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:
RELATÓRIO INTEGRAL 2015-2017**

Dourados - MS

2018

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA UFGD

REITORA

Prof.^a Dr.^a LIANE MARIA CALARGE

VICE-REITOR

Prof. Dr. MARCIO EDUARDO DE BARROS

PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DE PLANEJAMENTO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CRISTIANE STOLTE

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof.^a. Dr.^a PAULA PINHEIRO PADOVESE PEIXOTO

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E DE PESQUISA

Prof.^a Dr.^a KELY DE PICOLI SOUZA

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO – VANDER SOARES MATOSO

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof.^a Dr.^a JULIANA ROSA CARRIJO MAUAD

PRÓ-REITORA DE AÇÕES COMUNITÁRIAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Dr. PABLO CHRISTIANO BARBOZA LOLLO

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof. Dr. CAIO LUIS CHIARIELLO

UNIDADES ACADÊMICAS

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia / FACE

Diretor: Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Faculdade de Ciências Agrárias / FCA

Diretor: Prof. Dr. Guilherme Augusto Biscaro

Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais / FCBA

Diretora: Prof.^a Dr.^a Gisele Jane de Jesus

Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia / FACET

Diretor: Prof. Dr. Adão Antônio da Silva

Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde / FCS

Diretora: Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Oesterreich

Faculdade de Comunicação, Artes e Letras / FACALE

Diretor: Prof. Dr. Rogério Silva Pereira

Faculdade de Ciências Humanas / FCH

Diretor: Prof. Dr. Jones Dari Goettert

Faculdade de Direito e Relações Internacionais / FADIR

Diretor: Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo

Faculdade de Educação / FAED

Diretora: Prof. Dr. Mário Sérgio Vaz da Silva

Faculdade de Engenharia / FAEN

Diretor: Prof. Dr. Etienne Biasotto

Faculdade Intercultural Indígena / FAIND

Diretor: Prof. Dr. Antônio Dari Ramos

Faculdade de Educação à Distância / EAD

Diretora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Matos Rocha

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

COORDENADORA

Angélica Leonel Socorro de Queiroz Mariano

REPRESENTANTES DOCENTES

Cleonice Cristina Hilbig

Elaine da Silva Ladeia

Everton Gomes Correa

Janete Melo Nantes

Leandro Baller

Leonardo Ribeiro Martins

Mauricio Stefanos

Maria de Lourdes Santos

Narciso Bastos Gomes

Rafael Ferreira Gregolin

Silvia Aparecida Oesterreich

Silvia Regina Gomes Miho

REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Angélica Leonel Socorro de Queiroz Mariano

Ary Freitas Silva Filho

Célio Luiz da Silva

Daiane Cristina Daleaste

Manoel Carlos Pereira

Maria do Carmo Caetano

Markley Florentino Carvalho

Naara Siqueira Aragão

REPRESENTANTES DISCENTES

Alessandra Domingos de Souza – Graduação

Macister Guaresi de Oliveira – Graduação

Zulmária Izabel de Melo Souza Targas – Pós-Graduação

Rodolpho Freire Marques – Pós-Graduação

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

Romualdo Diniz Salgado Junior (ACED)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Apresentação	12
1.2. Histórico da Universidade Federal da Grande Dourados	14
1.3. Comissão Própria de Avaliação – CPA.....	17
1.4. Concepção da Autoavaliação na UFGD.....	19
1.5. Os Instrumentos de Avaliação.....	20
1.6. A Ferramenta.....	22
1.7. A Aplicação dos Instrumentos.....	23
1.8. A Análise dos Dados	25
2. DADOS E INFORMAÇÕES DOS EIXOS	26
2.1. EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	26
2.1.1. Missão	33
2.1.2. Visão de Futuro	33
2.1.3. Plano de Desenvolvimento Institucional.....	33
2.1.4. Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às Atividades de Ensino, Extensão, Gestão Acadêmica, Gestão Institucional e Avaliação Institucional.....	34
2.2. EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	40
2.2.1. Acessibilidade	40
2.2.2. Infraestrutura	42
2.2.3. Criação de conhecimentos e desenvolvimento cultural.....	43
2.2.4. Inclusão social e assistência a setores ou grupos sociais discriminados ou subrepresentados	44
2.2.5. Relações com setor público, privado, produtivo e mercado de trabalho.....	45
2.3. EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	47
2.3.1. Políticas para ensino, pesquisa e extensão	47
2.3.2. Comunicação com a Sociedade.....	56
2.3.3. Política de Atendimento aos Estudantes	57
2.4. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	60
2.4.1. Organização e Gestão da Instituição	60
2.4.2. Sustentabilidade Financeira.....	68
2.4.3. Políticas de Pessoal	72
2.5. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	81
3. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	89
REFERÊNCIAS	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da CPA	18
Tabela 2- Quantidade de questões por seção e segmento da comunidade acadêmica aplicadas em 2014	21
Tabela 3- Quantidade de questões por seção e segmento da comunidade acadêmica aplicadas em 2016	21
Tabela 4 - Quantidade de questões por seção e segmento da comunidade acadêmica aplicadas em 2017	22
Tabela 5 - Organização Administrativa e Acadêmica UFGD	60
Tabela 6 - Organização da Administração Central.....	61
Tabela 7 - Organização das Unidades Acadêmicas.....	61
Tabela 8 - Comparativo de titulação de docentes e técnicos respondentes dos anos de 2014 e 2016	72
Tabela 9 - Comparativo categoria funcional e regime de trabalho dos docentes respondentes dos anos de 2014 e 2016.....	73
Tabela 10 - Comparativo de classificação dos cargos de técnicos administrativos respondentes dos anos de 2014 e 2016.....	73
Tabela 11 - Recursos Tecnológicos.....	82
Tabela 12 - Auditórios.....	82
Tabela 13 - Infraestrutura de Restaurante Universitário	83
Tabela 14 - Comida servida no Restaurante Universitário.....	83
Tabela 15 - Biblioteca Central.....	84
Tabela 16 - Biblioteca Setorial da FADIR	84
Tabela 17 - Biblioteca setorial do Hospital Universitário	85
Tabela 18 - Áreas de Convivência.....	85
Tabela 19 - Áreas de Lazer e Esporte.....	85
Tabela 20 - Serviços de Saúde.....	86
Tabela 21 - Serviços da UFGD.....	87
Tabela 22 - Comunicação Visual.....	87
Tabela 23 - Estacionamentos da UFGD	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação do conhecimento do PDI, missão, objetivos e finalidades da UFGD, por parte da comunidade acadêmica.....	37
Gráfico 2 - Avaliação da divulgação do PDI à comunidade acadêmica	38
Gráfico 3 - Avaliação do motivo de desconhecimento do PDI.....	39
Gráfico 4 - Avaliação do perfil dos egressos	40
Gráfico 5 - Atendimento as demandas de acessibilidade de portadores de necessidades especiais (cegos, surdos, mudos, entre outros).....	42
Gráfico 6 - Condições de acessos para pessoas com deficiência física (rampas com inclinação adequada ou elevadores, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamentos de acordo com as exigências legais, entre outras).....	42
Gráfico 7 - Percepção dos alunos sobre as políticas de ensino, interdisciplinaridade e inovações didático-pedagógicas	48
Gráfico 8 - Percepção dos alunos sobre as práticas pedagógicas do curso	49
Gráfico 9 - Percepção dos alunos sobre a organização didático-pedagógica do PPC....	50
Gráfico 10 - Percepção sobre com o apoio financeiro às pesquisas.....	51
Gráfico 11 - Percepção em relação a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional	52
Gráfico 12 - Percepção em relação as ações de extensão da UFGD para atendimento da comunidade regional.....	55
Gráfico 13 - Percepção sobre o uso dos meios de comunicação da UFGD	56
Gráfico 14 - Exercício de atividade remunerada	58
Gráfico 15 - Recebimento de bolsa	59
Gráfico 16 - Realização de atividades completares.....	59
Gráfico 17 - Percepção do incentivo para participação em órgãos deliberativos.....	63
Gráfico 18 - Percepção da qualidade no atendimento Gabinete da Reitoria e órgãos suplementares	66
Gráfico 19 - Percepção da qualidade no atendimento das Pró-Reitorias	67
Gráfico 20 - Percepção da qualidade no atendimento das Direções das Faculdades	68
Gráfico 21 - Percepção quanto aos critérios de progressão funcional.....	74
Gráfico 22 - Percepção quanto a quantidade de servidores para o atendimento das demandas	75
Gráfico 23 - Local de Lotação dos Técnicos Administrativos	76

Gráfico 24 - Percepção sobre a adequação da formação profissional e o exercício do trabalho	76
Gráfico 25 - Percepção em relação ao conhecimento das atividades fins do setor e das atribuições do cargo.....	77
Gráfico 26 - Percepção da satisfação com as ações e projetos de capacitação oferecidos pela UFGD.....	78
Gráfico 27 - Percepção da satisfação das ações e projetos para capacitação em relação as necessidades de cada cargo.....	78
Gráfico 28 - Clima organizacional na opinião dos docentes	80
Gráfico 29 - Clima organizacional na opinião dos técnicos administrativos	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da estrutura administrativa da UFGD	62
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS	Assessoria de Comunicação Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
AUDIN	Auditoria Interna
CAAC	Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos
CAPP	Coordenadoria de Administração e Planejamento de Pessoal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
COUNI	Conselho Universitário
COAE	Coordenadoria Especial de Assuntos Estudantis
CCOMP	Coordenadoria de Compras
COC	Coordenadoria de Cultura
CODAS	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor
COEX	Coordenadoria de Extensão
COFIC	Coordenadoria de Formação e Integração Comunitária
COIN	Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
COSEG	Coordenadoria de Serviços Gerais
COAE	Coordenadoria Especial de Ações Comunitárias e Assuntos Estudantis
COGESP	Coordenaria de Gestão Patrimonial
COGRAD	Coordenadoria de Graduação
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento
COOF	Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira
COPG	Coordenadoria de Pós-Graduação
COPQ	Coordenadoria de Pesquisa
COUNI	Conselho Universitário da UFGD
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DIAMI	Divisão de Avaliação Institucional e Monitoramento
DICON	Divisão de Contratos
DICONV	Divisão de Convênios
DIDA	Divisão de Desenvolvimento e Avaliação Funcional
DGA	Divisão de Gestão Ambiental
EAD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEPEX	Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão
ESAI	Escritório de Assuntos Internacionais
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBA	Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
FACET	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FCS	Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde
FACALE	Faculdade de Comunicação, Artes e Letras
FADIR	Faculdade de Direito e Relações Internacionais
FAED	Faculdade de Educação

FAEN	Faculdade de Engenharia
FAIND	Faculdade Intercultural Indígena
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FUNAEP	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FNS	Fundo Nacional de Saúde
GCUB	Grupo Coimbra de Dirigentes de Universidades Brasileiras
HU	Hospital Universitário
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITESS	Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
NDEs	Núcleos Docentes Estruturantes
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
NUPACE	Núcleo de Pesquisa em Administração, Ciências Contábeis e Economia
PDTI	Plano de desenvolvimento da Tecnologia de Informação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
Promisaes	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PRAD	Pró Reitoria de Administração
PROAE	Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação e Pesquisa
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PU	Prefeitura Universitária
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REHUF	Programa de Reestrutura dos Hospitais Universitários
SESU	Secretaria de Educação Superior
SEDECA	Seção de Desenvolvimento e Capacitação
SIGECAD	Sistema de Gerenciamento Acadêmico
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SOC	Secretaria de Órgãos Colegiados
TI	Tecnologia da Informação
UDUAL	Universidades da América Latina e Caribe
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

Criada em 2005, pela Lei Nº 11.153, e implantada a partir de janeiro de 2006, a Universidade Federal da Grande Dourados, caracteriza-se como uma Instituição dinâmica, moderna e em constante crescimento, tem como missão “Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade, no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social”.

Embora criada há 10 anos no âmbito do conjunto das Instituições de Ensino Superior Federais, a UFGD desfruta de um conceito de excelência. Indicadores adotados pelo CNPq, INEP e SESu mostram que a instituição mantém excelentes resultados acadêmicos e absorve uma forte demanda reprimida por vagas na educação universitária pública no espaço de sua atuação.

A UFGD, frente a sua missão, compromisso e valores, busca desenvolver e difundir, por meio do ensino de graduação e pós graduação, gerar todas as formas de conhecimento teórico e prático, visando à formação de pessoas capacitadas para o exercício da investigação e inserção no mercado de trabalho, bem como para o magistério e os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas e sociais; estuda questões socioeconômicas, educacionais, políticas e culturais da sociedade com o propósito de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como para melhorar a qualidade de vida da população e retornar a ela os investimentos feitos na Universidade. Além de seu compromisso de formar profissionais cidadãos, estabelecer formas de cooperação com os poderes públicos e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

A estrutura acadêmica da UFGD em 2015, constitui-se em 12 faculdades, com um total de 42 cursos de graduação, sendo destes, 38 presenciais, e quatro de educação à distância. A pós-graduação ofereceu 48 Cursos, dos quais 19 foram de Especializações, 21 Mestrado e 8 Doutorado.

A autoavaliação institucional caracteriza-se na UFGD como um desafio para conhecer suas fragilidades e potencialidade e obter indicadores para a melhoria contínua de sua estrutura, ensino e condições de trabalho.

Na UFGD a Comissão Própria de Avaliação, foi criada pela Resolução nº 74 de 11/07/2008 do COUNI – Conselho Universitário da UFGD. Os membros atuais da Comissão foram nomeados pela Portaria da Reitoria nº 143 de 28/10/2015, conforme disposto na Lei do SINAES (Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004), fundamentando-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior e a melhoria permanente da eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade social, conforme estabelece o Sistema Nacional de Avaliação Superior.

A CPA na UFGD atua como forma de empenhar todos os esforços da Universidade para construir uma cultura de avaliação – seja de cursos, de desempenho institucional, de estudantes – o que possibilita rever sua missão, seus propósitos, suas estratégias, seus valores e as ações de ensino, pesquisa e extensão, mediante os conhecimentos gerados e externados através da autoavaliação.

O presente relatório tem por escopo atender a determinação legal do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SIANES), que estabelece a Autoavaliação Institucional como uma das três formas de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob as orientações do SINAES, elaborou o processo avaliativo e confeccionou o relatório, com o apoio da Pró Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento, por meio da Seção de Avaliação Institucional (SEA/DIAVI/COPLAN/PROAP).

O planejamento estratégico do processo de Autoavaliação Institucional foi definido nas reuniões ordinárias da CPA, bem como nas reuniões de trabalho. As estratégias formuladas visaram atender o objetivo de alcançar o maior número possível de membros da comunidade acadêmica, utilizando as ferramentas disponíveis.

O relatório 2015/2017 está organizado de acordo com a Nota Técnica nº. 065 do INEP/DAES/CONAES, sendo este o relatório integral, abrangendo cinco eixos definidos na Nota Técnica, correspondendo a dez dimensões da Lei 10.861/2004.

O relatório está estruturado em três capítulos, Introdução, Análise de Dados e Informações, e Recomendações da Comissão Própria de Avaliação. Na Introdução,

foram tratados o histórico da Universidade, a composição da CPA, a estratégia de elaboração do relatório e a metodologia. No capítulo Análise de Dados e Informações apresentamos os resultados da pesquisa aplicada junto à comunidade acadêmica nos anos de 2014, 2016 e 2017. E por fim, no capítulo Recomendações da Comissão Própria de Avaliação, é feito uma retrospectiva das recomendações passadas, bem como sugestões de melhorias futuras.

1.2. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

O antigo sul de Mato Grosso (região que, desde 1977, constitui o Estado de Mato Grosso do Sul) é um território que desde muito cedo, teve importância política e econômica. No século XVIII, quando ele passou a constituir importante parte da rota clássica das monções, que ligavam São Paulo às regiões (situadas no atual Estado de Mato Grosso) onde se haviam descoberto jazidas auríferas. A partir da primeira metade do século XIX, quando começa a desenvolver-se a economia agropastoril, centrada na pecuária bovina a economia da região passa a ganhar importância. Ao fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870), novas perspectivas se abriram para a economia da região, com a definitiva abertura da navegação pelo rio Paraguai, o que passou a permitir a ligação entre Mato Grosso e o Atlântico, via estuário do Prata. Ao longo da primeira metade do século XX, consolidaram-se as relações diretas entre a região e o Sudeste brasileiro, por meio, inicialmente, do transporte ferroviário (E. F. Noroeste do Brasil, 1914) e, em seguida, por meio das estradas de rodagem. Desse modo, pode-se dizer que esse antigo sul de Mato Grosso, tal como o conjunto da Região Centro-Oeste, integrou-se, de maneira fundamentalmente complementar, à expansão das atividades econômicas do pólo industrial localizado no Sudeste brasileiro, exercendo, dentro da divisão regional do trabalho, sobretudo o papel de fornecedor de bens primários. Durante todo esse processo, no curso dos séculos XIX e XX, a região caracterizou-se por agregar populações das mais diferentes origens: indígenas (remanescentes dos processos de desestruturação e destruição dos grupos originais), migrantes paulistas, mineiros, nordestinos, sulistas, paraguaios, bolivianos e outros imigrantes estrangeiros (europeus, sírio-libaneses, japoneses).

O crescimento populacional e o aumento das demandas da sociedade levaram, entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, ao estabelecimento da primeira universidade nessa região: a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), sediada

em Campo Grande, que se transformaria, após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, na atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O Campus da UFMS em Dourados teve sua origem em um conjunto de medidas relativas ao ensino superior, editadas pelo governo do Estado de Mato Grosso entre fins de 1969 e início de 1970. A Lei Estadual nº 2.972, promulgada pela Assembleia Legislativa em 2 de janeiro de 1970, dispôs extensamente sobre esse assunto, determinando, entre outras coisas: a criação de Centros Pedagógicos nas cidades de Corumbá, Três Lagoas e Dourados, incluindo a criação, nesta última cidade, de um curso de Agronomia. Os referidos centros foram efetivamente criados, sendo o Centro Pedagógico de Dourados (CPD) foi inaugurado em dezembro de 1970). O Centro foi logo incorporado à recém-criada Universidade Estadual de Mato Grosso (instalada oficialmente em novembro de 1970, com sede em Campo Grande), e em abril de 1971 tiveram início as aulas dos primeiros cursos: Letras e Estudos Sociais (ambos de licenciatura curta). A partir de 1973 passaram a funcionar licenciaturas plenas em Letras e História e, a partir de 1975, a licenciatura curta em Ciências Físicas e Biológicas. Desde a época de sua implantação, o CPD recebeu alunos não apenas do município-sede, mas também dos vários municípios da região chamada Grande Dourados – cabendo notar que o CPD foi o primeiro (e ainda por muitos anos, até o final da década de 1970, o único) centro de ensino superior existente nessa extensa região.

O curso de Agronomia, previsto já em 1970, foi criado somente em fins dessa década, passando a funcionar em 1978. A implantação desse curso tornou necessária a construção de novas instalações, as quais foram edificadas em uma gleba de 90 hectares situada na zona rural, distante 12 km do centro da cidade (para onde se transferiu o curso de Agronomia em 1981). Nessa época, os centros pedagógicos da UEMT passaram a ser denominados centros universitários – surgindo assim a sigla CEUD. Após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, efetivada em 1979, a antiga UEMT foi federalizada, transformando-se na atual UFMS; por outro lado, desde janeiro de 2000 a UFMS alterou as denominações de suas unidades situadas fora da capital do Estado, adotando a designação Campus em lugar de Centro Universitário, alterando-se assim a sigla CEUD para CPDO – (Campus de Dourados da UFMS).

Na primeira metade da década de 1990, mediante um convênio entre a UFMS e a recém-criada Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, sediada em Dourados), foi intensificada a utilização da gleba onde o curso de Agronomia fora instalado. Assim, a UEMS construiu naquele local seu edifício-sede e outras

instalações, que passaram a ser usadas pelas duas universidades. A própria UFMS, por sua vez, tomou a iniciativa de edificar ali um novo bloco, de tal modo que, em 1999, nessa que tem sido chamada, provisoriamente, de "Unidade 2" do CEUD, já funcionavam, além de Agronomia, também os seguintes cursos: Biologia (desde 1994), Matemática (1994), Análise de Sistemas (1997), Ciências Contábeis (1997) e Letras (a partir de 1999). Nessa Unidade funcionaram os cursos de Medicina, Direito, Administração e os bacharelados em Letras e Ciências Biológicas. Desse modo, permaneceram no antigo prédio (Unidade 1) apenas os cursos de graduação e pós-graduação em História, Geografia e Pedagogia.

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD surgiu do desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, prevista na Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979. Foi criada a partir de Projeto de Lei de 1 de dezembro de 2004. A cidade de Dourados e seu entorno têm suas potencialidades econômicas representadas pela infraestrutura já instalada, assentada numa malha rodoviária bem estruturada; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pelo potencial de profissionais qualificados e mercado regional que devem solidificar a agroindústria e a indústria tradicional. A terminologia Região da Grande Dourados consolidou-se no imaginário popular, abrangendo a porção sul do território que hoje constitui Mato Grosso do Sul. Em razão disso, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS), em 2000, por ocasião da elaboração de seu plano de desenvolvimento regional, dividiu o território estadual em 8 regiões de planejamento, mantendo, nesse conjunto, a denominação Região da Grande Dourados para o espaço geográfico cuja cidade-pólo é Dourados – embora a delimitação proposta pelo referido órgão de planejamento englobe apenas 13 municípios, não representando, de fato, a área polarizada pela cidade de Dourados no contexto social, econômico e cultural de Mato Grosso do Sul. O fluxo de acadêmicos que converge para a Universidade Federal da Grande Dourados extrapola a “região da Grande Dourados”, tal como definida pelo IPLAN/MS, abrangendo outras regiões definidas pelo mesmo órgão – como é o caso das regiões denominadas Sul-Fronteira e Leste. Desta forma, considera-se como componentes da Região da Grande Dourados os seguintes 37 (trinta e sete) municípios: Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Douradina, Deodápolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Caarapó, Juti, Jateí, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã, Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí,

Naviraí, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Baitaporã, Anaurilândia, Bela Vista, Bataguassu, Nova Andradina e Angélica.

Em 2005, ano da sanção presidencial para Lei nº 11.153, o Campus de Dourados possuía 12 cursos de graduação (Agronomia, Letras, História, Geografia, Matemática, Sistemas de Informação, Ciências Biológicas, Medicina, Direito, Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia). A UFGD ampliou de modo significativo as oportunidades de ensino em Mato Grosso do Sul, tanto na graduação quanto na pós-graduação. O número de cursos de graduação que era de 12 em 2005, passou para 28 a partir de 2009, ampliando o número de vagas ofertadas de 590/ano em 2005 para 1.535/ano em 2012.

Em 2013, considerando as vagas na graduação e pós-graduação *stricto sensu* presencial e graduação a distância na UFGD, foram ofertadas 8.488 vagas. Para o projeto de expansão, a ser implantado entre 2013 e 2020, estão sendo propostos 59 cursos novos de graduação presencial e a distância e 46 cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, no mesmo período (Res. 44/2013).

A UFGD, frente a sua missão, compromisso e valores, busca desenvolver e difundir, por meio do ensino de graduação e pós graduação, gerar todas as formas de conhecimento teórico e prático, visando à formação de pessoas capacitadas para o exercício da investigação e inserção no mercado de trabalho, bem como para o magistério e os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas e sociais; estuda questões socioeconômicas, educacionais, políticas e culturais da sociedade com o propósito de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como para melhorar a qualidade de vida da população e retornar a ela os investimentos feitos na Universidade. Além de seu compromisso de formar profissionais cidadãos, estabelecer formas de cooperação com os poderes públicos e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

1.3. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

A Autoavaliação Institucional caracteriza-se na UFGD como um desafio para conhecer suas fragilidades e potencialidade e obter indicadores para a melhoria contínua de sua estrutura, ensino e condições de trabalho.

Na UFGD a Comissão Própria de Avaliação, foi criada pela Resolução nº 74 de 11/07/2008 do COUNI – Conselho Universitário da UFGD. Os membros atuais da Comissão foram nomeados pela Portaria da Reitoria nº 143 de 28/10/2015, conforme disposto na Lei do SINAES (Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004), fundamentando-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior e a melhoria permanente da eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade social, conforme estabelece o Sistema Nacional de Avaliação Superior.

A CPA na UFGD atua de modo a empenhar todos os esforços da Universidade para construir uma cultura de avaliação – seja de cursos, de desempenho institucional, de estudantes – o que possibilita rever sua missão, seus propósitos, suas estratégias, seus valores e as ações de ensino, pesquisa e extensão, mediante os conhecimentos gerados e externados através da autoavaliação.

A constituição da CPA na UFGD primou pela indicação e escolha democrática de seus membros possibilitando pela escolha de pares que envolvesse cada categoria representativa da Universidade (docente, discente, técnico administrativo, pós-graduando, sociedade civil) onde seus representantes possam planejar, executar, acompanhar, divulgar e sugerir; ou seja, conduzir toda a autoavaliação.

A atual formação da CPA, conforme Tabela 01 – Composição da CPA, demonstra que o arranjo considerou a representação das diversas categorias da Universidade. Cada Faculdade conta com um representante docente, assim como os discentes da Graduação e Pós-Graduação também estão representados, os técnicos administrativos e a Sociedade Civil.

Tabela 1 - Composição da CPA

Posição	Qtde	Representação
Membros	12	Docente
Membros	08	Técnico Administrativo
Membros	04	Discentes
Membro Externo	01	Sociedade Civil
Total	25	Membros

Por meio da Resolução nº 180 de 06 de novembro de 2017, foi autorizado a prorrogação da atual composição da CPA, em razão da modificação nos modelos de relatório, que passou a contar com dois parciais e um integral, a CPA entendeu que era importante que a mesma composição pudesse encerrar o ciclo, portanto o mandato foi estendido até 15 de abril de 2018, prazo hábil para confecção do relatório integral.

1.4. CONCEPÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO NA UFGD

A autoavaliação apresenta a satisfação e a percepção da comunidade acadêmica das dimensões avaliadas em conformidade com o estabelecido pela Lei n/ 10.861, de 14 de abril de 2004. É a busca do conhecimento de sua própria realidade, pelo olhar de seus alunos, professores, técnicos - administrativos.

O processo da autoavaliação da UFGD é constituído pelo diálogo permanente entre a CPA e as diferentes instâncias da Universidade, estudo permanente do PDI e Plano de Ações, relatórios das avaliações externas, sensibilização a comunidade acadêmica e debates, realização de entrevistas, análise documental, aplicação de instrumentos quantitativos e qualitativos e a reflexão sobre os indicadores obtidos numa perspectiva formativa, dialética, propositiva e transformadora.

Para a elaboração do relatório versão integral, este foi antecedido por dois outros relatórios parciais o primeiro com ano base de 2015 e o segundo parcial com ano base 2016, foram consideradas as dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º, e estão relacionadas a seguir:

Relatório Parcial de 2015:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Relatório Parcial de 2016:

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas:
Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade;
Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão:
Dimensão 5 – Política de Pessoal
Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição
Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

As dimensões 1, 3, 8 foram tratadas em questionário aplicado em 2014, bem como analisadas a partir de PDI 2013-2017.

As dimensões 2, 4, 5,6, e 9 foram abordadas no questionário de consulta a comunidade e a dimensão 10 foi analisada a partir de tais como o PDI 2013-2017 e Relatório de Gestão 2015.

O Eixo 5 que compreende a dimensão 7 – Infraestrutura Física – teve consulta pública realizada no ano de 2017, e tem seus resultados apresentados neste relatório integral.

1.5. OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

As questões sempre foram revisadas pela CPA, mas os objetivos principais de cada questão foram preservados com intuito de se criar um histórico da avaliação, permitindo a comparação dos resultados ano após ano.

Em todos os anos as questões fechadas foram compostas de uma pergunta objetiva com respostas em modelo de escala likert de cinco pontos, usando as palavras ruim, péssimo, regular, bom, ótimo para rotular os itens das respostas.

Como dito anteriormente o relatório do ano de 2015, levou em consideração os dados coletados em consulta realizada no ano de 2014. Em virtude de uma longa greve, não houve tempo hábil para aplicação de novo questionário, então foi analisado qualitativamente os resultados de 2014. Sendo um relatório parcial, apenas dois Eixos foram selecionados, o Eixo 1 e o Eixo 2, e assim selecionado apenas as questões relativas a estes dois eixos. O questionário de 2014 contemplou várias dimensões, no total contou com 31 questões aos estudantes, 26 para os docentes e 24 para os técnicos administrativos. E para o relatório foi selecionado as seguintes quantidades de questões relacionadas aos Eixos abordados no relatório:

Tabela 2- Quantidade de questões por seção e segmento da comunidade acadêmica aplicadas em 2014

Segmento da Comunidade	Informações Gerais	Missão e Desenvolvimento Institucional	Responsabilidade Social da Instituição	Sugestões
Discente	6	4	2	1
Docente	7	5	2	1
Técnico	5	3	2	1

Para o relatório parcial de 2016, o instrumento contou apenas com questões relativas aos Eixos (3 e 4) selecionados para elaboração do relatório parcial. Com objetivo de contemplar as especificidades de cada segmento da comunidade, o questionário apresentou variação em relação a quantidade de questões por seção, ficando distribuído conforme se pode visualizar na tabela 03:

Tabela 3- Quantidade de questões por seção e segmento da comunidade acadêmica aplicadas em 2016

Segmento da Comunidade	Informações Gerais	Políticas Acadêmicas	Políticas de Gestão	Sugestões
Discente	7	8	5	1
Docente	9	3	11	1
Técnico	8	3	11	1

A única questão aberta do questionário foi a da seção de sugestões, que deixamos aberta para que os participantes pudessem dizer suas impressões do questionário, um espaço para sugestões e críticas.

Houve também apenas duas questões de múltipla escolha, ambas da seção de Políticas Acadêmicas do instrumento aplicado aos discentes. Tratam-se das questões sobre, quais atividades complementares os alunos realizam, e quais bolsas de auxílio recebem, pois ambas poderiam contemplar mais de uma das respostas disponibilizadas.

As demais questões foram fechadas, de resposta única e obrigatória. Houve o cuidado de revisar os questionários aplicados no passado, e utilizar-se apenas de questões que pudessem ser aplicadas de preferência a todos os participantes independente do segmento, com intuito de padronizar o instrumento e permitir a

comparação dos resultados entre os segmentos, bem como ter uma visão global do item analisado, quando considerando todas as respostas dos participantes.

E por fim, no ano de 2017 foi aplicado um questionário abordando o Eixo 5 a toda a comunidade acadêmica, conforme pode ser visto na tabela 04, este questionário contou com 28 questões comuns a todos segmentos da comunidade acadêmica, o diferencial foi a opção do respondente informar se usava ou não a estrutura física questionada, evitando assim que fosse obrigado a avaliar uma estrutura da qual não faz uso.

Tabela 4 - Quantidade de questões por seção e segmento da comunidade acadêmica aplicadas em 2017

Segmento da Comunidade	Informações Gerais	Infraestrutura Física	Sugestões
Discente	2	28	1
Docente	5	28	1
Técnico	5	28	1

Outro detalhe importante foi que apesar de contar com 28 questões, o número de itens avaliados foram 14, as demais questões procuraram especificar os quesitos avaliados negativamente pelo respondente, buscando respostas mais específicas e objetivas. As questões dos itens principais foram fechadas, mas as questões que buscavam especificidades de avaliações negativas eram mistas, podendo escolher em uma lista mais de uma das opções ou ainda acrescentar observações pessoais.

1.6. A FERRAMENTA

Após três anos utilizando a plataforma *moodle* para realizar a coleta de dados da Autoavaliação, em 2014 a CPA migrou para um software próprio para pesquisa, o *LimeSurvey*, um software livre. A ideia era a de permitir que os participantes do processo avaliativo conseguissem responder os questionários de forma mais simples e mais rápida, pois a demora foi uma das principais reclamações da comunidade acadêmica nas últimas avaliações. Esse quesito foi atendido, desde a primeira utilização em 2014, bem como nas demais aplicações em 2016 e 2017.

O LimeSurvey é um software livre para pesquisas online, ele prepara, coleta e organiza as respostas dos questionários, faz uma análise estatística básica dos resultados. A interface é simples e fácil de utilizar, é possível separar as questões em seções o que torna o layout agradável ao respondente, há também a opção de perguntas condicionais, e o uso de convites com *token* (chave de acesso) individual, entre outras funcionalidades.

A funcionalidade do *token* é muito importante, pois garante que o participante envie apenas uma única vez o questionário, uma vez respondido, o participante não tem mais acesso ao questionário. Esta funcionalidade permite também que seja identificado o participante que ainda não respondeu o questionário, possibilitando o envio de lembretes por e-mail direto ao participante. Importante ressaltar que selecionado a opção respostas anônimas, conforme utilizado neste instrumento, uma vez respondido ao enviar a resposta, não há nenhum vínculo que identifique quem respondeu o instrumento.

O software *LimeSurvey* foi instalado em servidor próprio da Universidade, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação - COIN, desenvolveu uma ferramenta capaz de integrar o *link* da pesquisa dentro dos sistemas de intranet. Assim o participante pode acessar através de sua área restrita tanto servidores como alunos, ou pelo *link* amplamente divulgado nos meios de comunicação, em ambos os casos é solicitado a senha pessoal de acesso a área restrita, permitindo que o participante acesse a pesquisa sem necessidade de informar a chave de acesso fornecida pelo *LimeSurvey*, pois o *token* já está vinculado a área restrita de cada participante.

Entre as funcionalidades da ferramenta desenvolvida pela COIN, há a criação de arquivos contendo os indivíduos ativos na comunidade acadêmica, ou seja, os professores, alunos e técnicos ativos atualizado, o arquivo sai no formato de ser importado no *LimeSurvey* e serve como banco de dados para a geração dos *tokens*.

1.7. A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Para o relatório de 2015, foram utilizados os resultados da pesquisa aplicada em 2014, em virtude, da greve de 2015, que se estendeu de maio a outubro. Como as atividades da CPA, não foram desenvolvidas, e o relatório de 2014 não discutiu os

dados resultantes da pesquisa, optou-se pela análise destes dados, e a escolha de dois eixos para elaboração do relatório parcial.

O instrumento de coleta utilizado no ano de 2014, esteve disponível a comunidade no período de 26 de novembro de 2014 a 21 de dezembro de 2014. Foram enviados no total 7.128 convites. Sendo 569 docentes, 515 técnicos e 6.044 estudantes.

Enquanto o questionário de 2016 foi disponibilizado a comunidade acadêmica em 01 de dezembro de 2016, e encerrou-se em 10 de fevereiro de 2017. Foram enviados no total 8.457 convites. Sendo 646 docentes, 529 técnicos administrativos, 7282 estudantes de graduação e à distância.

E o questionário de 2017 foi disponibilizado a comunidade acadêmica em 25 de outubro de 2017, e encerrou-se em 16 de dezembro de 2017. Foram enviados no total 8.759 convites. Sendo 679 docentes, 553 técnicos e 7.527 estudantes de graduação presencial e à distância.

Nestas duas últimas aplicações do questionário não foi possível o envio de e-mail direto do *LimeSurvey* devido as novas configurações de segurança aplicadas aos e-mails da Instituição.

Porém, com a nova composição da CPA, mais abrangente, foi possível realizar uma divulgação e uma sensibilização mais ampla, em todas as unidades acadêmicas e administrativas. Todos os membros foram envolvidos nesse trabalho de divulgação, seja realizando-o em seu setor de trabalho, seja em sala de aula e nas unidades acadêmicas.

Outro objetivo da Comissão era a de aumentar a participação da comunidade e a representatividade do resultado final e isso poderia ser alcançado justamente com um questionário mais fácil de ser respondido. Nesse sentido, o *limesurvey* também atendeu plenamente o que foi proposto. A possibilidade de aplicação do questionário parcialmente também favoreceu por tornar o instrumento menor, o que pode ser respondido mais rapidamente.

Paralelamente, nas ações de sensibilização, foram utilizados outros meios de comunicação disponibilizados pela Instituição, com apoio técnico da Assessoria de Comunicação Social (ACS) da UFGD e da Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação – COIN. A ACS disponibilizou um espaço no portal da UFGD e criou um banner para a divulgação da autoavaliação, além do já consolidado espaço da CPA no site da UFGD, que permite à comunidade acadêmica a identificação com a avaliação institucional, com a história e constituição da CPA e com os trabalhos realizados pela Comissão desde sua criação.

Com apoio da PROGRAD, através da Secretária Acadêmica foram incluídos também mensagens no SIGECAD do aluno, convidando-os a participar da Autoavaliação Institucional.

Ademais, cada docente, membro da CPA, ficou responsável pela divulgação junto ao Diretor e aos Coordenadores de cursos de sua Unidade Acadêmica, da importância da avaliação institucional e da participação de todos os segmentos no processo. Coube aos técnicos administrativos, membros da CPA, fazerem a divulgação nas unidades e setores administrativos.

Alguns membros também compartilharam em seu perfil nas redes sociais, as informações referentes ao período e a forma que se poderia participar da autoavaliação.

E também partiu da Seção de Avaliação Institucional e-mails individuais a cada coordenador de curso e secretarias acadêmicas, com os resultados parciais da participação de alunos por curso, solicitando o apoio e ajuda na divulgação. E também e-mail a cada servidor (docente e técnico) convidando-os a participar da Autoavaliação.

Para os relatórios de 2016 e 2017 a metodologia de sensibilização foi idêntica, por ser os meios disponíveis para alcançar o maior número possível de membros da comunidade.

1.8. A ANÁLISE DOS DADOS

Portanto, este documento apresenta resultados da avaliação feita junto à comunidade acadêmica da UFGD, coletados por meio de instrumento de avaliação próprio aplicado no entre os anos de 2016/2017, através da ferramenta *LimeSurvey*.

Em 2017, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFGD continuou seguindo as recomendações do SINAES, e, tanto os dados coletados no processo de autoavaliação institucional como o tratamento dos mesmos, possuem caráter quantitativo e qualitativo.

2. DADOS E INFORMAÇÕES DOS EIXOS

2.1. EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFGD (2013-2017) está organizado em cinco eixos, como pode ser observado:

- Ensino Público, Gratuito e de Qualidade
- Informação, Informatização e Transparência;
- Desenvolvimento Social, Inovação e Inclusão;
- Mobilidade e Internacionalização Acadêmica;
- Sustentabilidade e Eficiência dos Gastos Públicos.

A Comissão Própria de Avaliação inseriu no instrumento de autoavaliação institucional, algumas questões para conhecer a avaliação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos administrativos) em relação aos esforços da UFGD em tornar conhecido seu PDI, sua missão e suas práticas pedagógicas.

Conforme descrito no portal da UFGD

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para um período de 5 anos (2013-2017), é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Ou seja, é um instrumento do planejamento institucional. Ele se presta à formulação coletiva de objetivos e diretrizes claros. Ele é necessário para garantir empenho e perseverança na construção desses objetivos. Sabemos que a construção de uma dada realidade requer, primeiro, a decisão de construí-la e, segundo, a persistência na construção. O PDI é o escalonamento, num dado tempo, de ações que conduzam à consolidação da realidade desejada.

Na UFGD a adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, tende em grande medida a construírem-se de maneira satisfatória o que pode ser verificado pelas notas do ENADE, por exemplo, em que os cursos vêm melhorando gradativamente, muito embora eles apresentem resultados positivos, percebem-se flutuações em seus conceitos ano após ano, dado que pode ser compreendido pela expansão da Instituição, bem como pela ampliação de vagas no interior dos próprios cursos, seja com a efetivação de outras modalidades, como com o Bacharelado em cursos que tinham apenas a Licenciatura, ou mesmo com a aprovação de vários cursos

de pós-graduação, seja *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados), dada ampliação denota a melhoria na oferta dos cursos, o que atende ao Planejamento Geral da Instituição, mas que pode em dados momentos oferecer fragilidades já que se necessita concentrar esforços comuns na efetivação das melhorias.

Essa ampliação pode ser visualizada no Plano de Ação, que diz que “A meta, é ampliar a oferta de cursos de graduação, dentro das áreas da Educação, Artes e Humanidade; Serviços e Tecnologia e, para esse quadriênio (2011-2015) temos a previsão de implantação de 29 novos cursos de graduação presencial, oferecendo 6400 novas vagas. Para a pós-graduação tem-se e previsão da implantação de 15 novos mestrados e 8 doutorados, ofertando assim 812 novas vagas” (Plano de Ação 2011-2015). Logicamente o Plano de Ação estava pautado em um programa de expansão que vinha se desenvolvendo em nível nacional e que suas expectativas foram reduzidas em função da ordem econômica que o país atravessa atualmente.

Outro dado que merece atenção é a apropriação das políticas públicas incluídas na Instituição, que também são um bom indicador de qualidade, pois há uma grande variedade étnica que é atendida, em diferentes módulos de aplicação e que permanece acerca da instituição. Em relação à adequação a UFGD tem como prática criar mecanismos de acompanhamento através dos NDEs (Núcleos Docentes Estruturantes), Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-graduação, entre outros mecanismos relacionados à avaliação da aprendizagem, tais como o Sigecad (Sistema de Gerenciamento Acadêmico), que possibilita aos docentes, discentes e coordenadores não apenas fazer os registros cotidianos das atividades programadas, o Sistema gera também dados estatísticos por alunos, turmas e cursos, o que possibilita fazer uma análise pormenorizada do andamento da aprendizagem por meio do IDA (Índice de Desenvolvimento Acadêmico).

A CPA observou que é notória a boa articulação entre o PDI e o PPI, visto que o planejamento e a avaliação feita pelos cursos são considerados como instrumentos integrados e sincronizados, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta concepção está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional. Todavia, a gestão é diretamente ligada aos propósitos nacionais e as variáveis sofrem interferências tanto políticas quanto econômicas.

Nos procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas, o diretor central é a

autoavaliação, o PDI (Projeto de Desenvolvimento Interno) prevê que dentro dos PPCs possam se construir projetos de autoavaliação dos cursos, com a CPA enviando propostas de autoavaliação, estas sendo aplicadas em conjunto com os Colegiados dos Cursos. Não podemos perder de vista que a UFGD está comprometida no sentido de atender a meta nacional, qual seja, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurando a qualidade da oferta; elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para setenta e cinco por cento, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, trinta e cinco por cento doutores e elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores. Além do aumento quantitativo, a UFGD pretende se tornar referência no ensino e prática da pesquisa, com os programas de pós-graduação, isso será o diferencial da Universidade, na formação de quadros de alto nível para a produção de ciência e tecnologia na região da Grande Dourados e para o Mato Grosso do Sul, Brasil e países da América Latina.

No planejamento Institucional há um planejamento das atividades da instituição que incorpora ações para a melhoria contínua, a relação entre a autoavaliação e o planejamento tem se tornado efetiva por meio dos órgãos internos competentes, como por exemplo, com a Pró Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento (PROAP) que planeja e promove os mecanismos necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, comunicação e informatização da UFGD considerando demandas e planos institucionais. É nesse setor que ocorrem o planejamento, orientação, supervisão, avaliação e execução da política de desenvolvimento e suprimento de recursos materiais e financeiros da Universidade. A equipe ainda supervisiona e controla a aplicação de recursos orçamentários, planeja e acompanha a execução do orçamento, supervisiona a elaboração da prestação anual de contas, além de apoiar estudos, projetos e programas para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas no plano de ação e Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD. Há também o Plano de Logística Sustentável da UFGD foi aprovado pela **Resolução nº. 197 de 27 de dezembro de 2013**. Esta é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão

estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

A UFGD foi criada em 2006 já no contexto do Sinaes, criado em 2004, a avaliação do Sinaes é o que direciona desde o início as autoavaliações da UFGD. Não é possível afirmar que existe pleno consenso sobre os objetivos do processo de autoavaliação, indiferente do direcionador dos itens a serem avaliados ser do Sinaes, ou de outro sistema de autoavaliação, uma maneira de auferir isso é o índice de rejeição ou baixo preenchimento por parte da comunidade acadêmica dos formulários avaliativos, embora os números garantam uma amostra importante e segura, é possível melhorar. No tocante a isso a CPA ainda precisa aperfeiçoar a metodologia de aplicação do questionário. Todavia, é crível concordar que os índices quantitativos melhoraram bastante desde a primeira autoavaliação.

A CPA mudou o *modus operandi*, na aplicação dos questionários e isso permitiu mudar a expressividade da CPA junto a Instituição, uma nova tomada de interesse é fomentar a importância da CPA junto à comunidade acadêmica, com a promoção de seminários sobre autoavaliação, bem como tornar os índices e trabalhos desenvolvidos pela CPA mais evidentes para a comunidade acadêmica da UFGD. Outro elemento importante de ser considerado é a tardia, mas necessária separação do papel representativo de apoio da Divisão de Avaliação Institucional – DIAVI, ligada a PROAP, do papel de fato da Comissão Própria de Avaliação no interior da Instituição, dado que até então havia uma mescla de funções entre a CPA e a Divisão, o que nem sempre é considerado como um bom modelo de caminhada pela CPA, que precisa de maior autonomia.

A metodologia utilizada para o processo de recolha de dados pela CPA foi acordada entre os membros da Comissão e a DIAVI e atende aos objetivos, uma forma de perceber isso foi à diferença entre a baixa adesão de respostas por meio de um formulário anterior que era mais extenso e que contava com um sistema de respostas considerado lento, foi preciso redirecionar tanto a metodologia aplicada quanto o número de questões realizadas para favorecer a agilidade ao público acadêmico no preenchimento, sem perder de vista os níveis de avaliação que era preciso atestar.

A CPA em conjunto com a PROAP passou a utilizar a plataforma *limesurvey*, que naquele momento atendeu a demanda expedida em relação à agilidade e a qualidade de recepção e operacionalização futura dos dados recolhidos, passando a analisar os resultados de forma mais dinâmica e aplicando acima de tudo uma análise que seja

capaz de refletir um teor mais qualitativo das amostras recolhidas junto à nova metodologia de aplicação dos questionários.

Foi possível colher e sistematizar informações importantes disponíveis na instituição com a realização da autoavaliação, que após a aplicação do questionário para a autoavaliação, todos os resultados foram tabulados e realizou-se a confecção dos gráficos para melhor percepção dos resultados, passando posteriormente para o crivo analítico qualitativo. Um dos problemas que a CPA precisa equacionar é discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade interna e externa para que eles possam gerar ações e mudanças imediatas com o processo de autoavaliação.

Houve no decorrer do processo de autoavaliação, as condições necessárias para uma avaliação efetiva bem como a participação foi suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da autoavaliação da maior parte da comunidade. Os índices alcançados no processo avaliativo de 2014, podem ser considerados uma amostra segura, com mais de 30% dos alunos, cerca de 54% dos docentes, e mais de 61% dos técnicos administrativos respondendo ao questionário, o questionário é abrangente com mais de 80 questões e de rápido preenchimento em torno de cinco minutos para finalizá-lo. Muito embora a CPA ainda seja uma Comissão bastante tímida no conjunto universitário da UFGD, a divulgação ou mesmo a difusão dos resultados alcançados pelo trabalho da CPA necessita ser melhorado. Os processos de melhorias estão em andamento a Comissão Própria de Avaliação conseguiu um espaço compartilhado para atendimento, com telefone, e suporte técnico-administrativo, parece uma medida modesta, mas é significativa no sentido da materialização Institucional da CPA.

Não foi necessário gerar informação adicional, pois os dados levantados conseguiram atender ao que foi pensado e planejado para a Instituição e que a autoavaliação contemplou com os resultados. O processo de autoavaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a instituição, e os dados coletados no questionário de 2014 apontam que “quando observado as respostas dos alunos em 80%, e dos técnicos administrativos em 39%” e percebe-se que há um desconhecimento das ações com o foco no PDI, sobretudo pelo nível de conhecimento do PDI e os desdobramentos desse instrumento. No entanto no que diz respeito à divulgação do PDI os dados revelam que; 52% dos alunos, 51% dos docentes e 37% dos técnicos consideraram positivamente a divulgação feita pela Universidade. Como estratégia para elevarmos o nível de conhecimento dos mesmos, pretende-se ampliar os canais de divulgação por meios

mediáticos como internet, comunicação interna e materiais impressos, eventos como seminários para sensibilizar, já que a fomentação da Universidade em incentivar à participação da sua comunidade nos órgãos colegiados (Conselho Diretor; Câmaras; Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura - CEPEC e Conselho Universitário - COUNI), foi considerada positivamente pelos três segmentos. Pois a Universidade entende que a comunidade acadêmica deve conhecer e/ ou participar de todos os espaços institucionais, para seu maior desenvolvimento social, individual, crítico e reflexivo. Todavia, a CPA reconhece que a autoavaliação deixa a desejar quanto aos egressos, pois a participação desses é desconhecida no interior das respostas dos questionários emitidos.

Um componente que a CPA frisa de maneira contundente e que a Instituição se mostra confiante no desenvolvimento de ações é com relação ao compromisso social da Universidade, para melhorar o papel social, seja por meio de ações que ajudam a fixar os alunos mais carentes na universidade seja por meio da implantação de cursos voltados para os grupos menos favorecido da população como os indígenas e os assentados. A UFGD implantou por meio da Coordenadoria Especial de Ações Comunitárias e Assuntos Estudantis (COAE) diversos projetos e programas de Ações Comunitárias e Assistência Estudantil para os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e, essas ações visam garantir o acesso, a permanência e diplomação dos estudantes na Instituição, com vistas à inclusão social, diálogo com a comunidade, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial, e nesse conjunto a CPA procura atuar enquanto comissão apta não apenas a avaliar os cursos, mas sobretudo no sentido de apoiar e contribuir para que eles se tornem cursos, áreas e programas de excelência no interior da Instituição.

Conforme o Plano de Ação (2011-2015) é possível perceber que os Programas de Assistência Estudantil da COAE/UFGD obedecem aos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação, compreendendo: a afirmação da Educação como uma política de Estado; gratuidade do ensino; igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso; formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de

preconceitos; pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central; e integração com as atividades fins da UFGD: ensino, pesquisa e extensão. A CPA atua também como uma forma de recolher informações e pautar as propostas emanadas pela comunidade acadêmica que é mais sensível aos novos desafios.

A UFGD se empenhou também na criação de um curso de formação superior específica para professores indígenas Guarani e Kaiowá, implantando o Curso de Licenciatura Intercultural - Teko Arandu. Em outubro de 2011 foi realizada a sessão solene de colação de grau da primeira turma, com a formação de 39 indígenas de várias aldeias da região da Grande Dourados. Para o fortalecimento dessa linha de ação a UFGD criou a Faculdade de Estudos Indígenas, que levará em consideração as necessidades de formação superior das populações indígenas de Mato Grosso do Sul, especialmente da região da Grande Dourados e a experiência acadêmica da UFGD, no ensino, pesquisa e extensão, junto a estas comunidades, de modo especial, desde a criação do Curso de Licenciatura Intercultural – Teko Arandu. A Faculdade de Estudos Indígenas terá mais ferramentas para desenvolver uma formação diferenciada e continuada para esse público, tanto para complementar a formação dos que optarem por cursos não específicos aos indígenas, quanto para aqueles que já estariam em cursos direcionados, como o Teko Arandu.

Outra linha de ação da UFGD visando atingir a população mais carente de assentamento rurais, foi a implantação do projeto “Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA”, com 50 alunos, todos assentados ou filhos de assentados. O objetivo do curso é propiciar às populações dos assentamentos de Reforma Agrária o direito à educação, à capacitação profissional e a especialização nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a contribuir para os projetos de desenvolvimento e transferência de tecnologia nos assentamentos rurais. A CPA busca ainda de maneira tímida a melhor maneira de se tornar visível para esses públicos, não no papel do avaliador institucional, mas sim, como uma Comissão que está apta a ouvir, dialogar e compreender as diversidades que fazem parte da UFGD, assim sendo, a CPA contempla atualmente membros de todas as Faculdades da Instituição, representantes docentes, técnicos administrativos e discentes para que em conjunto possam realmente desfrutar do compromisso social do que é ser uma Universidade.

A UFGD foi idealizada com fins de ser um instrumento social e político-institucional objetivando responder a imensos desafios da educação superior brasileira, em articulação com o Sistema IFES e do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente

da conhecida macrorregião de Dourados, no que tange ao desenvolvimento de sua economia, de sua cultura, das políticas públicas, das relações sociais, de preservação do meio ambiente, enfim, da melhoria da qualidade de vida da população.

2.1.1. Missão

Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade, no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social. (UFGD, PDI 2013-2017, p. 18)

2.1.2. Visão de Futuro

Ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e por sua filosofia humanista e democrática. . (UFGD, PDI 2013-2017, p. 18)

2.1.3. Plano de Desenvolvimento Institucional

Em seu PDI para o período de 2013-2017, a UFGD, expressa o amplo desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico e administrativo da UFGD, revelando o seu compromisso com a excelência acadêmica, com a democratização do acesso à Universidade e com a inclusão social.

O PDI 2013-2017 reconhece os imensos desafios que tem até o cumprimento deste planejamento, na verdade, apresenta as principais fragilidades e carências apontadas no momento de sua elaboração, fruto da participação efetiva de toda a comunidade acadêmica.

O PDI é um documento que identifica a UFGD no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Ou seja, é um instrumento do planejamento institucional.

O documento também se presta à formulação coletiva de diretrizes e objetivos claros, necessários para garantir empenho e perseverança na construção destes. Sabemos que a construção de uma dada realidade requer primeiramente a decisão de construí-la, e

em segundo lugar a persistência na construção. O PDI é o escalonamento, num dado tempo, de ações que conduzam à consolidação da realidade desejada.

O PDI é um documento construído coletivamente pela comunidade acadêmica que objetiva apontar o futuro que a Instituição almeja para si, incorporando ao cotidiano acadêmico o planejamento e a avaliação como atividades de responsabilidade coletiva. Uma visão operacional de futuro deve considerar o ideal de universidade que se tem, expressa pela formulação de sua missão e calcada na realidade dos desafios, das crises e das exigências contemporâneas, traduzindo essa mesma visão em objetivos claros, diretrizes pertinentes e metas exequíveis.

Mais que um documento, o PDI responde a uma necessidade interna. Ou seja, em razão da amplitude e da complexidade da Instituição, os desafios que hoje se apresentam requerem um planejamento mais acurado e efetivo para serem enfrentados com eficácia.

O atendimento às demandas de novos Cursos de Graduação; a melhoria da qualidade dos Cursos existentes; a ampliação da competência científica para a pesquisa e para a oferta de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*; o estreitamento das relações com a sociedade, são exemplos de desafios cujas respostas dependem do grau de envolvimento da comunidade interna e externa para com eles.

A construção do PDI na UFGD foi um processo coletivo. Como tal, envolveu em maior ou menor grau todos os membros da comunidade acadêmica. Os princípios da representatividade, da participação e do respeito à pluralidade de pensamento nortearam esse processo.

Por fim, o PDI clareia o princípio que norteia a construção da UFGD, ou seja, a democracia participativa, pois na sua elaboração participaram todos os setores e segmentos da UFGD, debatendo e avaliando amplamente todas as questões apresentadas, elaborando e reelaborando o compromisso de todos com a Instituição em construção – que será motivo de orgulho para toda a coletividade.

2.1.4. Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às Atividades de Ensino, Extensão, Gestão Acadêmica, Gestão Institucional e Avaliação Institucional

O PDI da UFGD é o documento que serve de norte para a gestão acadêmica, institucional e administrativa, portanto, deve ser de amplo conhecimento da comunidade acadêmica. A formulação do PDI orienta, esforços são canalizados no sentido de torná-

lo um parâmetro para toda iniciativa, projetos acadêmicos, formulação de estratégias, projetos de expansão e de crescimento, estímulo à pesquisa, à extensão, à cultura, ao apoio estudantil e Pós-Graduação e assim por diante.

Para tanto, todas as unidades acadêmicas estruturam seus Cursos e seus projetos pedagógicos (PPC), com liberdade de ação, mas sempre atentos às diretrizes, às estratégias de ações e compromissos da UFGD, estabelecidos no PDI.

Apresenta a seguir as políticas de ensino, que se constituem basicamente em ensino público, gratuito e de qualidade; as diretrizes da pesquisa, extensão e gestão, em um processo contínuo que deverá nortear as decisões institucionais assumidas nos capítulos II e III do título II do Estatuto; e as estratégias a serem utilizadas para assegurar a implementação das atividades e do processo de avaliação institucional.

Especificamente para as políticas de gestão, o PDI estabelece as etapas do processo administrativo, além da responsabilidade social da Instituição, que tem como componentes o desenvolvimento pleno de seu corpo discente, docente e técnico-administrativo; o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho no contexto de ensino em seus diversos níveis de pesquisa e de extensão.

As ações previstas no PDI visam também à gradativa eliminação das desigualdades sociais dentro de um contexto de desenvolvimento, pois o maior compromisso social da UFGD é a construção de uma sociedade mais justa, enfatizando a contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento da região, formando profissionais-cidadãos comprometidos com a ética e com a sustentabilidade regional.

Quanto aos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs da Universidade, estes representam o compromisso de cada um em formar profissionais com saberes, competências e habilidades, tornando-os capazes de se posicionarem no mercado local, regional ou nacional. Cada Curso estabelece seus objetivos e perfil do egresso com base na missão e nos objetivos da UFGD, já estabelecidos no PDI.

As Pró Reitorias da UFGD, órgãos de apoio à Reitoria, criam políticas de pesquisa, extensão, cultura, planejamento, gestão de pessoas e carreira, apoio e incentivo aos estudantes, apoio à pesquisa, dentre outros, e articulam com as unidades acadêmicas essas políticas para que possam de fato ser efetivadas na Universidade.

Na dimensão onde se relata a política de ensino, pesquisa e extensão, constante neste relatório, as ações das Pró Reitorias ficam mais evidentes, e as mesmas prestam conta de suas atividades, articulando todas as ações da Universidade em volta de um

objetivo maior, que é a sua missão, além de apontar também suas carências, potencialidade e fragilidades.

Toda essa articulação se concretiza em função do planejamento das ações cotidianas que tomam como norte as proposições estabelecidas no PDI e as diretrizes do PPI e dos PPCs, para que se chegue à materialização dos objetivos e metas propostos. Desta forma, toda atividade sugerida tem observada a referência a estes documentos para o andamento de quaisquer atividades acadêmicas, desenvolvidas pelas Faculdades, órgãos institucionais e colegiados.

O andamento é avaliado por meio da elaboração, realização e acompanhamento de planos de ação anuais, reuniões com grupo de pessoas estratégicas no andamento das atividades – como gestores das Pró Reitorias e assessores diretos, diretores de Faculdades, coordenadores de Curso, representantes discentes e técnicos – e avaliação estabelecida continuamente por cada órgão para observação do cumprimento de suas diversas etapas, bem como os relatórios parciais e anuais das atividades realizadas pelo diversos órgãos.

De forma geral, o PDI da UFGD está estrutura e coerente com as ações e as práticas a qual se propõe. As potencialidades já consolidadas (item 3.5.2 página 42 do PDI), por exemplo, continuam sendo realizadas. No entanto, preocupações quanto aos problemas destacadas no item “3.5.1 Principais problemas consolidados do PDI” (páginas 41-42) ainda podem ser atribuídos para esse ano, dependendo de ações para reverter esse cenário.

A criação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFGD previsto e que constam no plano de expansão do PDI, e que seriam implantados no ano de 2015, não foram abertos. A grande dificuldade de ações práticas que deveriam ser tomadas pela instituição, está a mercê dos recursos financeiros aportados pelo governo federal, o qual se tornaram escassos no ano de 2015, dessa forma muitas ações elaboradas não puderam ser executadas.

Atualmente temos (A UFGD consta em 2016 com) 12 faculdades que representam (contemplando) um total de 42 cursos de graduação, sendo destes, 38 presenciais, e quatro de educação à distância. Consta ainda no PDI a criação de novos Cursos, que totalizariam 59 Cursos de Graduação até 2020. No entanto, 17 novos cursos segundo o plano de expansão deveriam ser criados, mas diante do cenário atual essa quantidade deverá ser revista. A pós-graduação conta atualmente, com 48 Cursos, dos quais 19 são Especializações, 21 Mestrado e 8 Doutorado. (Rever)

O Projeto Pedagógico Institucional - PPI da UFGD foi concebido como parte do Plano de Desenvolvimento Institucional, e dessa forma estabelece a missão da Universidade em todos os âmbitos: ensino, pesquisa, extensão.

A articulação do PDI com o PPI é concretizada na formulação dos PPCs dos Cursos de Graduação.

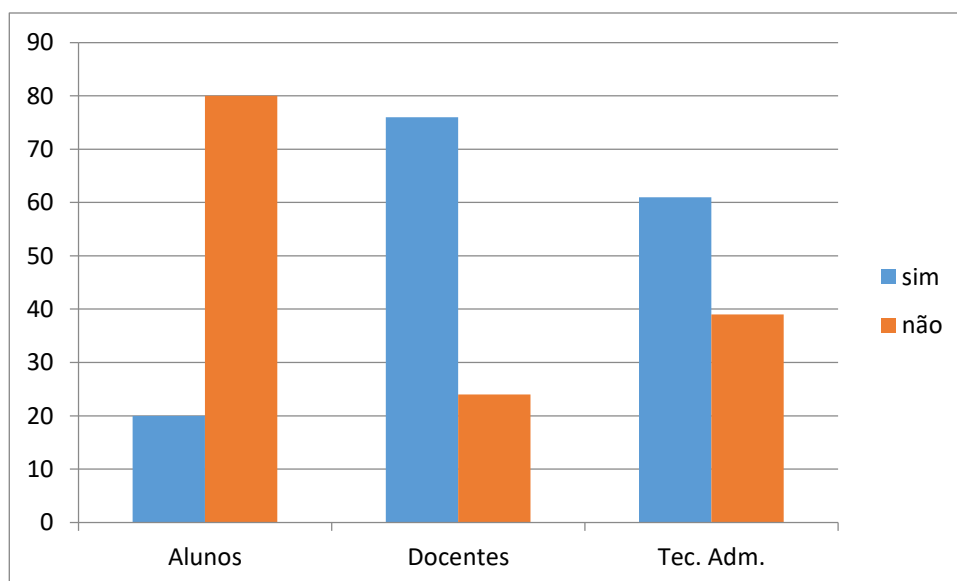
A CPA realizou uma pesquisa entre os discentes, técnicos - administrativos e docentes com a finalidade de conhecer a avaliação dos mesmos sobre os esforços da UFGD em tornar conhecido seu PDI, sua missão e suas práticas pedagógicas. Os dados foram coletados mediante a aplicação de formulários, com perguntas fechadas e padronizadas por categoria.

Dos 5985 alunos matriculados no ano de 2014, 1845 responderam ao questionário, representando uma participação de 30,8%. E dos 524 docentes da instituição, 282 docentes responderam o questionário, significando uma participação de 54%. Em relação aos técnicos administrativos, que em 2014 totalizavam 515 servidores, 318 responderam ao questionário, sendo a categoria de maior participação, com 61,7%.

Em relação ao PDI, aos objetivos, à missão e a articulação das práticas pedagógicas, obteve-se a seguinte avaliação na opinião dos entrevistados:

Quando perguntado se “Você conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a missão, os objetivos e finalidades da UFGD?”, os resultados apresentados no Gráfico 01 demonstram que 20% dos acadêmicos, 61% dos técnicos e 76% dos docentes afirmaram ter conhecimento sobre o PDI.

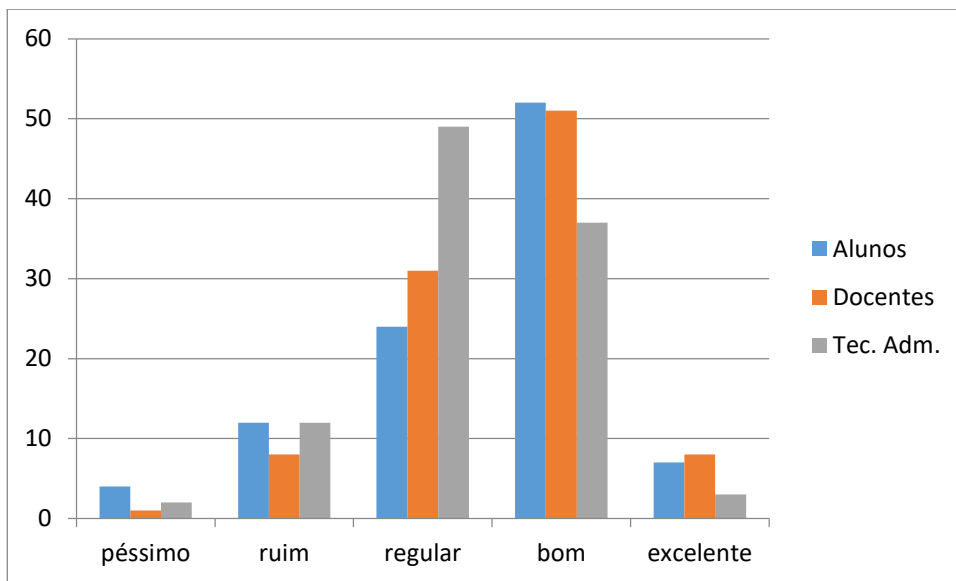
Gráfico 1 - Avaliação do conhecimento do PDI, missão, objetivos e finalidades da UFGD, por parte da comunidade acadêmica



Conforme a resposta, Sim ou Não, o questionário abria uma segunda questão, para o participante avaliar a divulgação do PDI junto à comunidade acadêmica, ou as razões do desconhecimento.

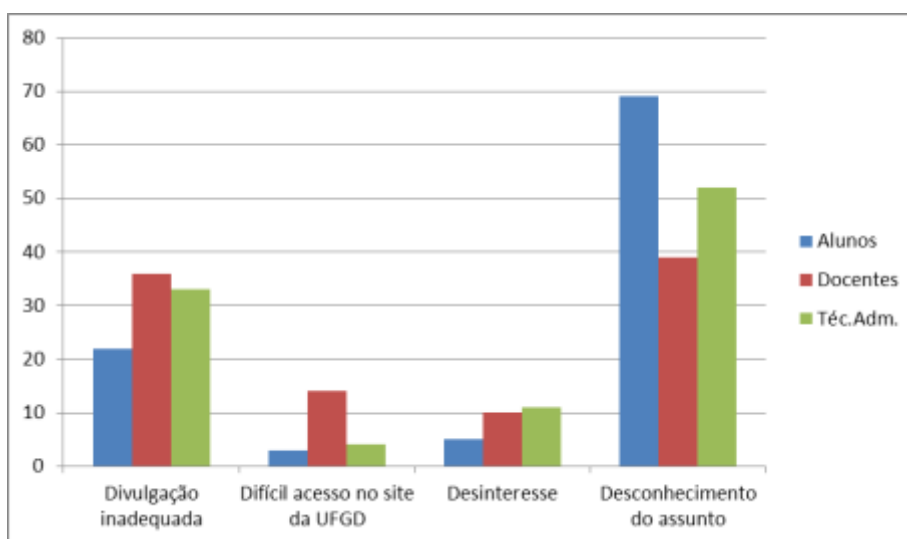
Assim dos participantes que responderam SIM, conhecem o PDI, em média 86% consideram a divulgação regular, bom e excelente. Interessante ressaltar que dos 20% dos discentes que afirmaram conhecer o PDI, 83% consideram satisfatória a divulgação do PDI, como no Gráfico 02.

Gráfico 2 - Avaliação da divulgação do PDI à comunidade acadêmica



E quando a resposta à primeira pergunta é NÃO, ou seja, desconhecem o PDI, obtivemos os seguintes resultados, demonstrados no Gráfico 03:

Gráfico 3 - Avaliação do motivo de desconhecimento do PDI



É possível deduzir por meio do gráfico que os discentes que representam a maior parcela que desconhecem o PDI, consideram falha a divulgação do mesmo, pois embora, o questionário tivesse como respostas quatro alternativas, podemos considerar a primeira “Divulgação inadequada” e “Desconhecimento do assunto” diretamente relacionado à falta de divulgação. Junto aos acadêmicos, não houve uma divulgação pontual, como por exemplo, nas salas de aula.

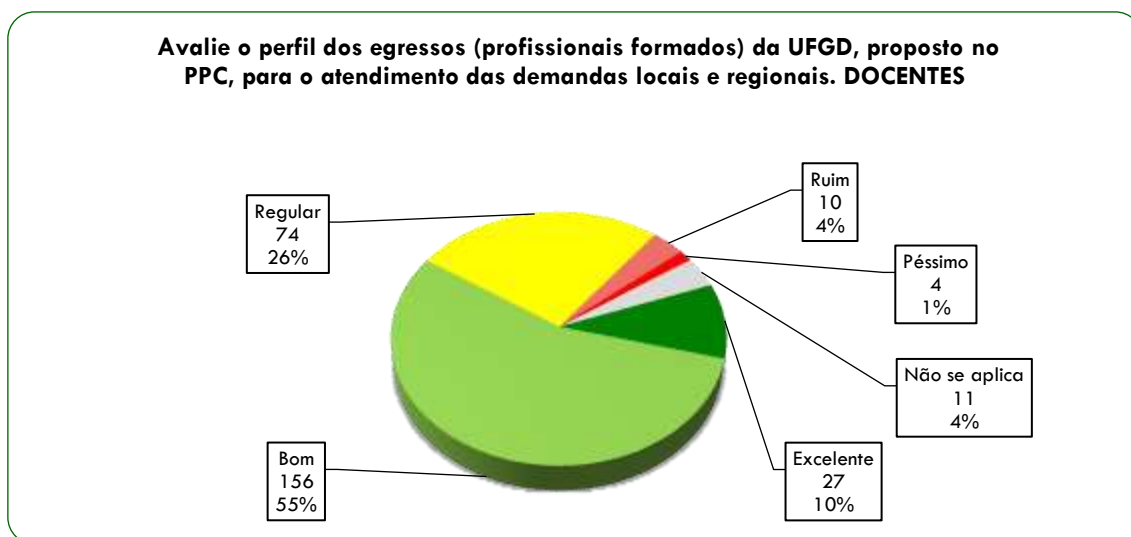
Embora o PDI da UFGD seja reconhecido pela grande maioria dos técnicos e docentes, uma faixa representativa apontou resposta negativa, 24% dos docentes e 39% dos técnicos desconhecem o PDI. Isso pode estar relacionado à frequente contratação de novos técnicos e docentes que ainda não tiveram contato, ou não foram apresentados ao PDI.

Visto que o PDI é um documento norteador para os cursos de graduação e pós-graduação, se faz necessárias ações voltadas para sua divulgação junto à comunidade em geral, e principalmente para a comunidade discente, ações em caráter permanentemente longitudinal considerando que o fluxo acadêmico é dinâmico, especialmente dos estudantes.

A socialização do PDI pela comunidade acadêmica de uma Universidade é de fundamental importância, no sentido em que somente no momento em que os compromissos estabelecidos pela Universidade se tornam conhecidos é que se pode efetivamente avaliar esses compromissos e também acompanhar o desenvolvimento dos projetos firmados e das estratégias estabelecidas.

A UFGD estabelece nos PPCs de cada curso o perfil desejado do egresso, assim a CPA analisou a percepção dos docentes em relação ao perfil dos egressos, e os resultados demonstram que 43% dos docentes consideram Excelente e Bom o perfil dos egressos, e 36% Regular, conforme Gráfico 04. Demonstrando que a avaliação do perfil dos egressos em relação ao perfil esperado elencado nos PPCs está positiva.

Gráfico 4 - Avaliação do perfil dos egressos



2.2. EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este eixo refere-se à contribuição da Instituição em relação à inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

2.2.1. Acessibilidade

Por acessibilidade entende-se a definição que traz a NBR 9050 de 2004: “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Acessível, de acordo com a Norma, significa “Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação”.

A UFGD tem buscado condições de acessibilidade física com a progressiva eliminação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação com intuito de proporcionar que as pessoas com qualquer tipo de necessidade especial sejam estimuladas a ingressar no Ensino Superior, e assim possam encontrar condições adequadas de ensino e aprendizagem e de sucesso e permanência na carreira acadêmica.

O Programa Acessibilidade de Estudantes Portadores de Necessidades Especiais tem como finalidades promover uma educação inclusiva e garantir aos estudantes com necessidades especiais o acesso, permanência e as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFGD.

Este programa é oferecido por demanda em parceria com Laboratório de Acessibilidade e Práticas de Educação Inclusiva – LAPEI, da Faculdade de Educação, e houve acompanhamento do processo educativo de todos os acadêmicos portadores de necessidades em 2015.

O LAPEI é um espaço de formação contínua para docentes, discentes, técnicos administrativos, e comunidade externa. Neste laboratório estão disponíveis materiais como microcomputador adaptado, impressora braile, televisão com lupa, dentre outros. O foco deste laboratório é a inclusão e formação de discentes, em que os mesmos utilizam o laboratório para estudos, principalmente em versão braile. O Laboratório faz parte do Núcleo de Acessibilidade e Práticas de Educação da Universidade, que ainda encontra-se em construção, sem estrutura física concretizada em sua totalidade.

A UFGD ainda possui um Curso de Graduação em Licenciatura em Letras-Libras (vigente desde 2013), que atende o Decreto 5.626 de 2005, além de possuir um grupo de estudo de Libras, pertencente à Faculdade de Educação à Distância (EAD). A finalidade do curso é atender demandas da própria Universidade, além e formar profissionais habilitados para atendimento às pessoas com surdez. A UFGD também oferece aos servidores cursos de capacitação em Libras.

Referente à questionário realizado em 2014 sobre acessibilidade para portadores de necessidades especiais, a maioria da comunidade acadêmica (técnicos administrativos, docentes e discentes) entende que a UFGD está entre os conceitos regular e bom, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5 - Atendimento as demandas de acessibilidade de portadores de necessidades especiais (cegos, surdos, mudos, entre outros)

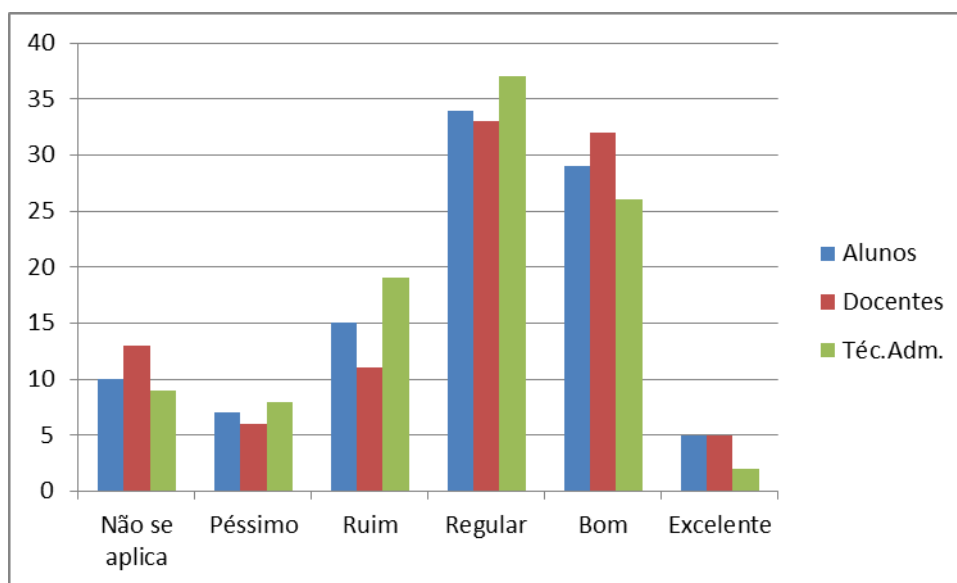
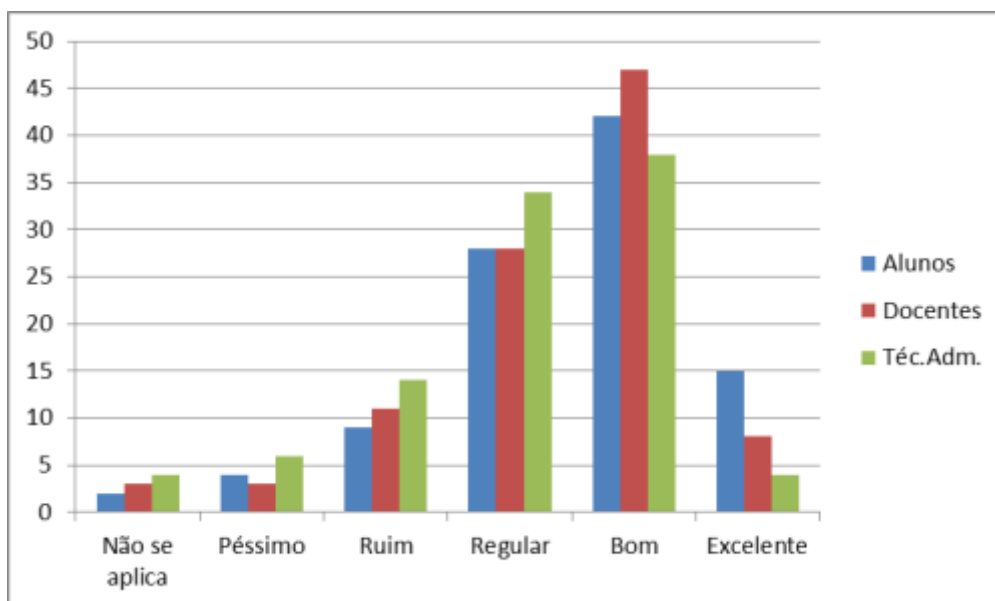


Gráfico 6 - Condições de acessos para pessoas com deficiência física (rampas com inclinação adequada ou elevadores, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamentos de acordo com as exigências legais, entre outras)



2.2.2. Infraestrutura

De acordo com Norma Federal, a UFGD está em processo de instalação de placas informativas táteis, bem como piso tátil e bebedouros adaptados, além de intervenções urbanas como: rebaixamento de calçadas, pintura de estacionamento, e outros. Destaca-se que esta implantação foi realizada em sua completude na Faculdade

de Educação, porém em outras faculdades encontra-se parcialmente implantada. As placas informativas táteis ainda não estão instaladas, porém elevadores de acesso, bebedouros e banheiros adaptados, rampas, além de pisos táteis podem ser encontrados na maioria das faculdades da UFGD.

Ainda com relação à infraestrutura, a Universidade possui projetos das obras em andamento buscando proporcionar a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Neste âmbito, podemos destacar a Biblioteca Central, que possui as seguintes instalações: 5 rampas de acesso (parte externa); piso tátil na parte externa; 3 elevadores; balcão rebaixado para atendimento; mesas apropriadas para cadeirantes, além de uma cadeira de rodas disponível para uso; 3 banheiros adaptados; periódicos em braile e bebedouros adaptados. Infelizmente, ainda podemos perceber a ausência de servidor que reconheça a língua de sinais ou mesmo a leitura em braile, além da ausência de aparelhos para deficientes auditivos.

Em relação aos processos seletivos de técnicos e docentes, a UFGD faz reserva de vagas nos seus processos para Pessoas com Deficiência (PCD), de acordo com o § 2º, do Artigo 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, inclusive para professores substitutos. Para seleção de alunos temos apenas as reservas por cotas raciais e sociais.

2.2.3. Criação de conhecimentos e desenvolvimento cultural

Quando se trata da contribuição de criação de conhecimentos para o desenvolvimento cultural da nação, a Universidade possui a Coordenadoria de Cultura (COC), localizada na Reitoria, que em 2015 realizou as seguintes ações: oficinas culturais de dança, música, teatro, artes plásticas e audiovisual; palestras e workshops na área de música, audiovisual e teatro; exibições de filmes nacionais e internacionais; apresentações de música erudita e popular; apresentações de espetáculos teatrais de rua. Todas essas ações foram realizadas através dos projetos institucionais: “Oficinas Culturais 2015”, “Celebração 2015”, “3ª Mostra Audiovisual de Dourados” e “2º Festival Douradense de Música”. Todas as atividades descritas tiveram interação com o meio social, através das oficinas culturais que ofereciam oportunidade da comunidade de Dourados E região realizar praticas musicais, de teatro, dança e audiovisual. Algumas das oficinas culturais foram feitas em parceria com os CRAS - Centros de Referência de Assistência Social do município, além das exibições da Mostra Infantil,

durante a “3ª Mostra audiovisual de Dourados”, destinadas aos alunos de escolas públicas da região.

Ações gratuitas como “3ª Mostra Audiovisual de Dourados” e o “2º Festival Douradense de Música” promovem a cidadania dos indivíduos que participam de suas atividades por oportunizar o acesso a espaços culturais, como o Teatro Municipal de Dourados, praças e locais públicos para apreciação de apresentações e exibições de obras nacionais e internacionais que dificilmente a comunidade em vulnerabilidade social tem oportunidade de presenciar. Os setores atingidos por essas ações são os jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, idosos de casas de repouso, comunidades historicamente excluídas como indígenas e assentados.

2.2.4. Inclusão social e assistência a setores ou grupos sociais discriminados ou subrepresentados

No âmbito da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados ou subrepresentados, a Universidade conta com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que atua junto às escolas parceiras, atendendo um público diversificado, não havendo preocupação em distinguir/restringir as ações somente a grupos sociais discriminados. Entretanto, é importante ressaltar que o subprojeto Letras LIBRAS trabalhou com estudantes surdos que constituem um grupo denominado de Inclusão Social.

O PIBID-UFGD abarcou, em 2015, 14 cursos de Licenciatura, que participaram através de seus Subprojetos no projeto institucional, sendo eles: Licenciatura em Matemática, Química, Ciências Biológicas, Pedagogia, Geografia, Psicologia, Artes Cênicas/Teatro, Letras Libras, Ciências Sociais, História, Letras Português, Educação Física, Informática, Pedagogia EAD. Em cada subprojeto foram desenvolvidas diversas ações/atividades nas escolas parceiras, além de ações de divulgação dos resultados obtidos pelos subprojetos (participação em feiras, colóquios, eventos- regionais, nacionais e internacionais).

Considerando o montante de atividades/ações realizadas pelos subprojetos do PIBID, é fato que houve transmissão de conhecimento técnico-científico e cultural, dentre eles, podemos destacar: participação do ENEPEX 2015; descrição de 33 relatos de experiências pelos bolsistas, supervisores e coordenadores de área dos subprojetos; participação efetiva das discussões do BNCC por bolsistas IDs, supervisores,

coordenadores de área e de gestão, com lançamento de sugestões no documento base por parte de todas as licenciaturas que atuam no PIBID/UFGD.

Além disso, 28 escolas da Educação Básica de Ensino (Municipais e Estaduais) do município de Dourados foram parceiras dos subprojetos do PIBID, sendo elas: Centro de Educação Infantil Mário Kumagai – CEIM/PMK, E E Floriano Viegas Machado, E E Ministro João Paulo dos Reis Veloso, E E Pastor Daniel Berg, E E Professor Alício Araújo, E E Vilmar Vieira de Matos, E E. Celso Muller do Amaral, E Municipal Arthur Campos Mello – EMACM, E. E. Castro Alves, E. E. Presidente Vargas, E. E. Ramona da Silva Pedroso, E.E Presidente Tancredo Neves, EE Alício de Araújo, EE Antonia da Silveira Capilé, EE Floriano Viegas Machado, EE Maria da Glória Muzzi Ferreira, EE Menodora Fialho de Figueiredo, EE Profa. Floriania Lopes, EE Vilmar Vieira Matos, Escola Municipal Clarice Bastos Rosa – EMCBR, Escola Municipal Maria da Rosa Antunes da Silveira Câmara, Escola Municipal Sócrates Câmara – EMSC, E. M. Profa. Iria Lúcia Konzen, Escola Estadual Peri Martins, Escola Municipal Marechal Rondon, Escola Estadual Caetano Pinto, Escola Estadual Fernando Correia Costa.

Importante frisar que o PIBID Diversidade atuou, em 2015, junto com 23 aldeias no estado do Mato Grosso do Sul, contando com 18 escolas nessas aldeias, além de abarcar aproximadamente 200 bolsistas trabalhando neste programa.

2.2.5. Relações com setor público, privado, produtivo e mercado de trabalho

Sobre a questão e relações estabelecidas pela Instituição com o setor público, privado, produtivo e mercado de trabalho, a Universidade possui a Pró Reitoria de Administração (PRAD), que é o órgão responsável pela gestão dos bens materiais e patrimoniais e do espaço físico, bem como pela coordenação, execução e avaliação das atividades do sistema administrativo da UFGD. Esta Pró Reitoria ainda possui os seguintes órgãos, que desempenham as atividades-fim: Assessoria (ASS), Divisão de Convênios (DICONV), Divisão de Contratos (DICON) e Divisão de Gestão Ambiental (DGA). Ainda é composta de órgãos executores de atividades-meio: Coordenadoria de Compras (CCOMP), Coordenaria de Gestão Patrimonial (COGESP), Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG).

No ano de 2015, a PRAD firmou 30 convênios de abertura de campos de estágios curriculares a acadêmicos da graduação com instituições e empresas públicas e

privadas, além de estabelecer acordos de cooperação internacional com universidades estrangeiras, visando a realização conjunta de cooperação acadêmica, científica e cultural, e desenvolvimento de projetos de pesquisa, com mais de 10 convênios nesse campo. Houve também convênios para realização de módulos de Residência Médica, por médicos residentes admitidos nos Programas de Residência Médica ofertados pela UFGD. Convênios foram feitos também com Associação de Moradores do município de Dourados e região com o objetivo de estabelecer parcerias para realização de atividades culturais e de extensão. No total foram realizados mais de 50 convênios firmados pela UFGD com empresas e instituições públicas e privadas, a fim de garantir e estabelecer ações de interação com o setor público, produtivo e de mercado de trabalho.

Quanto às políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida, a Universidade conta com a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE), que tem como principais atribuições à elaboração e administração de projetos e programas voltados à integração da Comunidade Acadêmica e à Assistência Estudantil.

Através de seus programas de Assistência Estudantil, a PROAE promove ações que visam garantir o acesso, a permanência e a diplomação dos acadêmicos na UFGD, tendo como diretrizes os princípios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação. O PNAES tem por objetivo promover ações que garantam a inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, participação em eventos, melhoria do desempenho acadêmico e bem estar psicossocial. Fazem parte dos programas de assistência estudantil os auxílios Permanência e Alimentação no formato de bolsas, o apoio pedagógico em língua estrangeira e oficinas de nivelamento, atendimento psicossocial, e as ações e práticas desportivas. Estão sob responsabilidade da PROAE, o Restaurante Universitário, a Moradia Estudantil, o Centro de Educação Infantil – CEI (tido como referência na região da Grande Dourados, que conta com a parceria da Prefeitura), o Complexo Esportivo e outras estruturas da comunidade acadêmica da UFGD.

A PROAE ainda conta com o Programa Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional, que possibilita aos estudantes da UFGD, em vulnerabilidade socioeconômica, participar de programas de mobilidade internacional oferecidos pela Instituição. Ao estudante beneficiado é concedida uma bolsa mensal pelo período de até seis meses, enquanto estiver realizando a mobilidade, e auxílio financeiro para aquisição das passagens aéreas (ida e volta) para o país de destino da mobilidade acadêmica

internacional e demais deslocamentos internos no Brasil, seguro saúde internacional, despesas com visto e gastos extras (alimentação, transporte, hospedagem etc.). Ao contribuir com o desenvolvimento e formação dos estudantes, o Programa Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional também participa do processo de internacionalização da UFGD. Além disso, a Universidade possui o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), que tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro no valor de seiscentos e vinte e dois reais para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres.

2.3. EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

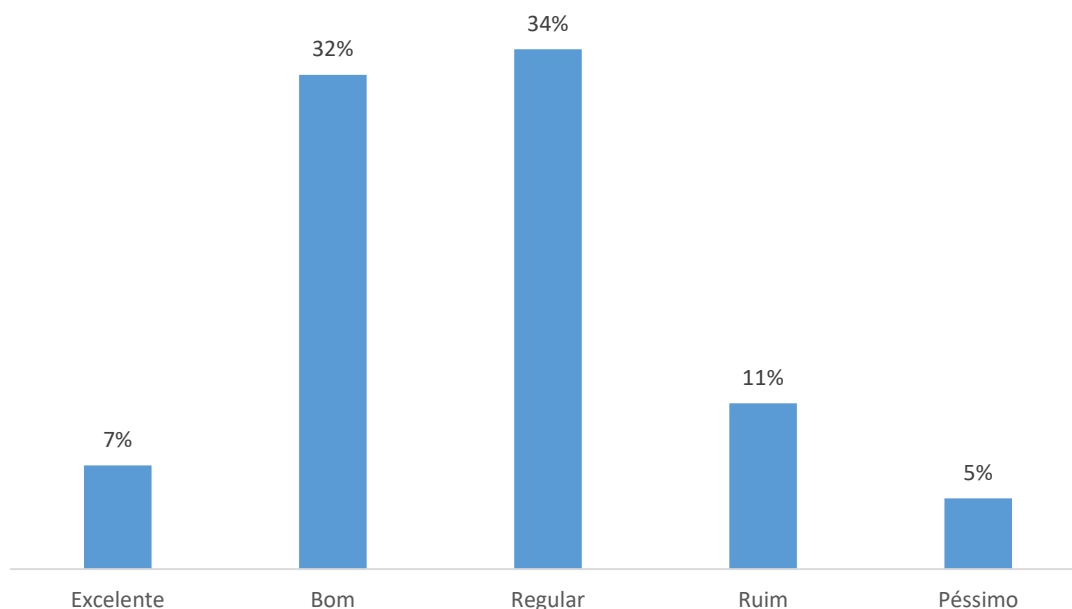
2.3.1. Políticas para ensino, pesquisa e extensão

A UFGD visa promover e integrar as diferentes áreas de conhecimento, no sentido de atender a excelência, à eficiência e ao desenvolvimento dos cursos de graduação e pós-graduação, as políticas de ensino constituem-se basicamente do ensino público, gratuito e de qualidade.

Uma das ações prevista no PDI (2013-2017), é a de implementação de programas que visam à melhoria da qualidade dos cursos de graduação, num processo contínuo de acompanhamento dos projetos políticos pedagógicos, da atuação docente e das estruturas curriculares dos cursos de graduação. Nesse sentido, o objetivo é acompanhar a construção dos projetos políticos pedagógicos dos novos cursos e a reestruturação dos cursos antigos, dando não só atenção aos princípios de modalidade nacional e internacional, mas também àquela interna, dentro dos cursos da própria universidade.

A CPA pesquisou junto aos alunos, a percepção dos mesmos quanto as políticas de ensino que estimulam a melhoria do ensino, a interdisciplinaridade e as inovações didático-pedagógicas, os resultados seguem no gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Percepção dos alunos sobre as políticas de ensino, interdisciplinaridade e inovações didático-pedagógicas

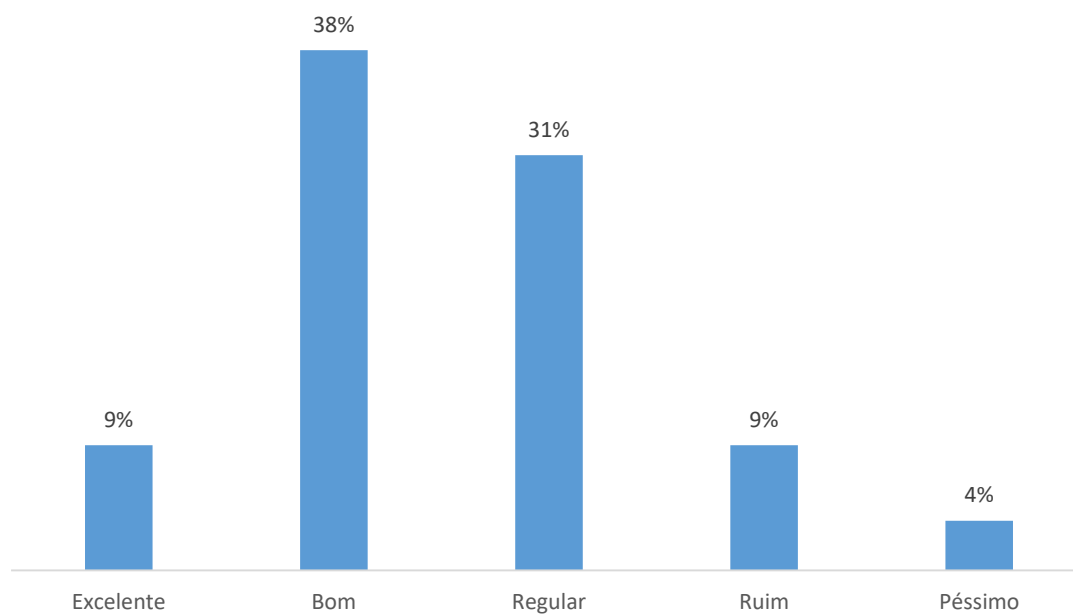


Podemos observar que 34% (n=771) alunos consideram regular; 32% (n=733) bom; 11% (n=246) ruim; 7% (n=154) excelente e 5% (n=105) péssimo. A interdisciplinaridade ocorre de forma satisfatória. Ainda há falta de integração formalizada entre os professores, quanto à elaboração de programas de disciplinas (interdisciplinaridade e formas de avaliação) dentro dos cursos. Predomina o método de ensino tradicional e muitos professores são reticentes a mudanças e ou inovações metodológicas. Em muitos cursos há falta de integração no estabelecimento do conteúdo programático das disciplinas da área básica com o da área aplicada. Falta integração entre os professores para a elaboração de programas de disciplinas, em especial quanto à interdisciplinaridade e às formas de avaliação.

Outro quesito avaliado foi em relação as práticas pedagógicas do curso, em relação a transmissão de informações, processos participativos e utilização de recursos didáticos, para a construção do conhecimento e a formação do aluno, em sua percepção, e pudemos observar que 38% (n=868) alunos consideram boas; 31% (n=693) regulares; 9% (n=209) excelente; 9% (n=209) ruim e 4% (n=83) péssimas. Alguns laboratórios funcionam como incubadoras de ideias e experimentos que permitem aos estudantes uma maior interação entre a graduação e a pós-graduação e melhor clareza da atuação

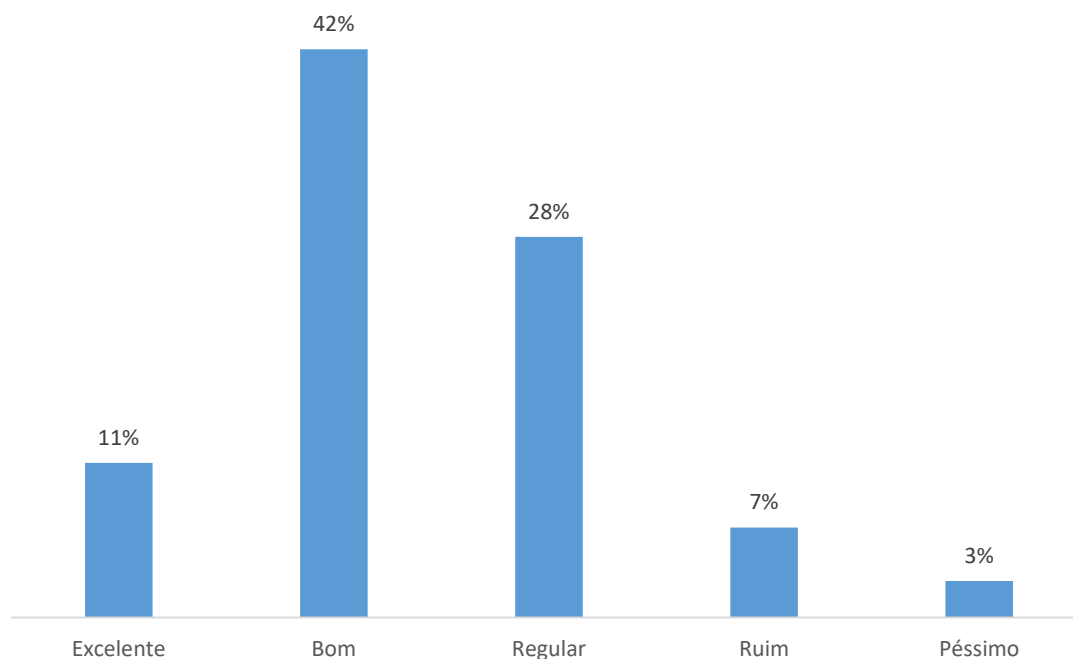
profissional. Alguns cursos estão implantando currículos inovadores para melhorar a qualidade de ensino. Além disso, as revisões curriculares têm permitido a atualização dos projetos políticos dos cursos.

Gráfico 8 - Percepção dos alunos sobre as práticas pedagógicas do curso



A CPA investigou ainda a percepção dos alunos em relação ao currículo do curso, e a organização didático-pedagógica, ou seja, os métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem, constantes no Projeto Pedagógico do Curso, e obtemos os seguintes resultados.

Gráfico 9 - Percepção dos alunos sobre a organização didático-pedagógica do PPC



A respeito do currículo do curso e a organização didático-pedagógica métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem, constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), 42% (n=948) dos alunos consideram bom; 28% (n=635) regular; 11% (n=258) excelente; 7% (n= 150) e 3% (n= 61) péssimo.

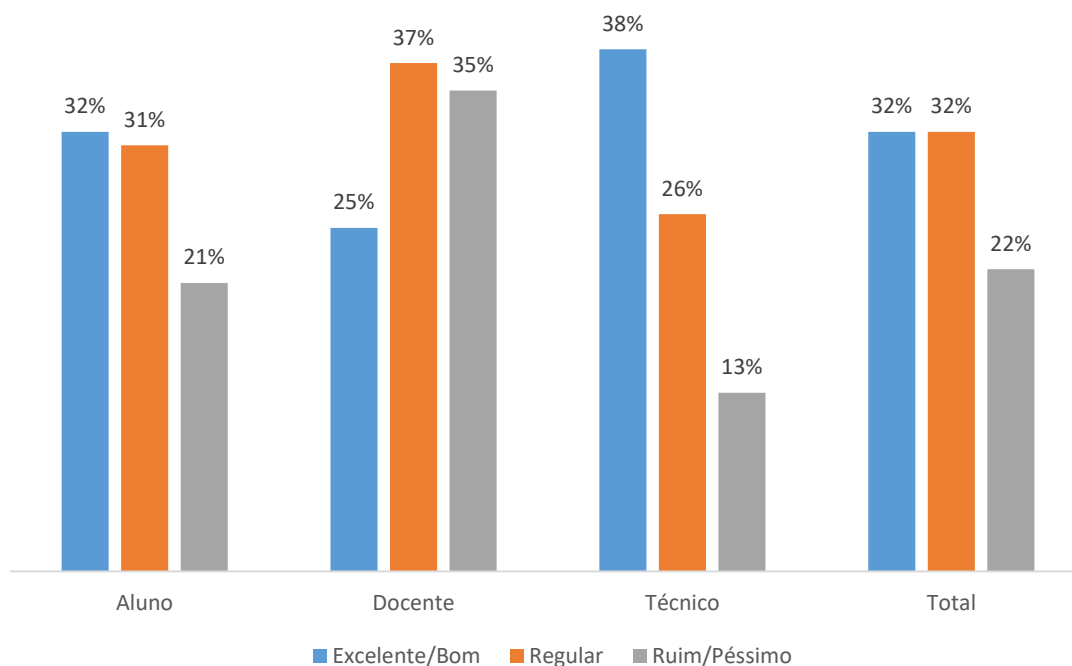
O processo ensino-aprendizagem não é amplamente discutido na Instituição. Alguns PPCs não desenvolvem discussões epistemológicas, levando a confusão entre PPC com grade curricular, assim não há debate, mas apenas observância de normas e portarias. Muitos professores são reticentes às mudanças e inovações de metodologias, o que gera práticas pedagógicas sem significativos avanços e, conseqüentemente, avaliações tradicionais. Em muitos casos, há turmas com excesso de alunos para atividades que envolvem práticas e utilização de equipamentos. Não está institucionalizada política para sistematização de processos avaliativos.

A UFGD tem procurado apoiar as atividades de pesquisa com recursos para manutenção de programas, projetos e grupos de pesquisa. Tem se empenhado em incentivar o desenvolvimento de redes de pesquisas e programas e cursos de pós-graduação por meio da implantação de novos Programas stricto sensu (mestrado e doutorado) e consolidação dos já existentes; a implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica da UFGD; apoio à divulgação

da produção científica em revistas indexadas nacionais e internacionais, dentro do padrão de qualidade Qualis/Capes e a disseminação da cultura e registro de Patentes. Entende-se que os grupos de pesquisa organizados agregam mais capacidade de integração entre áreas do conhecimento e, sobretudo, favorecem a integração com outras instituições de ensino e pesquisa.

A CPA levantou a opinião da comunidade acadêmica em relação ao apoio financeiro da UFGD, via Faculdade, às pesquisas científicas, ou seja, os investimentos para o seu desenvolvimento, o incentivo e apoio financeiros para apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais. Esta questão foi aplicada aos três segmentos, alunos, docentes e técnicos administrativos, os resultados estão no gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Percepção sobre com o apoio financeiro às pesquisas

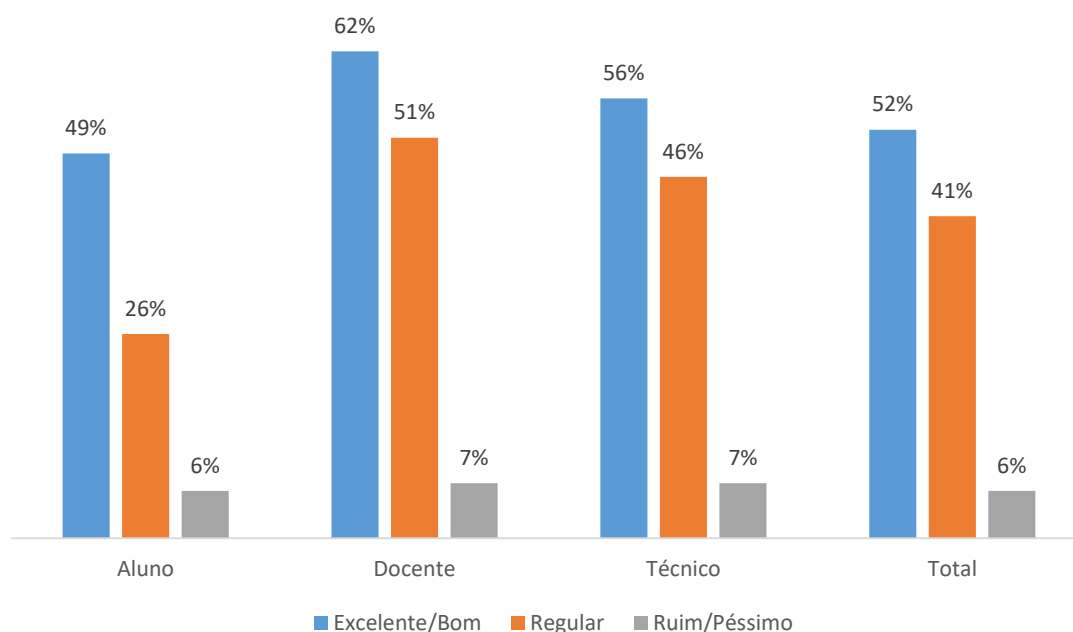


Quanto ao apoio financeiro da UFGD, via Faculdade, às pesquisas científicas investimentos para o seu desenvolvimento, incentivo e apoio financeiros para apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais 32% (n=998) dos participantes consideram regular; 26% (n= 823) bom; 16% (n=491) ruim; 6% (n= 198) péssimo e 6% (n= 175) excelente. A pesquisa é a principal fonte de recursos para compra de equipamentos e material de consumo para o desenvolvimento das mesmas.

Entretanto, muitos pesquisadores desenvolvem trabalhos relevantes, embora de maneira desarticulada. Dessa forma, ações individuais fazem com que os docentes concorram entre si na obtenção de recursos e condições de trabalho, mormente no tocante à pesquisa, criando ambiente individualista.

Foi questionado também o quanto na opinião da comunidade acadêmica as pesquisas têm contribuído para o desenvolvimento local/regional.

Gráfico 11 - Percepção em relação a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional



De acordo com os resultados da avaliação a pesquisa produzida na UFGD tem contribuído para o desenvolvimento local/regional. Os resultados da pesquisa mostram que 41% (n=1309) dos participantes da Autoavaliação institucional consideram que essa contribuição é boa; 10% consideram excelente; 25% regular; 5% ruim e 2% péssima. Entre os alunos, 39% consideram bons os resultados da pesquisa produzida na UFGD; entre os docentes 51% consideram bons.

Uma ação importante tem sido a integração, entre projetos de extensão e pesquisa, junto às atividades da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias, que vem fazendo o diálogo entre o saber científico, produzido na academia, com as tecnologias trazidas por assentados da reforma agrária, quilombos e sociedades indígenas, tendo como objetivo a geração de renda compartilhada e a busca por

qualidade de vida, inserindo-se na perspectiva de uma economia mais solidária e um comércio mais justo.

Integrado com o ensino, também tem sido aprovado projetos de pesquisa e programas de pós-graduação. É o caso do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Biodiversidade (doutorado) em rede dos estados da Região Centro-Oeste e DF, que tem como objetivo a formação de doutores para atuar nos mais variados campos de estudo da Biotecnologia e da Biodiversidade, e do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos (mestrado), que diante dos desafios decorrentes do desenvolvimento nas áreas de limítrofes entre países vizinhos e o respeito aos direitos humanos, tem por objetivo a visa o estudo do crescimento e do desenvolvimento na região de fronteira com fundamentos no crescimento econômico, procedimentos sociais de respeito à dignidade da pessoa humana, da educação, do trabalho, fluxos migratórios, ao meio ambiente, aos recursos hídricos, das relações de comércio, do processo de influência cultural entre tantos outros.

A implantação e desenvolvimento dos programas de pós-graduação têm exigido atualização e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo resultando em benefício direto aos estudantes. Os acadêmicos são incentivados à participarem em programas de Iniciação Científica, através de bolsas institucionais e de órgãos de fomento. A elaboração, execução e divulgação dos projetos de pesquisa proporcionam adição de conhecimentos às áreas específicas, bem como a inserção dos acadêmicos com aprendizados técnicos. Há projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento e os resultados de pesquisas têm gerado publicações científicas e patentes registradas.

No que se refere às políticas de extensão universitária, a UFGD compreendendo o seu papel de articuladora entre a universidade e a sociedade, faz com que as experiências desse processo proporcionem as condições para o cumprimento de sua missão social e em especial possa alimentar e realimentar o ensino, a pesquisa, a tecnologia e a inovação.

Conforme o PDI, a proposta da extensão universitária atenderá as diretrizes que estão previstas no Plano Nacional de Extensão para o período de 2012 a 2020, principalmente, no que se refere à formação para o trabalho; à promoção da sustentabilidade socioambiental; à promoção humanística, científica e tecnológica do país; à difusão dos princípios da equidade, o respeito à diversidade e à gestão democrática da educação, além da promoção da cultura.

Por isso a relevância e coerência da responsabilidade social da UFGD com as políticas constantes de relacionamento da Academia com o setor público, o setor privado e o mercado de trabalho. Essas relações deverão resultar em diretrizes institucionais que sejam adequadamente implantadas e acompanhadas, incluídas as ações para o desenvolvimento da Região e do Brasil. As políticas de extensão na UFGD são organizadas em diversas modalidades e formatos: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, dentre outros, de acordo com as áreas temáticas de extensão (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho), contempladas por programas institucionais.

Convém ressaltar que a Universidade, desde sua criação, se constituiu como a principal articuladora e fomentadora de cultura na e da região. Anualmente, diversos projetos de valorização da música, dança, teatro, cinema, artes plásticas são realizadas pela UFGD, como por exemplo, o Festival Douradense de Música, o Festival Internacional de Teatro e a Mostra Áudio Visual de Dourados, alcançando pleno reconhecimento social por sua presença e ao mesmo tempo denotando as urgentes necessidades sociais nesse campo, que demanda mais políticas públicas para a sua realização.

As metas da UFGD para Extensão e Cultura estão direcionadas a construir ações de extensão articuladas com diferentes grupos sociais, reunindo experiências e saberes múltiplos e promovendo troca de conhecimentos, em um compartilhar do fazer acadêmico com o conhecimento popular, legitimando-se socialmente e mantendo o compromisso de contribuir com a comunidade local, um projeto que exemplifica essa preocupação é o Programa Terceira Idade na Universidade.

Esse compromisso possibilitou, entre outras ações, a consolidação da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS) como estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, fomentando diálogos e ações junto a diversos grupos sociais, com projetos para a produção, com vistas à melhoria da qualidade de vida, como por exemplo, os projetos:

1. Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários como estratégia para desenvolvimento local sustentável na região da Grande Dourados (com recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC);

2. Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias para o Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura no Território da Cidadania da Grande Dourados;

3. Projeto Restaurante Escola de Empreendedorismo Social e Solidário – Bistrô Eco Sol;

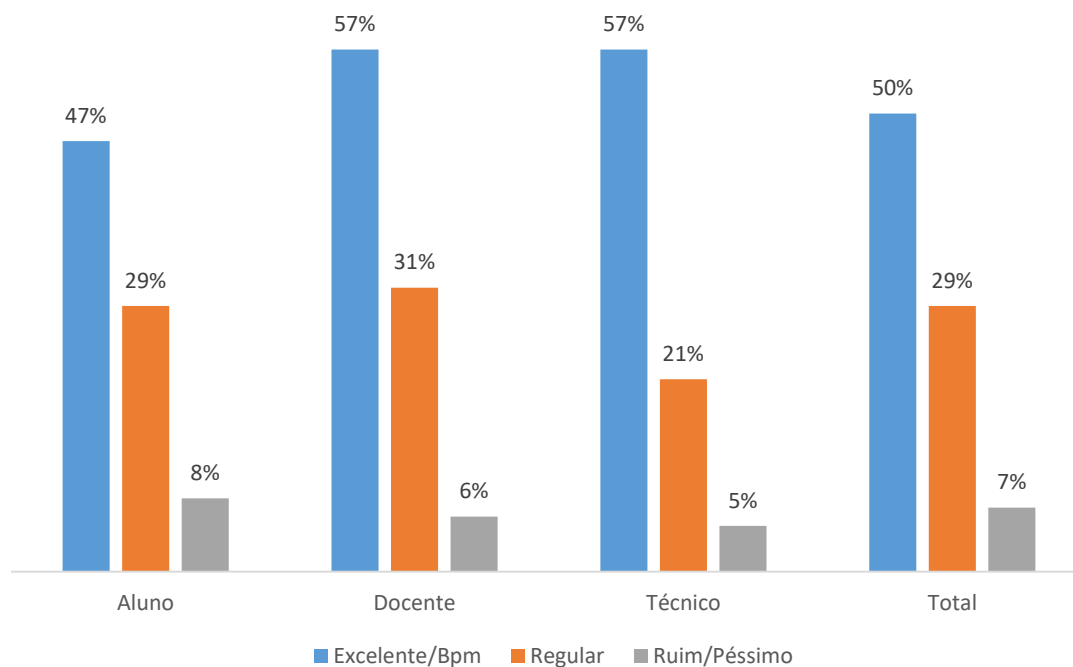
4. Projeto Horta didática agroecológica;

5. Projeto Gastronomia aplicada a produtos da horta;

Tal inserção existente não são apenas do ponto de vista técnico-científico, mas também no que concerne à organização de produtores e pescadores, sugerindo uma percepção mais associativista de produção e comercialização. Nesse sentido, as ações de extensão e cultura necessitam ser ampliadas e fortalecidas, procurando envolver, maior número de alunos, professores, técnicos e grupos sociais, construindo caminhos para atingir a meta da UFGD, num profícuo diálogo entre comunidade acadêmica e social com vistas à transformação da sociedade e da universidade.

A CPA investigou também se as políticas e as ações de extensão, atendem a comunidade local/regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros.

Gráfico 12 - Percepção em relação as ações de extensão da UFGD para atendimento da comunidade regional



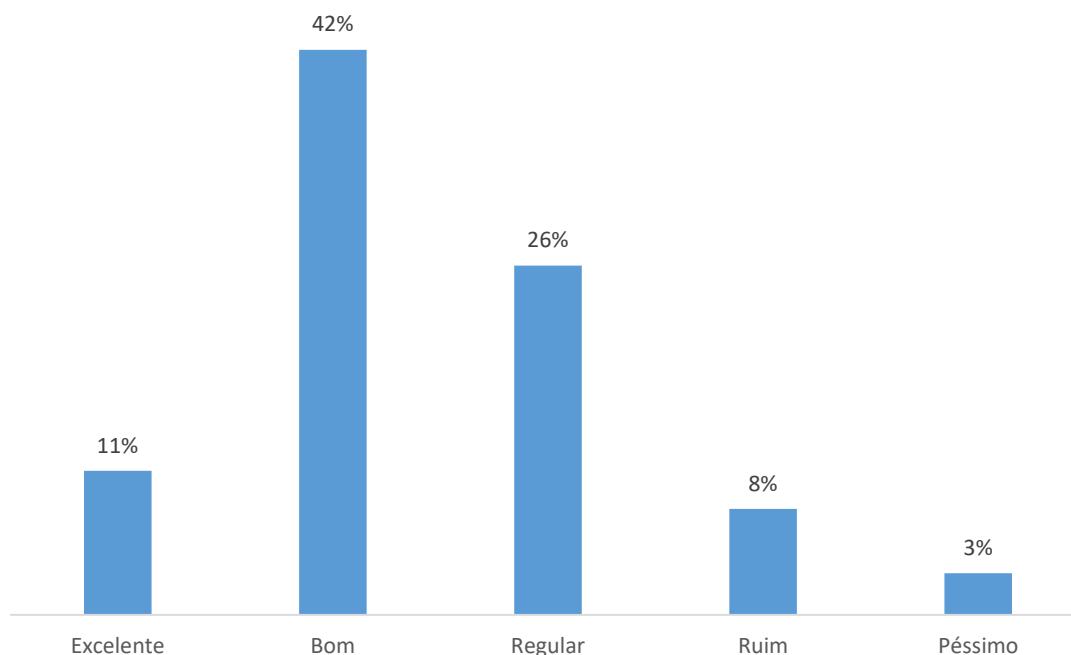
Dos 3167 participantes do processo de auto avaliação institucional, 41% (n=1295) consideram que as políticas e o desenvolvimento de ações de extensão, da UFGD, que atendem a comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros estão boas; 9% (n=277) consideram as ações excelentes; 29% (n=905) regular;

29% (n=176) ruim e 6% (n=54) péssimo. Entre os participantes houve equivalência de opinião entre os servidores técnicos administrativos e os discentes que consideraram as ações de extensão excelente/bom.

2.3.2. Comunicação com a Sociedade

E a CPA pesquisou o grau de satisfação com os meios de comunicação utilizado pela instituição, e 53% (n=1655) dos entrevistados, somando-se alunos, docentes e técnicos consideraram como excelente/bom.

Gráfico 13 - Percepção sobre o uso dos meios de comunicação da UFGD



Atualmente a universidade conta com uma página na rede social Facebook, com mais de 20 mil curtidas, além do site institucional, a Assessoria de Comunicação, também utiliza o envio de e-mail para toda a comunidade acadêmica com notícias, reportagens, há também o Giro UFGD, um programa de TV, que mantém a comunidade informada dos acontecimentos da universidade. No entanto a Universidade não conta com uma política de comunicação, e não há uma atualização frequente da página, podendo conter informações defasadas, ou mesmo ausência de informações que seriam de relevante importância.

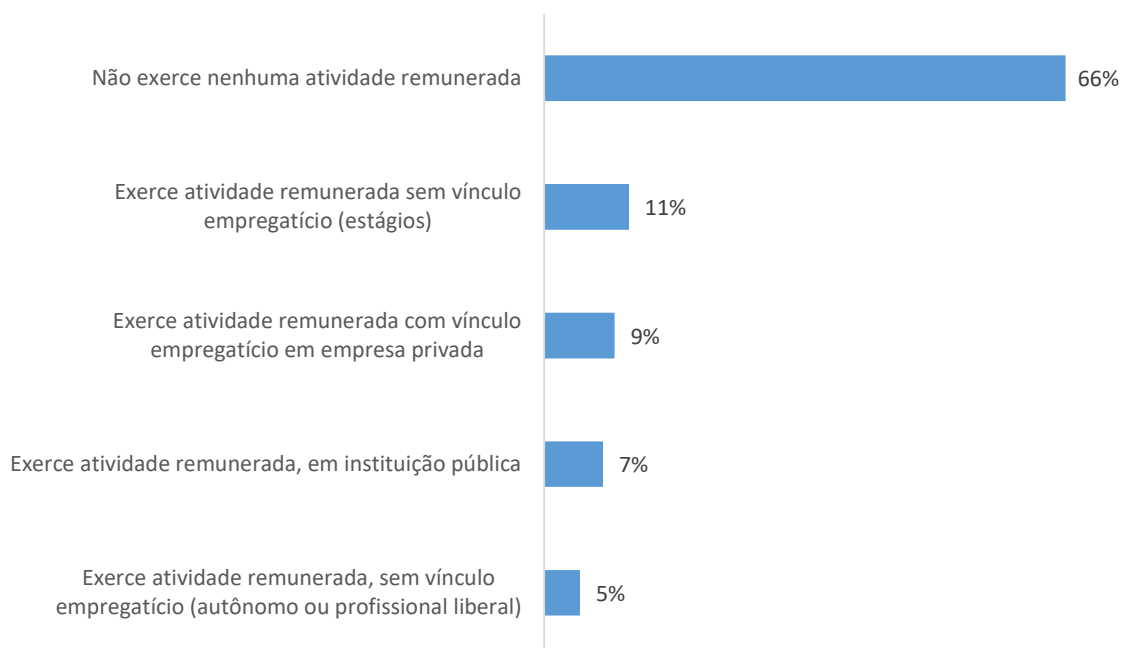
2.3.3. Política de Atendimento aos Estudantes

Uma das políticas de ampliação do acesso a Universidade no país, é a que estabelece a reserva de vagas para egressos da escola pública, com recorte étnico-racial e de vulnerabilidade socioeconômica, através da Lei 12.711 de agosto de 2012, conforme vimos no perfil dos respondentes da pesquisa, 53% (1.189) dos alunos que responderam à pesquisa se auto declaram brancos, enquanto as minorias negro, pardo e indígena somam 43% (n=966), considerando embora não tenhamos pesquisa sobre a forma de ingresso, podemos pressupor que a política de reserva de vagas está de fato implementada, pois 25% são destinadas as pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica, independente de etnia ou raça, pois há mais 25% das vagas exclusivas para etnia-raça.

Outro fator importante identificado também através das informações gerais dos respondentes da pesquisa, é que apenas 33% (n=739) são do município de Dourados, enquanto os 67% (n=1.472) são de outros municípios do Estado, ou mesmo de outro Estado ou País. O que demanda da Universidade políticas de apoio e permanência para auxiliar estes alunos.

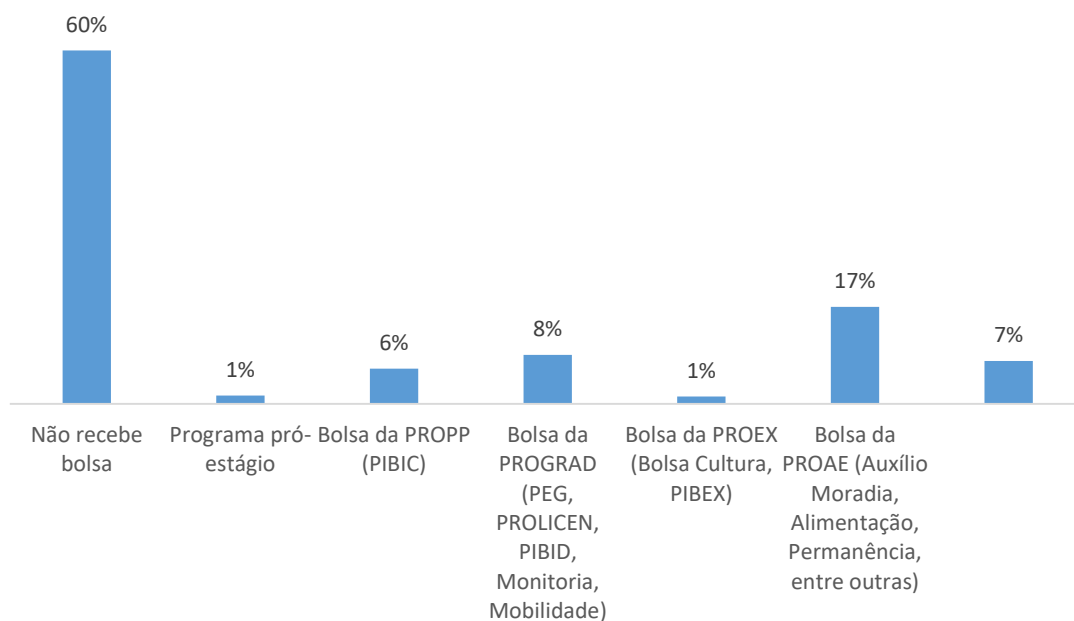
Um dos quesitos avaliados foi o exercício de atividade remunerada, onde pudemos constatar que 66% (n=1.493) dos alunos não exercem atividade remunerada, e apenas 11% (n=243) realizam estágio remunerado.

Gráfico 14 - Exercício de atividade remunerada



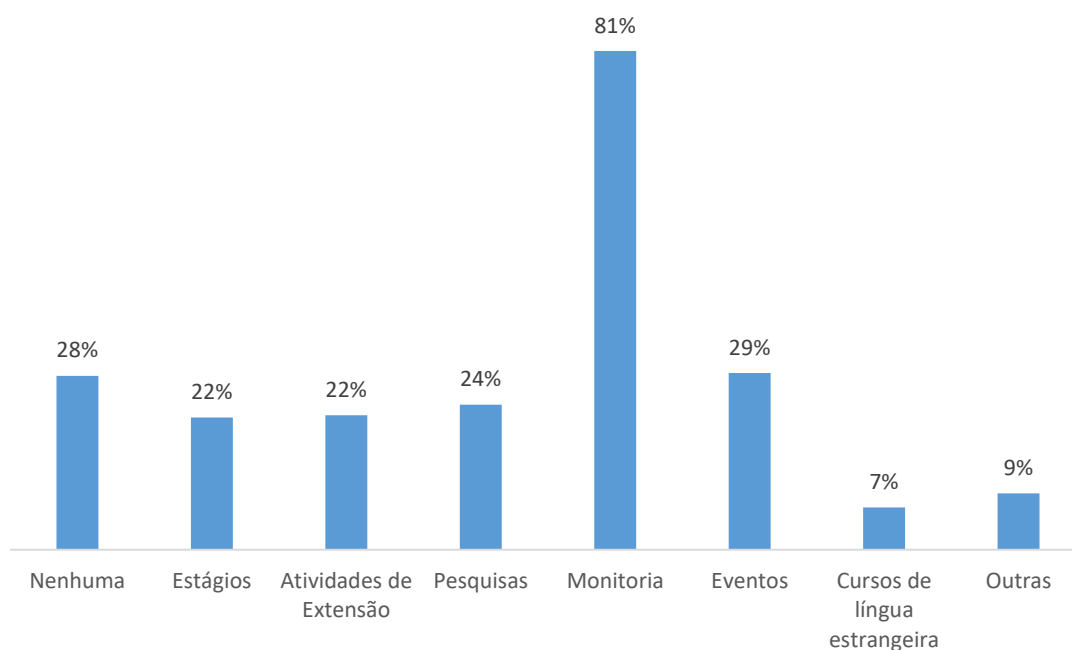
Apesar da UFGD desenvolver vários programas de articulação com a educação básica e profissional, dentre os quais: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); o Programa de pós-graduação Stricto Sensu para Aprimoramento da Formação Profissional de Professores da Educação Básica, em Matemática, (PROFMAT) e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), além dos programas de extensão com diversos projetos realizados anualmente, contemplados com bolsas, a maioria dos alunos que participaram da pesquisa, 60% (n=1364) informaram que não recebem bolsas de incentivo.

Gráfico 15 - Recebimento de bolsa



Sobre as atividades complementares que os alunos têm participado 81% (n=1841) participam de programas de monitorias; 29% (n=652) eventos; 24% (n=535) pesquisas; 22% (n=496 e n=488) atividades de extensão e estágios, respectivamente; 9% (n=208) outras e 7% (n=156) cursos de línguas.

Gráfico 16 - Realização de atividades completares



O que leva a crer que uma melhor divulgação das bolsas existentes se faz necessário, uma vez que as políticas de acesso asseguram 50% das vagas, e apenas 33% dos alunos respondentes recebem bolsa, e 67% dos alunos são de outro município, Estado ou País, o que denota a vulnerabilidade destes alunos, o que pode afetar a permanência dos mesmo, como a instituição não dispõe ainda de um estudo sobre a evasão, é difícil avaliar os impactos que estes fatores representam na permanência ou não dos alunos da Universidade, mas trata-se de um assunto a ser melhor tratado.

2.4. EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

2.4.1. Organização e Gestão da Instituição

De acordo com o Estatuto da Universidade Federal da Grande Dourados, a organização administrativa e acadêmica, se dá seguinte forma, (disponível em <http://files.ufgd.edu.br//arquivos/porta/ufgd/arquivos/aufgd/estatuto.pdf>):

Tabela 5 - Organização Administrativa e Acadêmica UFGD

I – Assembleia Universitária	Art. 8º. A Assembleia Universitária é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos professores, estudantes e servidores técnicos administrativos da Universidade, com finalidade não deliberativa.
II – Conselho Social	Art. 10. O Conselho Social é um órgão consultivo, e se constitui em um espaço de interlocução da sociedade nos assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
III – Administração Central	Art. 13. Constituem a Administração Central da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados: I - o Conselho Universitário; II - o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura; III – Conselho de Curadores; IV – Reitoria.
IV – Unidades Acadêmicas	Art. 32. Para desenvolver as atividades indissociáveis de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Universidade se estruturará em Unidades Acadêmicas.

A Administração Central por sua é composta 3 conselhos e a Reitoria, ainda conforme estatuto, sua organização se dá da seguinte maneira:

Tabela 6 - Organização da Administração Central

I - Conselho Universitário	Art. 14. O Conselho Universitário é o organismo superior de função deliberativa, normativa, de planejamento e de julgamento de recursos de natureza administrativa, didático-científica, econômico-financeira e patrimonial, [...]
II - Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura	Art. 17. O Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura é organismo de supervisão, com atribuições deliberativas, normativas e consultivas sobre atividades didáticas, científicas, culturais, artísticas, de interação com a sociedade e se estruturará em duas instâncias de deliberação: o Plenário e as Câmaras Setoriais.
III – Conselho de Curadores	Art. 21. O Conselho de Curadores é o organismo de fiscalização econômico-financeira da Universidade, cujas composições e competências serão definidas em seu regimento.
IV – Reitoria	Art. 25. A Reitoria é o órgão executivo central que administrará, coordenará, fiscalizará e superintenderá todas as atividades universitárias e será exercida pelo Reitor, nomeado na forma da lei, auxiliado pelo Vice-Reitor e assessorado pelas Pró-Reitorias, Chefia de Gabinete, Procuradoria Federal, Coordenadorias, Assessorias e Órgãos Suplementares e Administrativos.

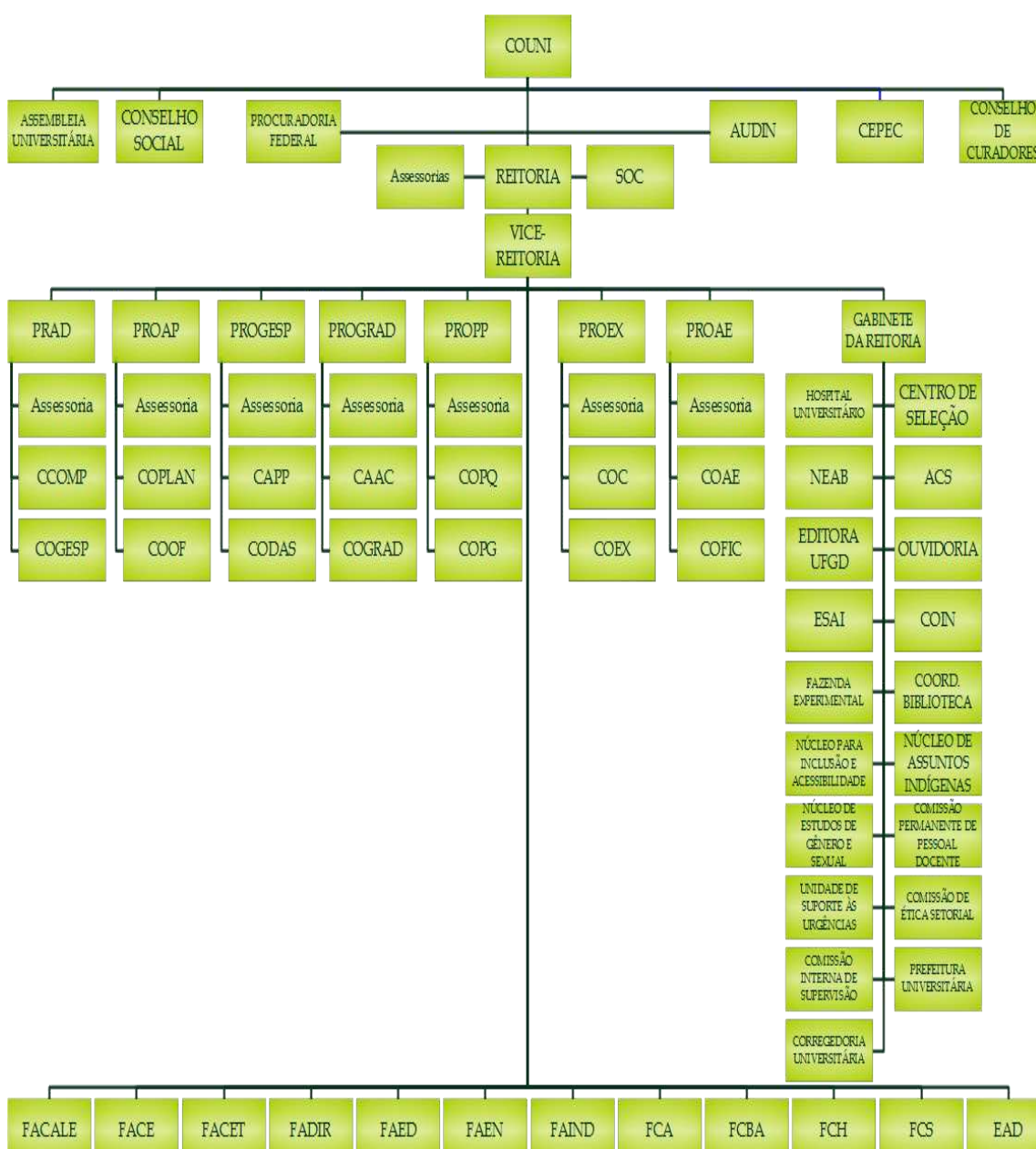
Tabela 7 - Organização das Unidades Acadêmicas

Conselho Diretor	Art. 39. O Conselho Diretor é o organismo máximo deliberativo e de recurso da unidade acadêmica em matéria acadêmica, administrativa e financeira [...]
Diretoria	Art. 41. A Diretoria, órgão executivo central que administra, coordena e superintende todas as atividades da Unidade Acadêmica, será exercida pelo Diretor, eleito e nomeado na forma da lei, que será auxiliado pelo Vice-Diretor e assessorado pelo Coordenador Administrativo da Unidade.
Coordenação	Art. 43. Para cada curso de graduação, com suas habilitações, ênfases e modalidades, haverá uma Coordenação

	de Curso que será exercida por um Coordenador.
Coordenadoria de Pós-Graduação	Art. 45. Nas Unidades Acadêmicas que oferecem programas de pós-graduação serão constituídas Coordenadorias de Pós-Graduação stricto sensu, 21 com um coordenador responsável pela implementação, desenvolvimento, administração e acompanhamento da política da unidade nesse âmbito.

Desta forma, o organograma da UFGD pode ser representado da seguinte maneira:

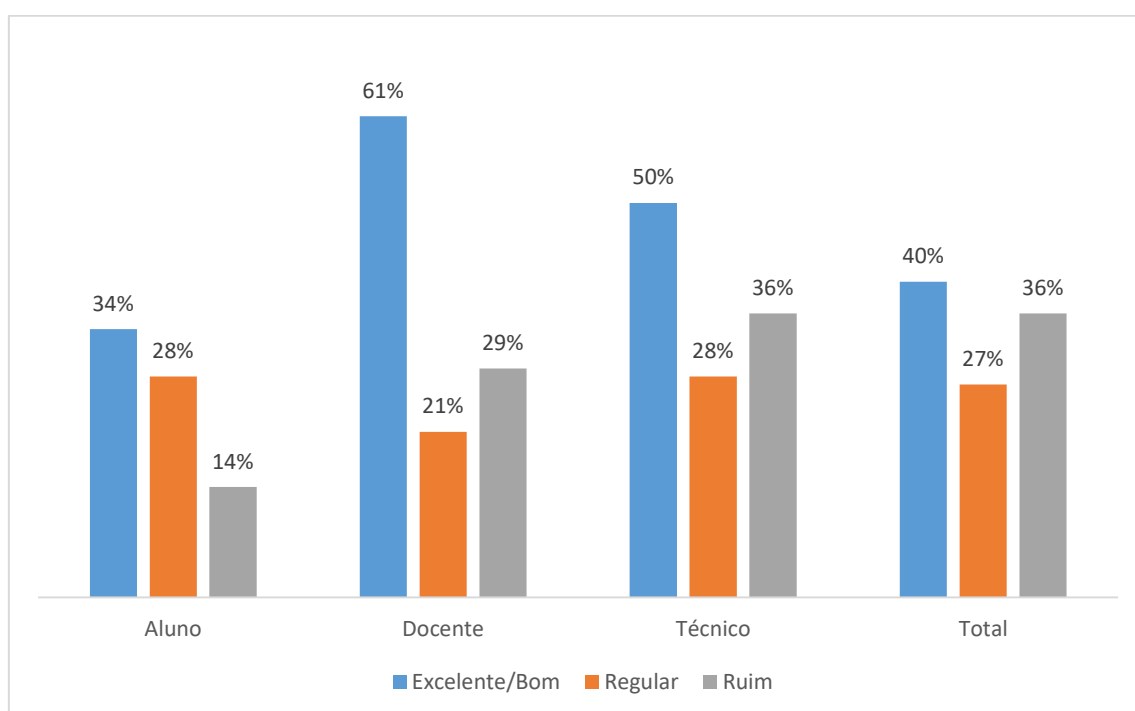
Figura 1 - Organograma da estrutura administrativa da UFGD



Fonte: Relatório de Gestão 2016.

Uma das questões do questionário aplicado a comunidade acadêmica, buscou avaliar a percepção do incentivo oferecido pela UFGD para a participação dos membros de cada segmento da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados (Conselho Diretor, Câmaras, Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão – CEPEC e Conselho Universitário – COUNI).

Gráfico 17 - Percepção do incentivo para participação em órgãos deliberativos



É importante destacar que os quantitativos que prevaleceram foram as opções excelente/bom em todos os seguimentos, 34% (n=763) dos alunos, 61% (n=286) dos docentes, 50% (n=220) dos técnicos, ou seja, das 1.269 pessoas que responderam ao questionário consideram excelente ou bom o incentivo da UFGD para participarem dos órgãos colegiados. Isso denota um indicativo de pertença ao segmento ao qual fazem parte e a opinião gera um indício de que há maior participação da comunidade acadêmica nos órgãos superiores.

No entanto, no segmento de alunos, 25% não opinaram sobre a questão, 12% (n=271) disseram que não se aplica, e 13% (n=286) não responderam à questão, o que pode ser indicativo de que os alunos não sabem sobre os órgãos colegiados, do que se trata, funcionamento e importância, devendo a Universidade se atentar a este resultado, e promover maior divulgação entre a comunidade de acadêmicos.

A direção da UFGD comprometida com a gestão estratégica desenvolveu instrumentos norteadores, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, o Plano de Logística Sustentável – PLS, o Plano de Ocupação da Unidade 2, o Plano de Gestão e o Plano de Ação.

Estes são documentos e compromissos foram desenvolvidos coletivamente, a elaboração desses documentos desde o credenciamento da UFGD tem orientado o compromisso da instituição com a transparência, onde todo conteúdo e compromissos estabelecidos são disponibilizados para a comunidade acadêmica e para a sociedade em formato físico e virtual na página da Instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, válido de 2013 a 2017, foi construído com a participação ativa dos sujeitos da comunidade universitária, em todos os segmentos e *expertises*. Todos debateram e elegeram democraticamente os problemas e potencialidades estruturantes para a UFGD, bem como os resultados esperados. Definiram a missão institucional, sua visão de futuro e, como consequência, foram discutidos os projetos prioritários da Universidade, os objetivos, as ações e os indicadores de avaliação e controle. Nessa perspectiva, participaram professores, técnicos-administrativos e representantes dos alunos, ao lado da administração central, e administração das Unidades Acadêmicas.

Conforme relatórios de Autoavaliação anteriores já enviados ao Ministério da Educação pela Comissão Própria de Avaliação, 76% dos docentes, 61% dos técnicos e 20% dos discentes participantes da pesquisa de 2014 afirmam conhecer o PDI, resultados que levaram a CPA sugerir que a administração da Universidade reforce as campanhas de divulgação do mesmo, principalmente entre alunos.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) que busca atender às necessidades tecnológicas e de informação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para o período de 2014-2017. A UFGD apresenta o PDTI, que contempla as necessidades de TI, suas metas e ações, que estabelece a direção a ser seguida em busca da melhoria contínua dos serviços de Tecnologia da Informação prestados aos usuários da UFGD. Sendo de fundamental importância para a inserção da UFGD no contexto global de informações, além de viabilizar a gestão de conhecimento gerados a partir do ensino, pesquisa e extensão, pois a Tecnologia da Informação na UFGD permeia todas as atividades meio e fim, onde as atividades administrativas, acadêmicas e de pesquisas são providas por serviços

prestados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (COIN).

O Plano de Gestão de 2015-2019 é um instrumento de planejamento que contempla as metas e ações das unidades acadêmicas e administrativas da UFGD para um mandato, e representa a proposta inicial da nova gestão da universidade, iniciada em 2015.

O Plano de Ação para o período 2016 – 2019, com aderência ao seu PDI em andamento (2013-2017), em conformidade com a suas políticas de gestão, constante nas páginas 103 a 105, incluindo-se o planejamento, implementações das ações, a avaliação institucional e controle.

Para melhor acompanhamento e eficácia na gestão da Universidade, a Reitoria juntamente com seus pares, reestruturou em 2016 sua estrutura organizacional. Visando melhorar o atendimento e a prestação de serviços de infraestrutura física, foi criada a Prefeitura Universitária, agrupando setores que antes encontrava-se dividido entre as Pró Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Institucional.

A iniciativa da criação da Prefeitura Universitária teve como resultado avaliações e sugestões em parte colhidas em auto avaliações anteriores, atendimentos na ouvidoria e solicitações de diretores das unidades acadêmicas, principalmente aquelas que estão situadas na Unidade II da universidade.

A Prefeitura Universitária, visa atender as demandas de novas obras, bem como de manutenção, conservação e segurança predial, é também responsável pelos serviços de transporte. A proposta é que toda a Prefeitura atue na unidade 2, facilitando assim o atendimento onde a demanda é maior. Atualmente parte da Prefeitura, funciona em um dos prédios locados no centro da cidade, que são as divisões de obras e a de projetos. Mas a proposta é que ainda neste ano de 2017, toda a Prefeitura Universitária esteja reunida na unidade 2.

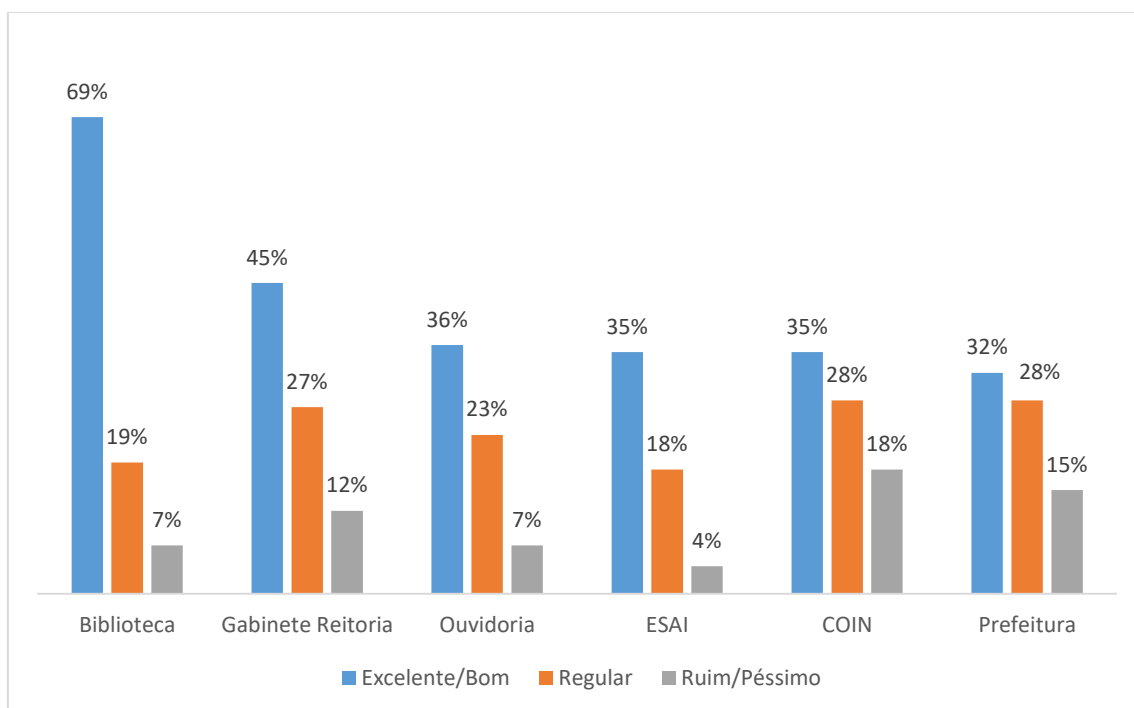
A CPA avaliou o atendimento de alguns setores da Universidade, considerando a comunicação, a cordialidade, a atenção e o cumprimento aos prazos. O atendimento no serviço público é assunto de grande importância, recorrentes reclamações da sociedade, nos mais diversos segmentos do serviço público, indicam que o assunto merece atenção.

Um bom atendimento envolve vários aspectos desde cumprir com o prometido; agilidade no atendimento; conhecimentos necessários; cordialidade; ações e

informações seguras; facilidade de contato dentro da organização; transparência no processo; interesse pelos reais problemas e necessidades do atendido, entre outros.

E podemos observar que a Biblioteca foi o serviço melhor avaliado de toda a universidade, 69% (n=1948) dos entrevistados consideram o atendimento entre excelente e bom. E o setor com maior avaliação negativa foi Coordenadoria de Desenvolvimento de TI – COIN, com uma rejeição de ruim e péssimo de 18% (n=495), seguida pela Prefeitura Universitária com 15% (n=445).

Gráfico 18 - Percepção da qualidade no atendimento Gabinete da Reitoria e órgãos suplementares



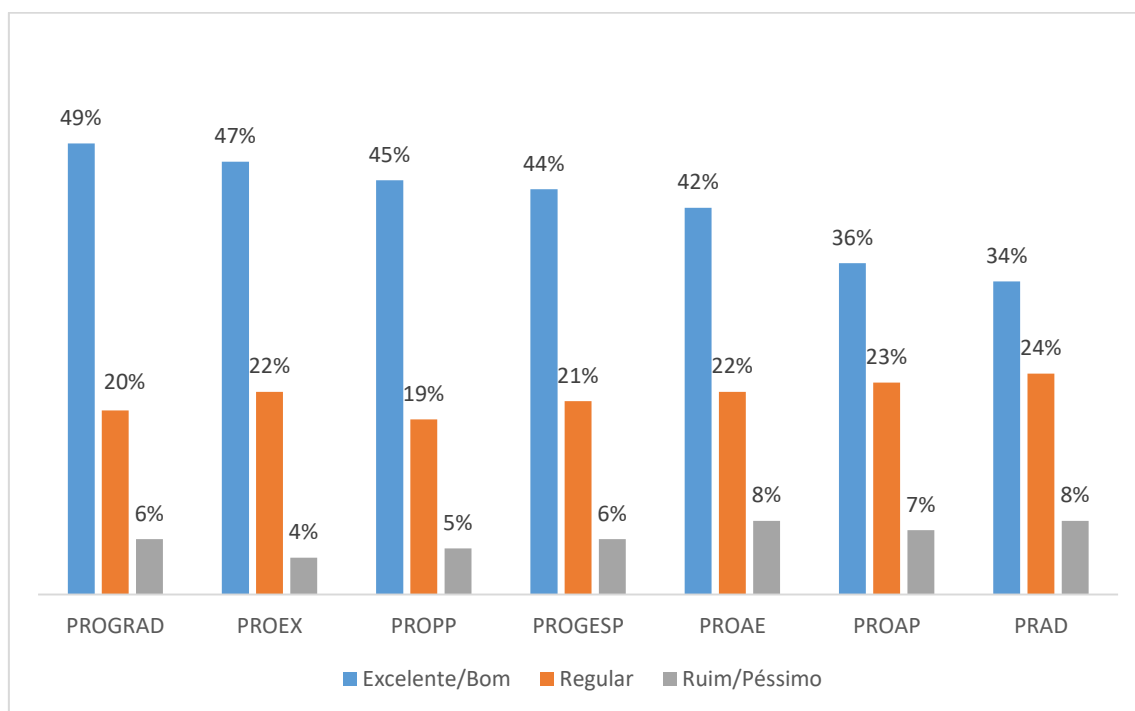
Entre os problemas consolidados da UFGD, constantes no PDI (página 41), o primeiro é a Infraestrutura de TI que não supre as necessidades da Universidade, as constantes falhas das redes de internet, e o gerenciamento informatizado dos recursos inadequados e insuficientes. Acreditamos que estes problemas influenciam o resultado, uma vez que, se a entrega do produto final não é satisfatória, o setor não atendeu com qualidade seu público alvo. E ciente destes problemas, a UFGD tem empenhado esforços na melhoria dos problemas detectados.

Em relação a Prefeitura Universitária, criada em maio de 2016, a mesma ainda está em fase de adaptação, e entre os problemas consolidados no PDI, também se encontra a demora na instalação e manutenção dos bens / estruturas / prédios /

equipamentos, espaços físicos insuficientes ou indisponíveis, fatores estes do âmbito de atuação da PU, e que influem no resultado da pesquisa.

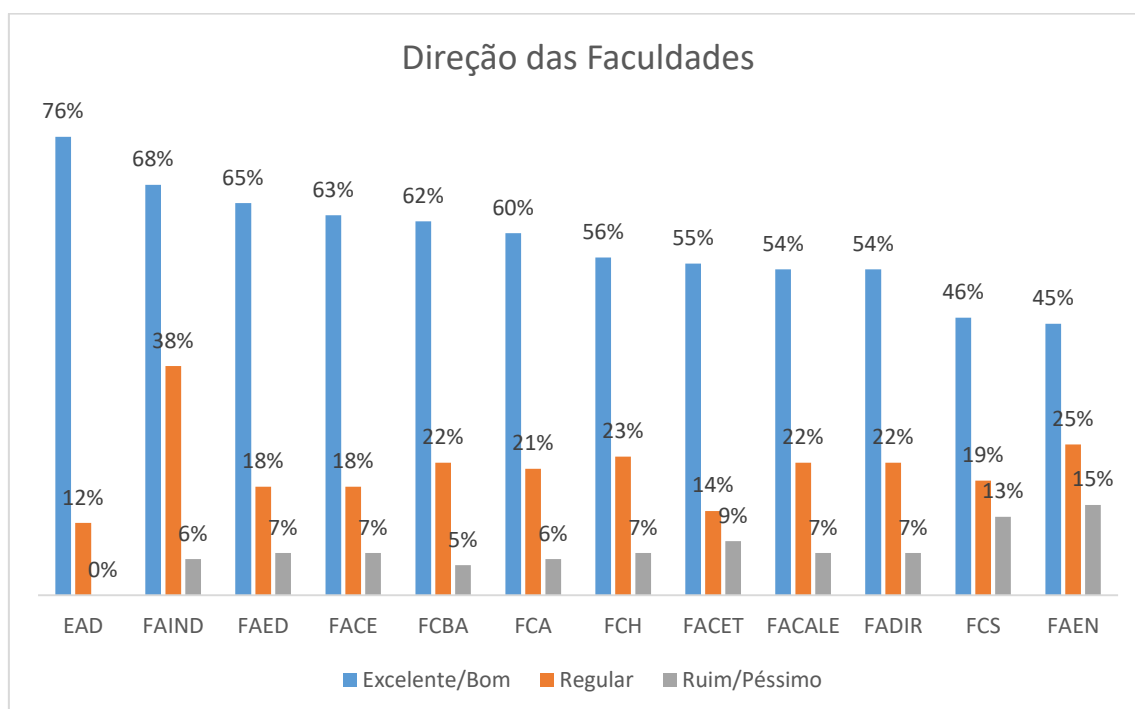
As Pró Reitorias também foram avaliadas, e a com maior percentual de respostas excelente/bom, foi a Pró Reitoria de Ensino de Graduação, com 49% (n=1398), sendo esta talvez a Pró Reitoria que mais realiza atendimento a alunos.

Gráfico 19 - Percepção da qualidade no atendimento das Pró-Reitorias



A Direção das Faculdades também foi avaliada pela CPA, e embora a participação dos alunos da EAD, tenha sido baixa apenas 34 alunos participaram, de todos os que avaliaram a Faculdade de Educação à Distância, nenhum avaliou negativamente a direção. É a primeira vez que a EAD participa do questionário de Auto Avaliação, e o período de aplicação do questionário coincidiu com as férias dos alunos, resultando na baixa participação.

Gráfico 20 - Percepção da qualidade no atendimento das Direções das Faculdades



As coordenações e secretárias de cursos também foram avaliadas, assim como as diretorias o resultado da satisfação no atendimento está satisfatório, cumpre destacar os cursos com melhor avaliação de excelente/bom para coordenadores, foram os cursos de Biotecnologia com 91% (n=120), Relações Internacionais 84% (n=59) e Nutrição e Agronomia empatados com 77% (n=61 e n=107 respectivamente). Enquanto os cursos com pior avaliação foram Sistema de Informação que teve 13% (n=4) de respostas bom, e zero excelente, contra 47% (n=14) de negativa ruim/péssimo, Engenharia Civil que teve apenas 18% (n=6) de respostas positivas contra 28% (n=9) de negativa, Engenharia de Energia com 30% (n=19) de respostas excelente/bom contra 44% (n=27) de ruim/péssimo.

As secretárias de cursos melhor avaliadas foram as dos cursos de Ciências Biológicas com 76% (n=75), Relações Internacionais com 74% (n=52) e Ciências Contábeis com 73% (n=57). E as piores avaliadas foram Engenharia Civil com 22% (n=7) e Sistema de Informação com 23% (n=7), de avaliações ruim/péssimo.

2.4.2. Sustentabilidade Financeira

A UFGD em conformidade com seu PDI, páginas 36-40, demonstra preocupação com a sustentabilidade financeira, pois compreende que é imprescindível

atender ao presente sem comprometer as demandas das gerações futuras ou, ainda, de que é preciso criar um sistema capaz de providenciar produtos e serviços iguais para todos os povos. Isso implica definir prioridades, mediar interesses materiais coletivos e privados, ambientais e sociais, implica direcionar políticas institucionais que são de ordem prática, como por exemplo, reduzir o uso de descartáveis e incentivar projetos de reutilização, implica usar o ciclo da vida para verificar impactos de produtos e embalagens, considerando a toxicidade de materiais e produtos, a matéria-prima renovável, o uso controlado de água, além de serem levados em conta o desperdício, a eficiência energética e a redução de emissão de gases.

A Universidade entende, que a sustentabilidade a ser alcançada deve considerar alguns princípios básicos, tal como a diversidade, por exemplo, apoiando grupos sociais específicos, vulneráveis e minoritários – como é o caso dos quilombolas, dos indígenas, das mulheres e dos catadores -, a partir da aquisição de produtos que lhe são próprios. É necessário também que haja a preocupação com o transporte seguro de insumos e produtos, com a segurança dos trabalhadores e com as instalações daqueles que prestam serviço para a universidade. Não se pode pactuar com o trabalho precário e com a mão de obra infantil, em nome da garantia de entrega do produto desejado.

Tais pressupostos implicam tomadas de decisão e opções que até podem, eventualmente, adiar realizações imediatas, em nome do princípio da sustentabilidade. O PDI, neste sentido, é um instrumento de referência para indicar os caminhos para todos e todas na comunidade universitária da UFGD. É nessa condição que este documento se relaciona com a sustentabilidade e a eficiência dos gastos públicos, na medida em que carrega em si princípios de desenvolvimento social, de conservação ambiental, de consumo consciente e eficiente dos recursos e de combate ao desperdício, ou seja, significa “gastar bem” os recursos públicos, executando investimentos com base nos princípios da economia, mas, principalmente, com a justiça social e sustentabilidade.

Na estrutura administrativa da UFGD, a Pró Reitoria de Planejamento e Avaliação Institucional, é responsável pela Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, que é a unidade responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas com orçamento, finanças, controle e contabilidade da UFGD.

De acordo com o Relatório de Gestão de 2015, a execução orçamentária, para o exercício de 2015, restou prejudicada em virtude do contingenciamento de despesas de custeio e investimento por parte do Ministério da Educação. De igual maneira, notou-se

a redução nos repasses de recursos financeiros, para quitar os pagamentos devidos aos fornecedores, decorrentes da diminuição na arrecadação dos recursos financeiros previstos pelo Governo Federal.

As ações de custeio tiveram contenção de valores/limites orçamentários no equivalente ao percentual aproximado de 10%. No tocante ao repasse orçamento de classificação de Capital e/ou Investimento, os cortes orçamentários restringiram em 50% dos valores aprovados na LOA, apesar da UFGD ter arrecadação parcial, não houve liberação do limite arrecadado em sua totalidade, devido ao corte orçamentário aproximado de 9% sob o valor arrecadado.

O exercício de 2015 se mostrou um ano atípico em relação à execução orçamentária e financeira do HU/UFGD. A receita orçamentária e financeira era decorrente de fonte de convênio originada na contratualização dos serviços prestados pelo HU. Após vários períodos de atrasos do repasse mensal do valor da contratualização por parte do gestor Municipal, houve uma alteração na forma de repasse, e os recursos de origem federal passaram a serem repassados por descentralização de crédito pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH. Os recursos de origem Estadual e Municipal que representam em torno de 15% do valor fixo mensal continuaram a cargo do Município. Essa alteração prejudicou a execução financeira do hospital, visto a existência de compromissos realizados com a fonte de convênios, cuja origem do pagamento é do Município de Dourados. O aporte orçamentário e financeiro recebido referente ao Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários - REHUF auxiliou no pagamento de despesas, mas não se demonstrou suficiente para suprir a necessidade do hospital. O hospital encerrou o exercício de 2015 com considerável valor a pagar a credores, principalmente com despesas empenhadas na fonte de convênios, do qual como medida tomada figura a realização dos pagamentos através do remanejamento orçamentário e financeiro dessas despesas de forma gradativa em exercícios subsequentes.

Visando a captação de recursos que subsidiem complementar o orçamento da Unidade, são realizadas, através de contratos de cessão administrativa de uso de bem público destinado à exploração econômica, licitações de espaços destinados a abrigar o Restaurante Universitário, Lanchonete, Cantina, Farmácia, espaço Bancário e serviços de reprografia, entre outros serviços para atendimento à comunidade acadêmica. A unidade ainda realiza a abertura de diversos editais, os quais atendem à processos

seletivos, como vestibulares, concursos, seleção de residentes e de acadêmicos para a pós-graduação, e estes valores são regulamentados pela tabela de Taxas e Emolumentos fixada através da Resolução nº. 02 de 08 de maio de 2014, do Conselho de Curadores da Universidade Federal da Grande Dourados.

A Universidade desenvolve diversos instrumentos e políticas que visam agregar fontes de recursos adicionais as matrizes orçamentárias aprovadas na LOA para concretizar o desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Basicamente restam duas fontes de recursos, as originárias da União, através de pactuações inerentes a órgãos federais, sejam pelas matrizes orçamentárias que compõem o orçamento da Universidade, sejam pela assinatura de termo de descentralizações com Ministério e/ou autarquias. Assim, a segunda fonte, remete a narrativa no item anterior e derivam-se de captações próprias de recursos. As principais fontes de recursos derivam-se da União, Convênios, Acordos de cooperação Técnica, Termo de parceria, Termo de Execução Descentralizada, e ainda outros instrumentos dos quais estão ligados diretamente a projetos que visam à arrecadação de recursos para a execução de atividades ligadas a ensino, pesquisa e extensão.

As principais alocações dos recursos captados em 2015 constam como: Anuidades internacionais; Encargos de Curso ou Concursos a Colaboradores Externos que atuarão nos Processos Seletivos da UFGD/2016; Custo de aquisição de equipamento para programas de pós-graduação; Término da Construção do Núcleo de Pesquisa em Administração, Ciências Contábeis e Economia – NUPACE; Construção do Bloco de Salas de Aula; Construção de Laboratórios Multidisciplinar FINEP.

Pode-se constatar através do Relatório de Gestão de 2015, que a UFGD ainda não conta com uma metodologia para apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, entretanto, a Universidade tem acompanhado os debates acerca da relevância bem como a necessidade deste instrumento, deste modo, foram iniciados alguns processos que levarão a uma proposição de metodologia e implantação de um sistema de custos em sua estrutura organizacional como por exemplo, a disseminação da importância da implantação do método de mensuração dos custos na Universidade, sendo realizado para isso a retransmissão do Congresso Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, o qual tem por finalidade difundir a cultura de gestão de custos no Setor Público e ajudar na implantação de custos.

No tocante ao HU-UFGD, a Unidade também não possui nenhuma metodologia para apuração de custos dos serviços prestados a sociedade, bem como não utiliza o

Sistema de Custos do Governo Federal – SIC, no entanto, está em processo de implantação nas filiais pela sede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, a implementação de uma metodologia de identificação, mensuração e informação de custos realizada em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI.

2.4.3. Políticas de Pessoal

O PDI procurou traçar o perfil dos servidores docentes, quanto aos requisitos de titulação, critérios de seleção e contratação, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho, e ainda procedimentos para a substituição eventual dos professores do quadro.

Como requisitos de titulação para a admissão na carreira docente, a legislação permite o ingresso desde graduados até doutores – em todos os casos na classe A -, sendo a classificação feita de acordo com a titulação, ou seja, o graduado/especialista ingressa como Auxiliar – A, o mestre ingressa como Assistente – A, e o doutor ingressa como Adjunto – A. Contudo, para um melhor desenvolvimento da instituição, a preferência é o ingresso de professores doutores, e a qualificação, para o mesmo nível de titulação, dos docentes já pertencentes ao quadro da Universidade.

O questionário identificou que dos participantes da pesquisa, no quesito titulação de docentes e técnicos administrativos, foi possível perceber algumas quedas em relação aos respondentes de 2014, somente técnicos com título de mestre e os docentes com títulos de doutor tiveram um aumento, conforme tabela 04, logo abaixo:

Tabela 8 - Comparativo de titulação de docentes e técnicos respondentes dos anos de 2014 e 2016

<i>Titulação de docentes e técnicos</i>	<i>Categoria</i>	<i>2014</i>	<i>2016</i>	<i>Varição</i>
Especialista	Docente	2%	1%	-1%
	Técnico	45%	44%	-1%
Mestre	Docente	26%	21%	-5%
	Técnico	16%	23%	7%
Doutor	Docente	47%	77%	30%
	Técnico	16%	5%	-11%

Nota-se que houve uma pequena queda na quantidade de técnicos e docentes que tem especialização, pode-se atribuir isso ao fato ao aumento de servidores com mestrado, quanta a redução dos servidores técnicos com titulação de doutor, pode estar relacionado ao aumento da contratação de servidores nesta categoria, aumentado assim a amostra, por consequência a redução do percentual; quanto ao aumento de docentes com doutorado está relacionado a qualificação dos já existentes e a exigência dos últimos concursos serem de doutores, aumentando assim o percentual de docentes com doutorado e por consequência a redução dos docentes com mestrado.

Tabela 9 - Comparativo categoria funcional e regime de trabalho dos docentes respondentes dos anos de 2014 e 2016

<i>Categoria funcional dos docentes</i>	<i>2014</i>	<i>2016</i>	<i>Variação</i>
Efetivo	67%	72%	5%
Estágio	24%	19%	-5%
Substituto	5%	5%	0%
Visitante	4%	1%	-3%
<i>Regime de trabalho dos docentes</i>	<i>2014</i>	<i>2016</i>	<i>Variação</i>
Dedicação exclusiva	89%	91%	2%
40 h	6%	6%	0%
20 h	5%	3%	-2%
Outros	0%	1%	1%

Nota-se que o quantitativo de docentes cresceu no ano passado, sendo este crescimento visto na quantidade de professores efetivos, isto está relacionado ao número de concursos para professores, fazendo com que reduza a outras categorias uma vez que diminuiu tanto os que estavam em estágio quanto os visitantes, sendo a opção de dedicação exclusiva a mais escolhida pelos professores efetivos.

Tabela 10 - Comparativo de classificação dos cargos de técnicos administrativos respondentes dos anos de 2014 e 2016

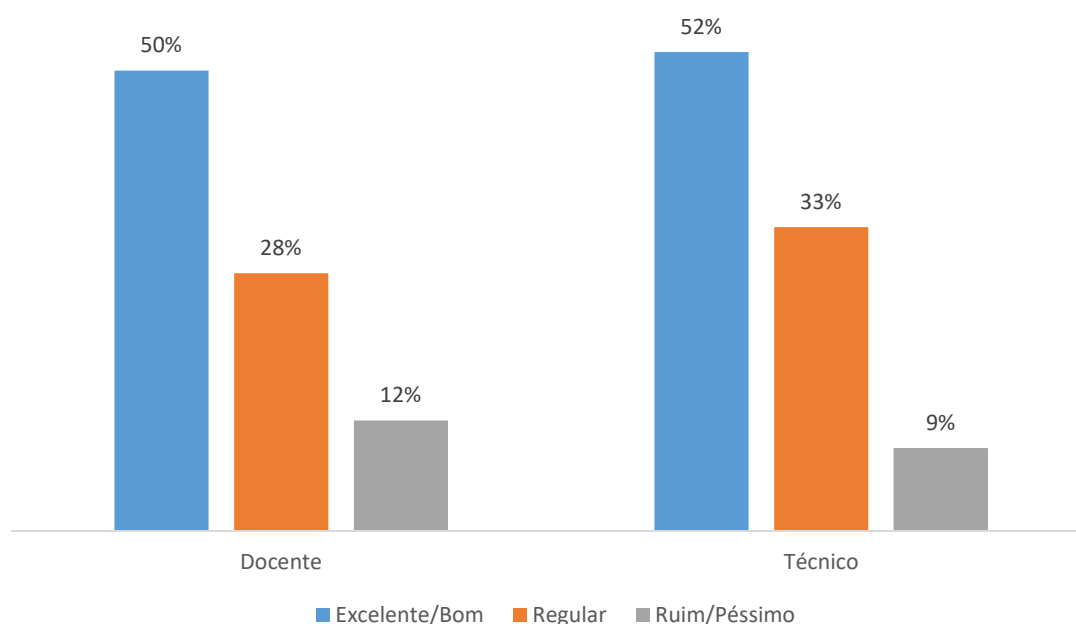
<i>Classificação dos cargos dos técnicos</i>	<i>2014</i>	<i>2016</i>	<i>Variação</i>
Nível A	1%	1%	0%
Nível B	1%	0%	-1%
Nível C	1%	3%	2%
Nível D	62%	61%	-1%
Nível E	35%	32%	-3%

No que se refere ao nível de cargos dos técnicos, a variação também esteve quase estável nos anos de 2014 e 2016, porém, e com a extinção dos níveis A e B, é

esperado a redução gradual até que todos servidores destes níveis se aposentem, sendo esta força de trabalho substituída por Trabalhadores Terceirizados.

A CPA avaliou também o grau de satisfação com os critérios para progressão funcional estabelecidos no Plano de Carreira de cada categoria. Onde é possível constatar que 50% (n=235) dos docentes e 52% (n=227) dos técnicos consideram excelente / bom, os critérios atuais para a progressão funcional.

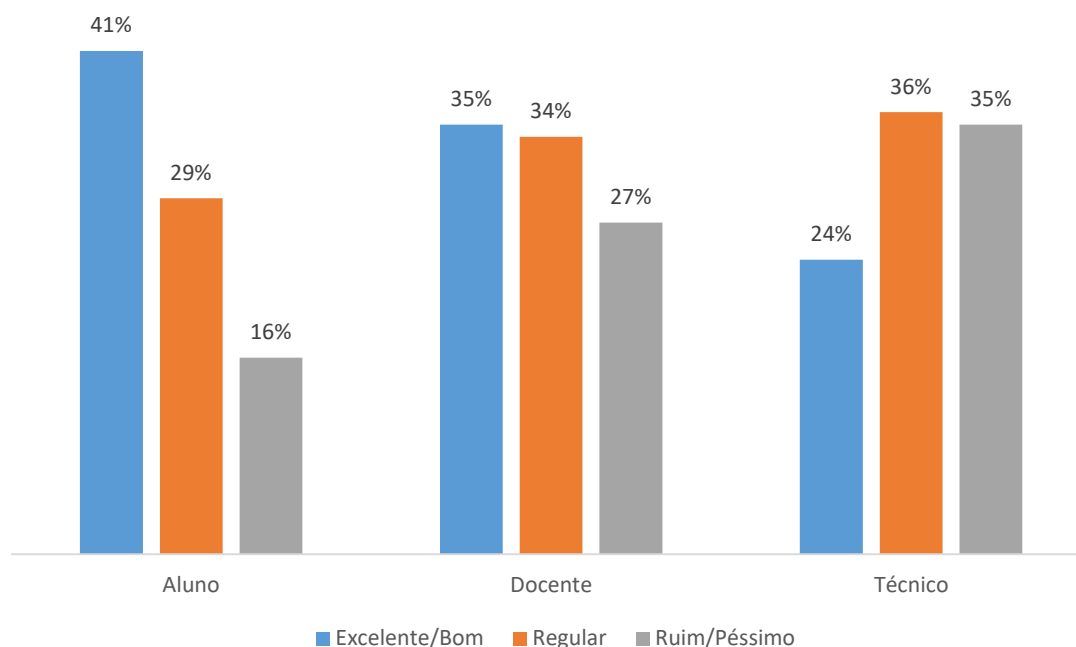
Gráfico 21 - Percepção quanto aos critérios de progressão funcional



No geral os dois grupos de técnicos e professores participantes da pesquisa apontaram como sendo bons os critérios de avaliação para progressão funcional. E um total de 28% (n=130) dos docentes e 33% (n=143) dos técnicos julgou como sendo regulares. Quanto a este ponto cabe salientar que nos últimos quatro anos ocorreram algumas políticas de reformulação nas normas de progressão funcional (Leis 12.772/2012 e 12.863/2013).

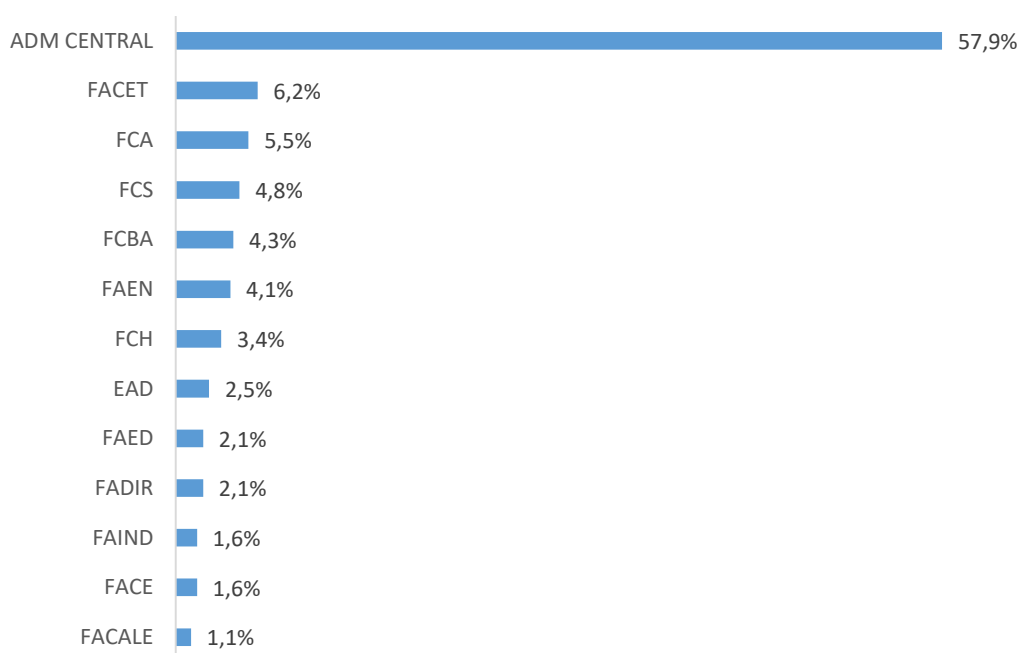
Quando questionados em relação satisfação da quantidade de servidores para atender as demandas institucionais, podemos observar variações nas opiniões. Os técnicos administrativos são os menos satisfeitos em relação a quantidade de servidores, além de apresentar o menor índice de excelente/bom, apenas 24% (n=103), também apresenta o maior índice de insatisfação 35% (n=151).

Gráfico 22 - Percepção quanto a quantidade de servidores para o atendimento das demandas



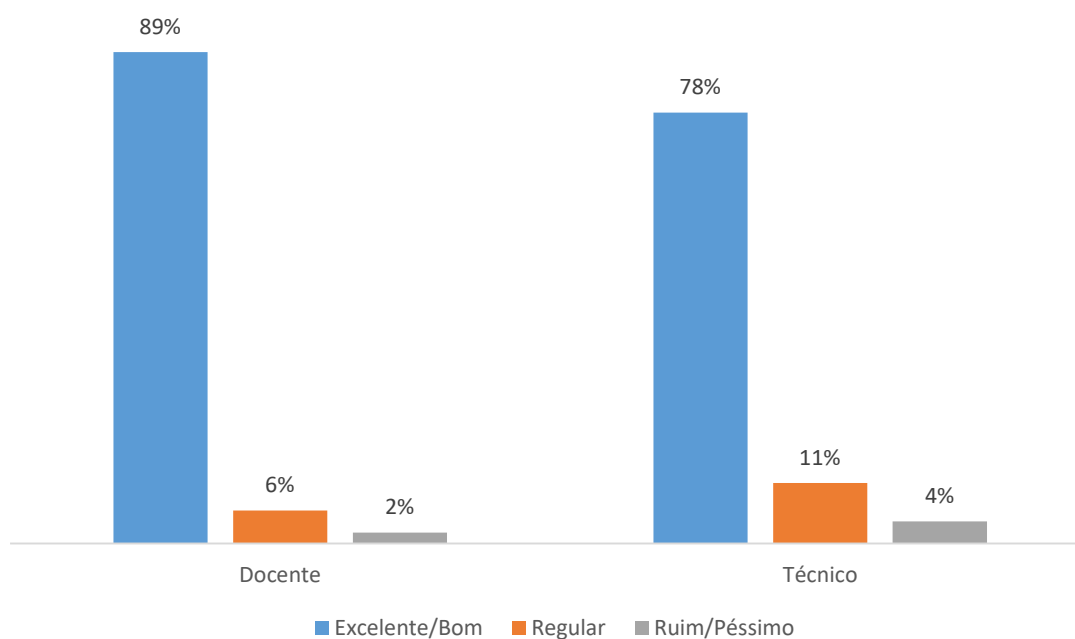
Nas informações gerais, uma das questões visava identificar o local de lotação dos respondentes da pesquisa, e podemos observar, que o número de técnicos, tem maior concentração na administração central, 57,9% (n= 253). Considerando que a Administração Central, é o organismo executivo que administra, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade, funcionando como centralizador de informações, responsável pelas principais tomadas de decisões, organização e sistematização do funcionamento da Universidade, e considerando ainda a falta de um sistema informatizado integrado que facilite a execução de atividades, podemos concluir que a insatisfação do segmento de técnicos, pode estar relacionado a quantidade de informações para lidar e a falta de ferramentas adequadas.

Gráfico 23 - Local de Lotação dos Técnicos Administrativos



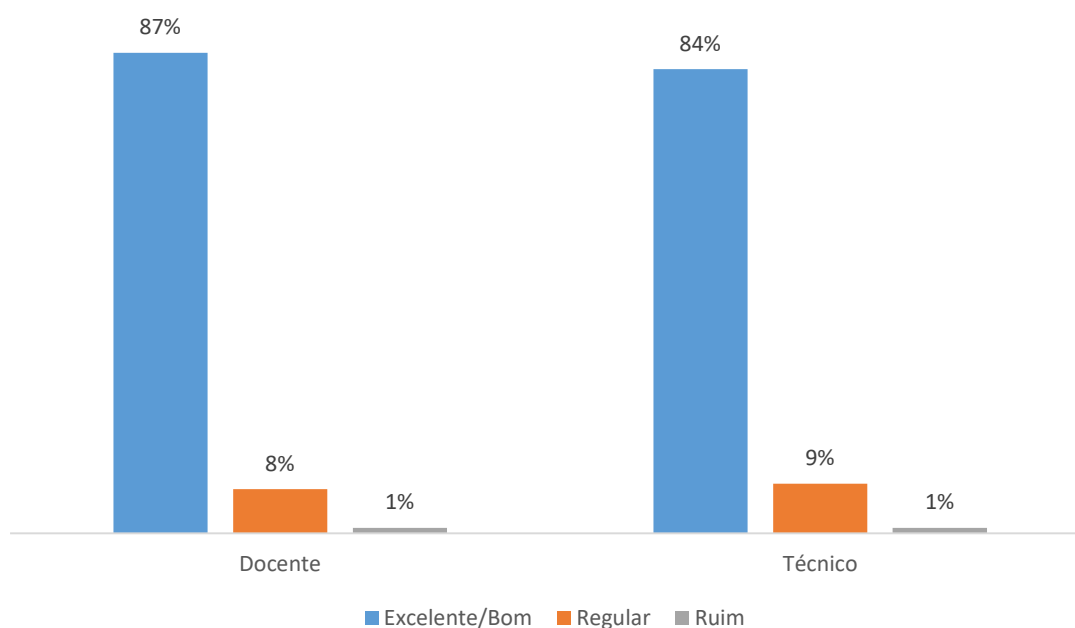
Outro quesito levantado pela pesquisa foi a adequação profissional ao exercício da função, e 89% (n=413) dos docentes consideram excelente/bom, e 78% (n=341) dos técnicos também estão satisfeitos com a formação profissional e a atividade exercida.

Gráfico 24 - Percepção sobre a adequação da formação profissional e o exercício do trabalho



O mesmo se deu com o quesito que avaliou o conhecimento pessoal das atividades fins do setor e das atribuições do cargo, a maior parcela de docentes e técnicos consideram excelente/bom, sendo 87% (n=405) docentes e 84% (n=365) dos técnicos, apenas 1% dos entrevistados consideram ruim o seu nível de conhecimento para as atividades que exerce, e nenhum dos entrevistados considerou a opção péssimo.

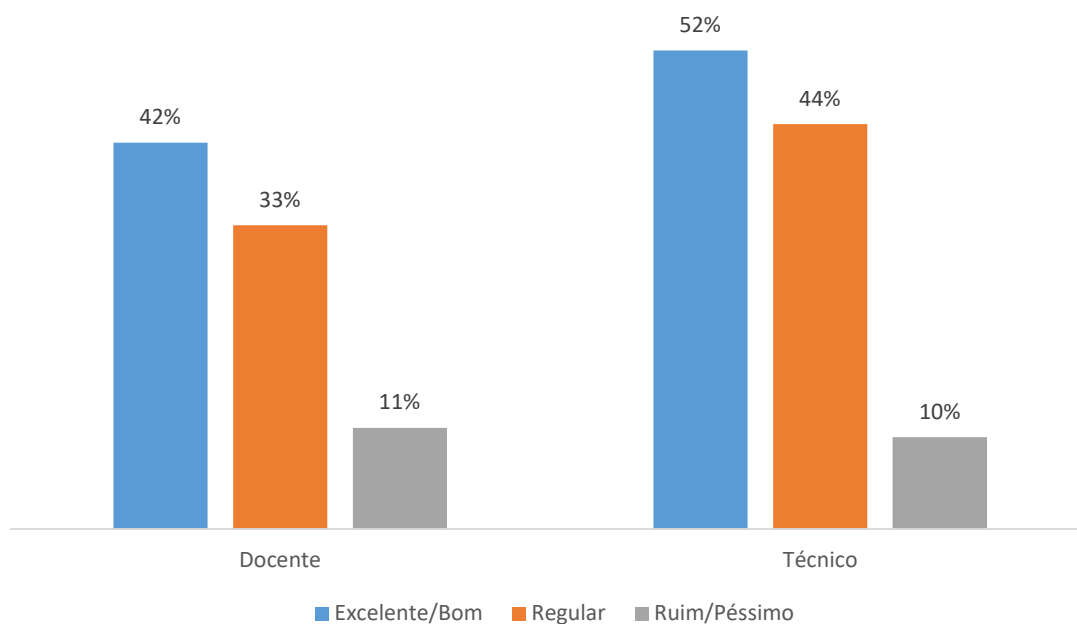
Gráfico 25 - Percepção em relação ao conhecimento das atividades fins do setor e das atribuições do cargo



Insta salientar que a maioria dos docentes 77% é composta por doutores. Dentre os técnicos a maioria 44% possui ao menos um curso de especialização, e, 23 % o curso de mestrado, e embora o grau de satisfação excelente/bom, tenha sido considerável, em relação ao conhecimento das atividades fins do setor, é possível observar que a média percentual da comunidade que consideraram excelente é de apenas 27% (n=246), o que nos leva a crer que para aumentar esse índice, é necessário investir mais na capacitação e formação continuada do pessoal efetivo da instituição, para invertermos esse quadro, fazendo o nível de satisfação excelente superar o nível bom.

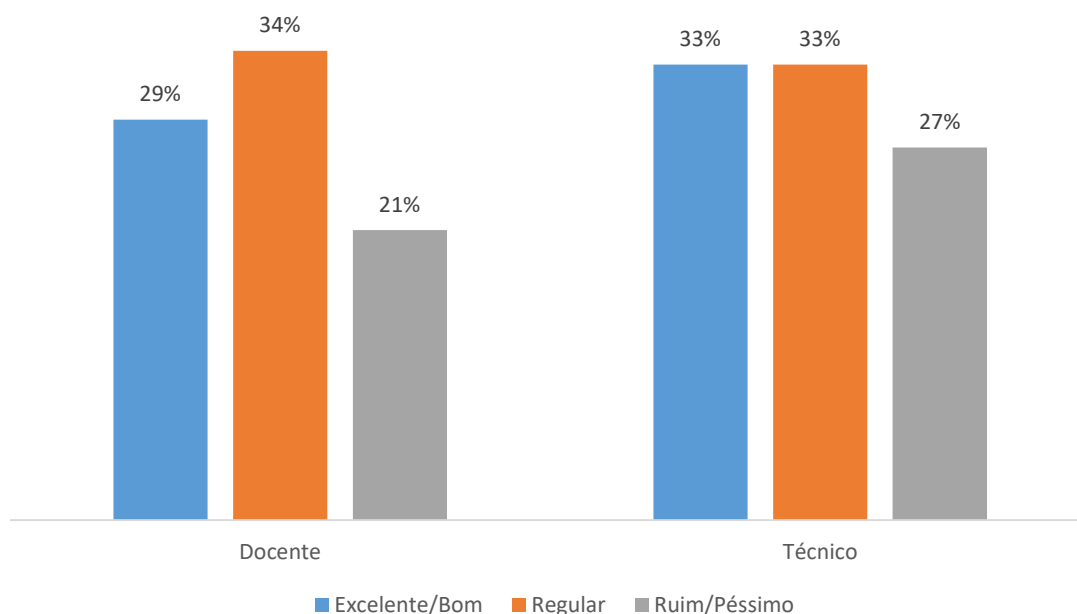
Pois, conforme podemos observar, quando questionado aos participantes, o grau de satisfação com as ações e projetos oferecidos pela UFGD, vemos que 42% (n=197) dos docentes, e 52% (n=227) dos técnicos, avaliam positivamente, enquanto 11% (n=52) dos docentes e 10% (n=44) dos técnicos avaliam negativamente.

Gráfico 26 - Percepção da satisfação com as ações e projetos de capacitação oferecidos pela UFGD



Quando aprofundamos a questão, buscando avaliar as ações e projetos efetivamente realizados em relação as necessidades do cargo dos respondentes, encontramos uma insatisfação maior ainda, onde 21% (n=100) dos docentes e 27% (n=116) dos técnicos, consideram ruim/péssimo, os cursos oferecidos em relação a necessidade real.

Gráfico 27 - Percepção da satisfação das ações e projetos para capacitação em relação as necessidades de cada cargo



Na universidade são poucos os cursos de capacitação oferecidos aos docentes para sua qualificação, principalmente, nas áreas de formação de didática e tecnologias de aprendizagem, ficando a critério do docente se especializar e buscar esse aprendizado por meios próprios, ou selecionar cursos que são oferecidas pela instituição

Aos técnicos são oferecidos cursos de capacitação, frequentemente, pois auxiliam no processo de progressão da carreira, conforme estabelecido na Lei nº 12.772/2012. Anualmente, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), juntamente com a Divisão de Desenvolvimento e Avaliação Funcional- DIDA e a Seção de Desenvolvimento e Capacitação – SEDECA, divulga em seu Plano de Capacitação e qualificação os cursos que serão ofertados. Os mesmos devem contemplar as diretrizes nacionais e de acordo com o Programa de Capacitação aprovado pela Resolução Nº. 83 de 04 de julho de 2013, do Conselho Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados e segue as seguintes linhas de desenvolvimento: I. Iniciação ao serviço público; II. Geral; III. Educação formal; IV. Gestão; V. Interambientes; VI. Específica; VII. Eventos de capacitação.

O plano de capacitação no ano de 2016 ofertou os seguintes cursos, para técnicos-administrativos da UFGD e do Hospital Universitário, sendo:

1. Excel Intermediário - 40h
2. Inteligência de Negócios - 50h
3. Noções Básicas de Gestão Ambiental e Gerenciamento de Resíduos Sólidos (HU) - 40h
4. Noções Básicas de Gestão Ambiental e Descarte dos Resíduos (Laboratórios UFGD) – 40h
5. Normas Regulamentadoras – Segurança do Trabalho - 50h conhecimento sobre o poder da comunicação oral; proporcionar informações que auxilie ao participante na construção de uma comunicação objetiva e persuasiva.
6. Oratória – 20h
7. Comunicação Pública e Lei de Acesso à informação - 12.527/2011 –
8. Guarani –
9. Aspectos Gerais sobre a Legislação de Pessoal da Administração Pública Federal – Lei 8.112/90 – 40h.
10. Aspectos Gerais sobre a Legislação do Ensino Superior– 40h
11. A fiscalização e o gerenciamento dos contratos administrativos: Aspectos trabalhistas, previdenciários, fiscais e a aplicabilidade de sanções administrativas – 32h

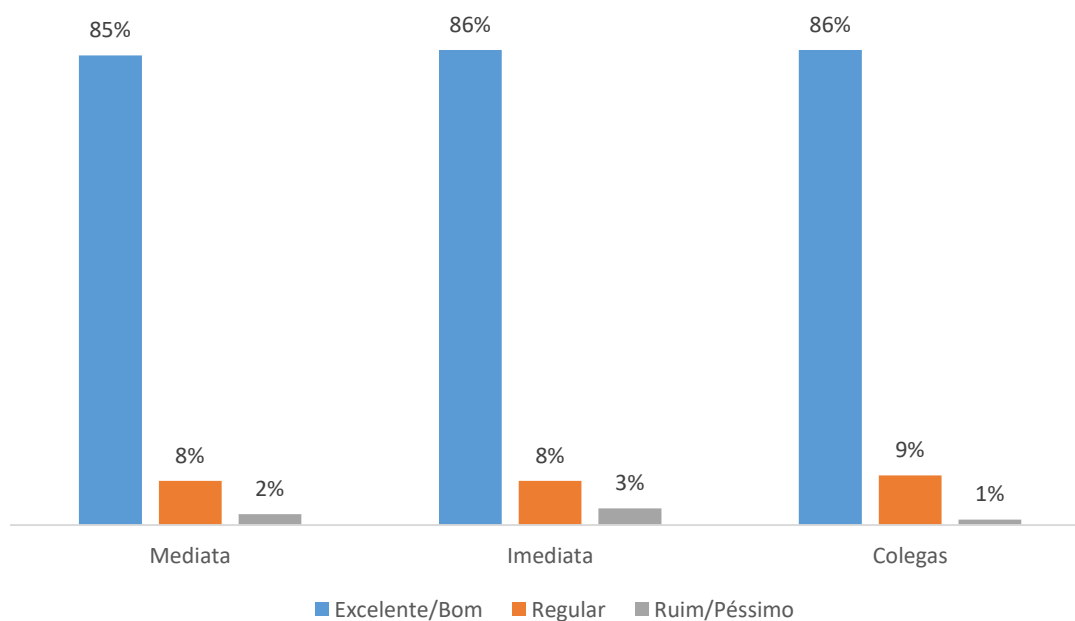
12. Processo Administrativo Disciplinar - PAD - 40h.
13. Orçamento e finanças no setor público – 30h.
14. Combate a incêndio e primeiros socorros - 8h
15. Gestão democrática – 30h.
16. Libras para iniciantes – 60h
17. Libras básico – 60h

Esses cursos são ofertados geralmente na modalidade EAD/AVA/MOODLE - UFGD propiciando aos servidores maior flexibilidade de horário para os estudos e conciliação com suas atividades como servidor.

Mesmo, com essa constante preocupação com a qualificação dos seus servidores, na Avaliação Institucional, os técnicos apontaram ainda um descontentamento, diante, desses resultados, é preciso verificar quais são as reais necessidades, as principais demandas, sugestões do público alvo, enfim, conhecer o porquê essas ações ainda não estão sendo tão efetivas.

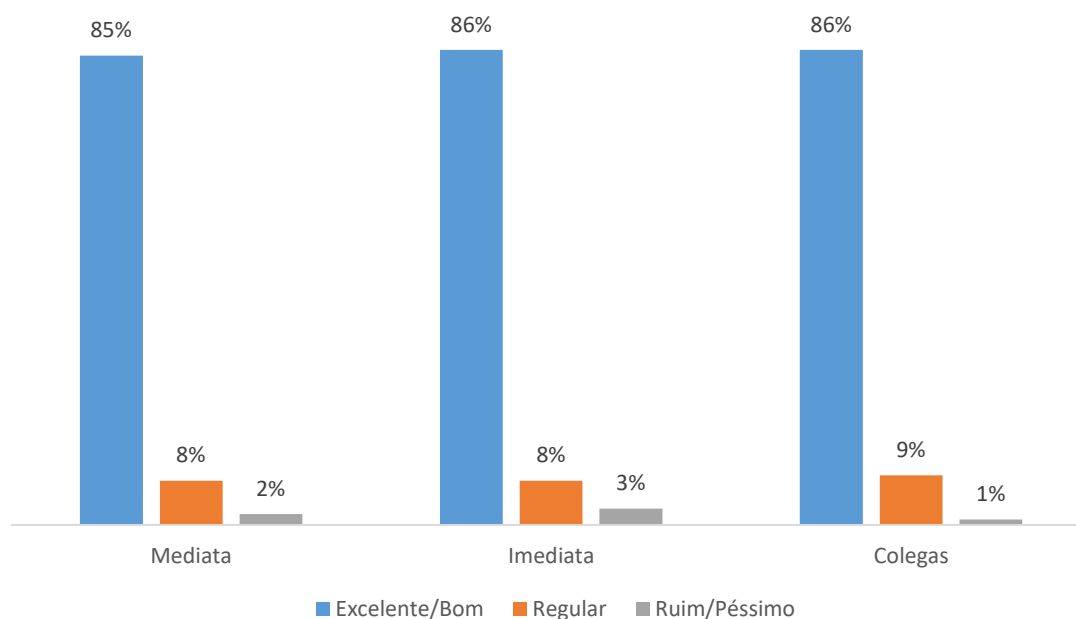
E por fim, para avaliar a dimensão de políticas de pessoal, a CPA investigou também o clima institucional, como anda as relações interpessoais dentro de cada segmento da comunidade acadêmica, a dinâmica da estrutura hierárquica, e obtivemos os seguintes resultados.

Gráfico 28 - Clima organizacional na opinião dos docentes



Os níveis de satisfação dos docentes estão bons, superam 80% tanto com colegas, chefia imediata ou chefia direta, e também a chefia mediata ou chefia posterior a chefia imediata. No caso dos professores a chefia imediata seriam os coordenadores de cursos, e a chefia imediata os diretores de faculdade.

Gráfico 29 - Clima organizacional na opinião dos técnicos administrativos



Já os técnicos estão 90% satisfeitos com o relacionamento entre colegas (n=392) e chefia imediata (n=392), as chefias mediatas é que teve um percentual um pouco mais baixo, totalizando 84% (n=368).

Cabe ressaltar, que a pesquisa assegura o anonimato das respostas, e que, portanto, podemos considerar a espontaneidade do grau de satisfação em relação ao clima organizacional.

2.5. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

No ano de 2017 a CPA aplicou junto comunidade acadêmica um questionário para avaliar a satisfação dos usuários com a infraestrutura da UFGD e sua adequabilidade para o atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a concordância destas informações com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

No PDI 2013-2017 elenca a partir da página 41, os principais problemas consolidados, e o primeiro problema é “A infraestrutura de TI não supre as necessidades da Universidade”, mas a UFGD presenciou uma dedicação em avançar em qualidade nessa fragilidade, computadores novos foram adquiridos e continuam sendo substituído as máquinas obsoletas assim como um novo servidor foi adquirido no de 2017 mais moderno e com espaço de armazenamento maior que o anterior. Fatores estes que contribuíram para a avaliação regular dos Recursos Tecnológicos como vemos na tabela 12 logo abaixo.

Tabela 11 - Recursos Tecnológicos

Como você avalia os Recursos Tecnológicos da UFGD (Computadores e Internet)? (Quantidade, Inovação e Velocidade)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	2,74%	23,46%	40,34%	20,56%	8,23%	4,66%
Opinião dos Estudantes	3,03%	22,46%	40,44%	19,49%	8,60%	5,99%
Opinião dos Docentes	1,63%	20,12%	40,65%	26,22%	9,55%	1,83%
Opinião dos Técnicos Administrativos	2,93%	31,54%	39,61%	18,09%	5,13%	2,69%

Atualmente a UFGD possui um Auditório Central, outro Auditório na Unidade 1 (Cineteatro), e mais 11 auditórios distribuídos pelas Unidades Acadêmicas, sendo 2 na FADIR, 2 na FAED, 2 na FCH e mais 5 na FCA. Além dos 5 Anfiteatros localizados 2 na FACALE, 1 na FCA e 2 na FCBA. E o que se percebe através do resultado da pesquisa, conforme a tabela 13, 61,30% avaliaram como excelente/bom os auditórios da UFGD, demonstrando satisfação com a infraestrutura física oferecida.

Tabela 12 - Auditórios

Como você avalia os Auditórios da UFGD? (Quantidade de assentos, acústica, temperatura ambiente, limpeza e conservação, equipamentos multimídia, banheiros)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	13,00%	48,30%	26,28%	5,37%	0,94%	6,11%
Opinião dos Estudantes	16,95%	47,03%	24,21%	4,60%	0,48%	6,72%
Opinião dos Docentes	6,91%	48,37%	31,10%	7,72%	1,63%	4,27%
Opinião dos Técnicos Administrativos	4,40%	53,30%	28,85%	5,62%	1,96%	5,87%

O Programa Restaurante Universitário é uma política de Assistência Estudantil cuja finalidade é oferecer atendimento e alimentação de qualidade a toda comunidade acadêmica, contribuindo para a permanência e desenvolvimento integral dos estudantes na Instituição.

O Restaurante Universitário da UFGD possui 1.108,54 m², e na avaliação geral da comunidade, conforme a tabela 14, podemos observar embora a avaliação está longe de ser excelente, ainda assim, as respostas excelentes, bom e regular superam as respostas ruim e péssimo.

Tabela 13 - Infraestrutura de Restaurante Universitário

Como você avalia a infraestrutura do Restaurante Universitário? (Suficiência, adequação do espaço, limpeza e conservação, banheiros, tempo de espera para atendimento)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	1,21%	11,95%	25,73%	22,95%	11,95%	26,20%
Opinião dos Estudantes	1,33%	13,14%	28,81%	27,36%	14,47%	14,89%
Opinião dos Docentes	1,42%	11,18%	19,72%	15,45%	6,91%	45,33%
Opinião dos Técnicos Administrativos	0,49%	8,07%	20,54%	14,18%	7,82%	48,90%

A CPA aproveitando a oportunidade de contato com a comunidade acadêmica, abordou também a questão da qualidade da comida servida no Restaurante Universitário, 11,32% consideram a comida excelente e bom, contra 34,04% ruim e péssimo, uma avaliação não muito favorável, ainda assim 26,40% consideram a comida regular.

Tabela 14 - Comida servida no Restaurante Universitário

Como você avalia a Comida servida no Restaurante Universitário? (Quantidade, qualidade, variedade, preço)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	0,82%	10,50%	26,40%	22,48%	11,56%	28,24%
Opinião dos Estudantes	0,85%	11,86%	28,69%	28,51%	14,53%	15,56%
Opinião dos Docentes	0,81%	9,15%	23,17%	11,79%	5,08%	50,00%
Opinião dos Técnicos Administrativos	0,73%	6,60%	21,03%	11,00%	7,33%	53,30%

A Biblioteca Central vem apresentando bons resultados nas avaliações da CPA, no ano de 2016 foi o setor com a melhor avaliação no atendimento ao público, e quanto a infraestrutura física, percebe-se que também atende satisfatoriamente, pode-se ver na tabela 16, que as respostas excelentes e bom, alcançaram o resultado de 64,28%, um índice que pode ser considerado satisfatório.

Tabela 15 - Biblioteca Central

Como você avalia a Biblioteca Central? (Suficiência de áreas de estudo, limpeza e conservação, computadores disponíveis, conforto térmico, banheiros, quantidade e segurança dos armários para pertences pessoais, comunicação visual de localização)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	14,57%	49,71%	17,90%	4,78%	0,39%	12,65%
Opinião dos Estudantes	18,28%	48,73%	17,01%	5,39%	0,42%	10,17%
Opinião dos Docentes	8,54%	54,07%	23,98%	4,07%	0,41%	8,94%
Opinião dos Técnicos Administrativos	6,85%	48,41%	14,18%	3,18%	0,24%	27,14%

Como a Biblioteca Central está localizada no campus e a Faculdade de Direito e Relações Internacionais fica localizada fora do campus, em área mais central da cidade, se torna de difícil acesso aos estudantes e docentes desta Faculdade, o acesso a Biblioteca Central, com este intuito uma Biblioteca Setorial foi criada, dentro do prédio da FADIR. Por apresentar um foco específico, o número de participantes que não responderam esta questão apresenta um percentual tão alto, como vemos na tabela 17, 66,94% não responderam por não utilizarem este espaço. Mesmo assim, dos participantes que responderam positivamente, no geral, temos um percentual de 17,66% de respostas entre excelente e bom.

Tabela 16 - Biblioteca Setorial da FADIR

Como você avalia a Biblioteca setorial da FADIR? (Suficiência de áreas de estudo, limpeza e conservação, computadores disponíveis, conforto térmico, banheiros, quantidade e segurança dos armários para pertences pessoais, comunicação visual de localização)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	2,62%	15,04%	10,42%	3,13%	1,84%	66,94%
Opinião dos Estudantes	2,91%	15,92%	11,50%	2,72%	1,88%	65,07%
Opinião dos Docentes	1,63%	7,93%	7,93%	3,05%	2,24%	77,24%
Opinião dos Técnicos Administrativos	2,69%	20,05%	9,05%	4,89%	1,22%	62,10%

O mesmo ocorre com a Biblioteca setorial do HU trata-se de uma instalação localizada fora do campus, onde uma Biblioteca Setorial foi criada para atender este público, que teria dificuldade de acesso a Biblioteca Central. Neste caso, o resultado dos participantes que não utilizam este espaço foi maior ainda, alcança 73,25%, conforme vemos na tabela 18, mas os usuários que utilizam o espaço avaliaram em 15,12% como excelente/bom.

Tabela 17 - Biblioteca setorial do Hospital Universitário

Como você avalia a Biblioteca setorial do Hospital Universitário? (Suficiência de áreas de estudo, limpeza e conservação, computadores disponíveis, conforto térmico, banheiros, quantidade e segurança dos armários para pertences pessoais, comunicação visual de localização)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	1,61%	13,51%	9,79%	1,57%	0,27%	73,25%
Opinião dos Estudantes	2,00%	14,71%	11,26%	1,57%	0,36%	70,10%
Opinião dos Docentes	1,02%	9,76%	7,32%	1,02%	0,00%	80,89%
Opinião dos Técnicos Administrativos	0,73%	13,20%	6,85%	2,20%	0,24%	76,77%

Em 2015 a UFGD inaugurou o Centro de Convivência, um prédio com 1.403,72 m², com espaço para área de alimentação, com mesas e cadeiras, lanchonetes e banheiros. E apesar de não explorar ainda todo seu potencial, o espaço foi bem avaliado pelos participantes da pesquisa, que conforme vemos na tabela 19, avaliaram em 32,43% de respostas excelente/bom.

Tabela 18 - Áreas de Convivência

Como você avalia as Áreas de Convivência da UFGD? (Centro de Convivência, Redário, Banheiros)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	3,68%	28,75%	35,72%	13,32%	3,80%	14,73%
Opinião dos Estudantes	4,54%	29,84%	34,99%	14,10%	3,75%	12,77%
Opinião dos Docentes	2,64%	28,66%	36,18%	13,62%	3,66%	15,24%
Opinião dos Técnicos Administrativos	1,47%	24,45%	38,14%	9,78%	4,16%	22,00%

A UFGD conta com uma estrutura de 2 academias ao ar livre, quadras cobertas e descobertas, piscinas e vestiários, infraestrutura está que teve uma avaliação de 28,44% respostas excelente/bom. Porém é possível observar que 29,85% dos respondentes ainda não utilizam estes espaços.

Tabela 19 - Áreas de Lazer e Esporte

Como você avalia as Áreas de Lazer e Esporte da UFGD? (Academias ao ar livre, quadras, piscinas, vestiários)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	2,86%	25,58%	27,34%	10,69%	3,68%	29,85%
Opinião dos Estudantes	3,45%	25,18%	28,09%	11,99%	4,00%	27,30%
Opinião dos Docentes	1,83%	24,59%	24,80%	8,94%	3,05%	36,79%
Opinião dos Técnicos Administrativos	1,71%	28,36%	27,38%	7,58%	3,18%	31,78%

A Unidade de Suporte de Urgência A Unidade de Suporte à Urgência da UFGD foi criada em agosto de 2014, a partir da necessidade de ter no campus uma equipe capacitada para prestar socorro imediato à comunidade acadêmica em casos de eventos adversos à saúde. Essa necessidade foi requerida pelos acadêmicos, o que convergiu com o pronto reconhecimento pela Administração Central da Universidade. A USU atende a comunidade acadêmica que necessita de atendimento clínico de urgência, acolhe casos não urgentes e procede à sua reordenação a serviços ambulatoriais básicos ou especializados existentes na rede de atenção à saúde do município; além de promover e apoiar ações de prevenção, educação e promoção à saúde dentro da UFGD. Dos participantes que responderam à pesquisa, 23,34% consideram os serviços prestados pela USU como excelente/bom, tabela 21, e podemos observar que 44,50% dos respondentes ainda não utilizam este serviço, e deixaram, portanto, de responder à questão.

Tabela 20 - Serviços de Saúde

Como você avalia os Serviços de Saúde da UFGD? (USU e Central de Vacinas)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	2,31%	21,03%	20,96%	6,89%	4,31%	44,50%
Opinião dos Estudantes	2,30%	18,89%	21,31%	7,99%	5,08%	44,43%
Opinião dos Docentes	2,24%	22,15%	20,33%	4,67%	3,86%	46,75%
Opinião dos Técnicos Administrativos	2,44%	28,36%	20,29%	5,13%	1,71%	42,05%

Associado aos serviços que a UFGD busca disponibilizar para os membros da comunidade acadêmica principalmente os que transitam pela Unidade 2, que é localizada fora da cidade, temos caixas bancários, lanchonetes, e mais recentemente em junho de 2016, foram implantados os Food Trucks como alternativa de alimentação, distribuídos pelo campus. Neste sentido, percebe-se a preocupação da Administração Central, em oferecer alternativas de conveniência e conforto aos usuários do campus. Sendo que os resultados foram de 30,44% de avaliações excelente/bom, como demonstra a tabela 22.

Tabela 21 - Serviços da UFGD

Como você avalia os Serviços da UFGD (rede bancária, lanchonete, food truck)?						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	4,86%	25,58%	31,06%	18,29%	6,15%	14,06%
Opinião dos Estudantes	7,02%	29,78%	28,69%	15,31%	5,27%	13,92%
Opinião dos Docentes	1,22%	17,07%	36,18%	27,85%	9,55%	8,13%
Opinião dos Técnicos Administrativos	0,49%	18,83%	34,47%	18,83%	5,62%	21,76%

Com o crescimento do campus nos últimos anos, e as dimensões consideráveis do mesmo, a CPA acrescentou na pesquisa deste ano, uma questão tratando da comunicação visual de localização dentro da UFGD, tais como placas de identificação dos prédios, e de direção, bem como mapas de localização de fácil acesso. Atualmente, na página da UFGD há um mapa dos prédios que pode ser acessado através do GPS. Sendo assim, as avaliações chegaram a 34,87% de respostas positivas de excelente/bom.

Tabela 22 - Comunicação Visual

Como você avalia a Comunicação visual de localização da UFGD? (Placas de identificação, mapa)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	4,47%	30,40%	32,82%	15,79%	6,15%	10,38%
Opinião dos Estudantes	5,99%	32,32%	30,51%	14,71%	4,66%	11,80%
Opinião dos Docentes	1,83%	28,46%	37,60%	17,48%	7,72%	6,91%
Opinião dos Técnicos Administrativos	1,47%	24,94%	36,43%	18,09%	10,27%	8,80%

Atualmente os estacionamentos da UFGD possuem 864 vagas para carro, 165 vagas para motos e 19 vagas para ônibus simples, e 09 para ônibus articulados. Visando avaliar a satisfação dos usuários, vemos a tabela 24, em que 40,89% avaliaram como excelente/bom a quantidade de vagas e a sinalização presentes nos estacionamentos.

Tabela 23 - Estacionamentos da UFGD

Como você avalia o espaço e a segurança dos Estacionamentos da UFGD? (Quantidade de vagas, sinalização)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	6,38%	35,41%	29,61%	10,58%	3,68%	14,34%
Opinião dos Estudantes	7,81%	36,38%	26,76%	8,11%	2,54%	18,40%
Opinião dos Docentes	4,47%	34,76%	34,15%	14,43%	6,71%	5,49%
Opinião dos Técnicos Administrativos	2,93%	32,27%	35,70%	15,89%	4,65%	8,56%

Embora não seja da alçada da UFGD, a CPA aproveitando a oportunidade buscou levantar junto aos seus membros como está a qualidade dos serviços de transporte público municipal, atualmente oferecido pela empresa Medianeira, e a maioria dos respondentes avaliaram como ruim/péssimo, alcançando o percentual de 57,97% de insatisfação.

Antes mesmo dos resultados da pesquisa sair, e diante da demanda dos estudantes, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, ao tomar conhecimento da situação, entrou em contato com a Viação Dourados empresa prestadora do serviço de transporte público municipal e com a Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Dourados – AGETTRAN, realizando uma reunião com participação dos alunos e que rendeu frutos tais como, a abertura de mais duas linhas uma de ida para o campus pela Rua Ponta Porã, e uma de volta para a cidade pela Rua Monte Alegre, conseguiu também a instalação de um posto de recarga do vale transporte dentro do Centro de Convivência da UFGD localizado no campus, e um grupo do WhatsApp foi criado com alunos e o servidores da AGETTRAN, onde atrasos ou irregularidades são informadas com maior agilidade.

Tabela 25: Transporte Público Municipal

Como você avalia o Transporte Público Municipal coletivo disponível para o deslocamento ao campus da UFGD? (Pontos de parada, quantidade de veículos, qualidade dos veículos, trajetos, horários)						
	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	N/R
Opinião da Comunidade Acadêmica	0,35%	3,56%	15,71%	24,09%	33,88%	22,41%
Opinião dos Estudantes	0,42%	3,45%	15,01%	27,12%	38,68%	15,31%
Opinião dos Docentes	0,41%	3,25%	13,41%	19,31%	29,27%	34,35%
Opinião dos Técnicos Administrativos	0,00%	4,40%	21,27%	17,60%	20,05%	36,67%

E por fim, cabe salientar que mesmo não tendo sido abordado no questionário, a questão da ausência de passarelas cobertas entre os prédios era uma reclamação dos alunos, por ficarem expostos as intempéries do clima. No ano de 2018 a Administração Central deu início a construção de coberturas nas passarelas que ligam os prédios, e até o fechamento do presente relatório as obras encontravam-se em andamento.

3. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A cada ano percebe-se na UFGD que a cultura avaliativa se fortalece gradativamente na comunidade acadêmica, ampliando desta forma, a atuação da CPA. Das recomendações de Autoavaliações anteriores que foram atendidas podemos citar, a alocação de uma servidora na Seção de Avaliação Institucional, da Divisão de Avaliação Institucional e Monitoramento da Pró Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento, que presta assessoria técnica a CPA.

Outra conquista da CPA foi a melhoria da infraestrutura para o seu funcionamento, onde foi disponibilizada pela Administração Central, uma sala na Unidade 1, para expediente da CPA, com estrutura física composta de dois computadores, mesa para reuniões, telefone, bem como um servidor para secretariar a CPA, estes recursos são compartilhados com a Comissão de Ética, assim no período matutino a sala e o servidor estão à disposição da Comissão de Ética, e no período vespertino a disposição da CPA, dotando-a assim de uma visibilidade mais concreta.

Em 2016, o Relatório parcial, que abordou os Eixos 1 e 2, através dos resultados observados no questionário de 2014, fez como recomendações em relação ao PDI, que a divulgação do mesmo não tem sido eficiente. Portanto, sugeriu-se, divulgações mais pontuais, por faculdades, ou mesmo em salas de aulas junto aos discentes, parcela em que o desconhecimento do PDI é significativa; o desenvolvimento de uma versão resumida do PDI para divulgação, com os principais pontos, para facilitar a leitura e capturar mais facilmente o interesse e que possa ser distribuído amplamente.

Ocorre, no entanto, que o prazo de vigência do PDI encerrava-se em 2017, porém, em virtude da conjuntura atual do cenário político, e por ainda contemplar 44% das ações em andamento, foi solicitado e aprovado no Conselho Universitário a prorrogação do atual PDI, sendo estendido até 2020, conforme Resolução 231 do COUNI de 20 de dezembro de 2017.

Em âmbito geral, a UFGD atende os objetivos no que se refere às ações de Responsabilidade Social previstas em seu PDI. A expansão das ações nesse sentido ainda está muito atrelada a Programas de Incentivo para que se possa concretizar ações e demandas.

Como uma Instituição que visa o desenvolvimento de sua comunidade (acadêmica e regional), a UFGD ainda não possui completa autonomia, principalmente no que concerne às reestruturações físicas e de pessoal, pois depende de incentivos

financeiros e programas federais e nacionais para que suas ações de extensão, arquitetônicas e de ensino se concretizem plenamente.

Mesmo com dificuldades, a UFGD conta com resultados positivos nesse âmbito, como podemos notar em Programas como o PIBID, em que o diálogo com escolas ocorre de forma efetiva; assistência a grupos sociais menos favorecidos ou discriminados, na forma de ingresso na graduação, além de outras ações de permanência; incentivos à cultura, com ações como festivais e mostras artísticas, sendo notável a influência e o impacto que a UFGD possui na cidade de Dourados, fomentando portanto a cultura e o ensino, se tornando referência no estado e região.

No Relatório de 2017, a CPA, com base nos resultados do questionário de 2016, sugeriu que a Administração Central, melhorasse as campanhas de divulgação e convite no segmento de alunos sobre a participação nos órgãos colegiados, os resultados demonstraram que muitos alunos desconheciam por completo o assunto, insistimos que é preciso fortalecer o sentimento de pertença dos alunos nos órgãos de colegiado da Universidade.

Outra sugestão foi à atualização mais frequente da página Institucional, principalmente em relação as atividades e informações dos setores, a página deve ser uma fonte de pesquisa segura, confiável e atualizada.

Verificou-se que o Relatório de Gestão de 2015, evidenciou que quanto a apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas ainda não havia sido implantada uma metodologia de apuração. A CPA reforçou a importância deste controle, por entender que sustentabilidade financeira não é apenas práticas ambientais, mas também o uso racional dos recursos, o que se atinge através do conhecimento de como estes recursos são gastos, permitindo o planejamento adequado do uso.

Embora ainda não implantado, a Pró Reitoria de Planejamento, informou que está trabalhando para a implantação deste sistema de apuração de custos, que se encontra aguardando recursos humanos para dar início ao projeto.

A CPA chamou a atenção para as questões relacionadas à tecnologia em que o resultado de 18% negativo em relação a qualidade do atendimento da Coordenadoria de Desenvolvimento de TI – COIN, e as fragilidades elencadas no PDI, a insatisfação em relação a quantidade de servidores versus demanda de trabalho, são fatores que estão diretamente relacionados a falta de melhores soluções em TI, a ausência de um software de gestão integrada, que permita o gerenciamento das atividades e a integração da

informação, as constantes falhas de internet, a depreciação tecnológica, entre outros, são assuntos que gestão da Universidade deve se atentar.

E o que se percebeu de 2016 para 2018 foi uma modificação na estrutura interna de pessoal da COIN, bem como a aquisição de novos equipamentos. Mudanças que podem ser percebidas no questionário de 2017, na questão da satisfação com os recursos de TI disponíveis em que os níveis de respostas positivas chegaram a 26,20% e regular 40,34%. O Sistema SIG adquirido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vem sendo instalado módulo a módulo, até o fechamento deste relatório, os módulos SIPAC – Patrimônio Administração e Contratos e SIGRH – Sistema Integrado de Gestão e de Recursos Humanos já haviam sido implantados.

No Relatório de 2017, também identificou que apesar do considerável número de servidores com capacitação formal para o exercício das atividades, ainda assim os níveis de satisfação em relação ao conhecimento das atividades fins do setor e das atribuições do cargo não estão em patamares de excelência, o que demonstra necessidade de investimento em capacitação continuada do pessoal efetivo da Instituição.

Principalmente para os docentes, os cursos de qualificação são poucos e como pode-se verificar os alunos não se encontram em níveis de satisfação de excelência em relação as práticas pedagógicas, é preciso oferecer cursos que propiciem o desenvolver de práticas pedagógicas inovadoras, auxiliando a superação do paradigma do ensino tradicional.

E como sugestão da avaliação por razão dessa insatisfação dos alunos em relação as práticas pedagógicas, a CPA ressaltou no Relatório de 2017, a importância da implantação da Avaliação de Curso. Ação consolidada em outubro de 2017 com a primeira aplicação do instrumento de Avaliação Interna dos Cursos pela CPA, uma ação que contou com a colaboração e o envolvimento de toda a comunidade.

Outra recomendação da CPA, em 2017 foi de que a Universidade precisa também encontrar meios de articular melhor as pesquisas, de forma mais integrada, onde diminua-se os espaços entre ações individuais, que neste caso gera uma competição entre pesquisadores que mais atrapalha do que contribuiu para a captação de recursos.

Entre as recomendações da CPA em 2017, ressalta-se para a atenção que se deve dar ao auxílio aos estudantes, uma vez que identificamos, que números expressivos de alunos migram de outros estados do país, e a maioria dos alunos não recebem bolsa ou

não exercem atividade remunerada, como não há um estudo sobre evasão, não podemos correlacionar estes fatores, mas diante da conjuntura econômica do país acreditamos que a Instituição deve repensar principalmente as formas de divulgação das bolsas e auxílios, de que dispõe, para que maior número de alunos possam ser beneficiados.

Em relação ao questionário aplicado em 2017, do Eixo de Infraestrutura, o que se pode sugerir é uma maior atenção aos quesitos de infraestrutura física do Restaurante Universitário, e a qualidade da comida servida, bem como aos serviços de lanchonetes, food truck, e rede bancária, e a comunicação visual de localização dentro do campus, que tiveram avaliações ruins e péssimas mais altas que os demais quesitos.

Por sinal o item com pior avaliação foi em relação ao Transporte Público, embora não esteja diretamente na alçada da UFGD, a CPA inclui esta questão por entender a importância e a influência deste serviço oferecido pelo governo municipal, e que afeta diretamente aos alunos.

Nesse sentido conforme relatado, a UFGD tomou iniciativas no ano de 2017, que resultaram na abertura de mais duas linhas, a instalação de um posto de recarga de vale transporte dentro do Centro de Convivência, bem como a criação de um grupo do WhatsApp que permite, que os alunos informem a AGETTRAN sobre atrasos e irregularidades na prestação do serviço, o que tornou o processo de reclamações muito mais ágil.

Percebe-se que a UFGD tem empenhado esforços para sanar suas fragilidades e potencializar suas forças rumo a ser uma instituição de ensino superior de excelência. Assim desfecham-se os trabalhos da atual composição da CPA encerrando o ciclo avaliativo de 3 anos que teve início no ano de 2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Brasília: Governo Federal, 2004.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm> Acesso em: 29 de março de 2017.

CONAES. **Diretrizes para a avaliação das Instituições de Ensino Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf> Acesso em 29 de março de 2017.

INEP. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: INEP/DAES/CONAES, 2014.

MEC. **Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2003-2017**. Dourados: UFGD, 2013.

Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/pdi.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2009**. Dourados: UFGD, 2010. Disponível em: <

<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COMISSAO-PROPRIA-AVALIACAO/Relat%C3%B3rio%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202009.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2010**. Dourados: UFGD, 2011. Disponível em: <

<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COMISSAO-PROPRIA-AVALIACAO/Relat%C3%B3rio%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202010.pdf>> Acesso em: 24 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2011**. Dourados: UFGD, 2012. Disponível em: <

<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COMISSAO-PROPRIA-AVALIACAO/Relat%C3%B3rio%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202011.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2012**. Dourados: UFGD, 2013. Disponível em: <

<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COMISSAO-PROPRIA-AVALIACAO/Relat%C3%B3rio%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202012.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2013**. Dourados: UFGD, 2014. Disponível em: <

<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COMISSAO-PROPRIA-AVALIACAO/Relat%C3%B3rio%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202013.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2014**. Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/COMISSAO-PROPRIA-AVALIACAO/Relat%C3%B3rio%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%202014.pdf>>. Acesso em: 29 de março de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Autoavaliação institucional 2015**. Dourados: UFGD, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Ação 2011-2015**. Dourados: UFGD, 2011. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/REITORIA/Res%20197_PLANANO%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20DA%20UFGD%202011-2015%20-%20anexo.pdf> Acesso em: 30 de março de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Plano de Gestão de Logística Sustentável UFGD**. Dourados: UFGD, 2014. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/plano_de_logistica_sustentavel_pls.pdf> Acesso em: 30 de março de 2016.